



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)**

FABÍOLA ARAÚJO DA SILVA

**TRABALHO AMBULANTE NOS ESPAÇOS DO METRÔ DO RECIFE:
ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA E/ OU
ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL?**

RECIFE

2021.

FABÍOLA ARAÚJO DA SILVA

**TRABALHO AMBULANTE NOS ESPAÇOS DO METRÔ DO RECIFE:
ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA E/ OU
ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde.

RECIFE

2021.

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Maria Betânia de Santana da Silva, CRB4-1747

S586t

Silva, Fabíola Araújo da.

Trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife: estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora e/ ou estratégia de acumulação do capital? / Fabíola Araújo da Silva. – 2021.

195 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde.

Dissertação (Mestrado Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2021.

Inclui referências e apêndices.

1. Trabalho informal – Recife (PE). 2. Vendedores ambulantes - Aspectos sociais. 3. Produção (Teoria econômica). I. Arcoverde, Ana Cristina Brito (Orientadora). II. Título.

331.1172 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2021 – 113)

Fabiola Araújo da Silva: *TRABALHO AMBULANTE NOS ESPAÇOS DO METRÔ DO RECIFE: ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA E/ OU ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL?*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Estado, políticas sociais e ação do Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em 30/06/2021 pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Brito Arcoverde (Orientadora e Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Helena Lúcia Augusto Chaves (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. Adilson Marques Gennari (Examinador Externo)
Universidade Estadual Paulista

Recife, 30 de junho de 2021.

Dedico essa Dissertação a todos(as) trabalhadores ambulantes dos espaços do metrô do Recife.

Aos queridos: Pedro Miguel (filho) e Elves Tiago (esposo).

AGRADECIMENTOS

A caminhada percorrida durante esses últimos anos foi intensa, por vezes dolorosa, mas gratificante e fundamental para alcançar o objetivo proposto. Partilhar as experiências vividas, com as pessoas queridas, transformou essa trajetória árdua em dias leves.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido o fôlego de vida, pela saúde, proteção e por me conduzir em caminhos prósperos!

Ao meu filho Pedro Miguel, que me proporcionou a força necessária nessa jornada.

Ao querido esposo Elves Tiago, pela parceria de sempre, por lançar luz no meu caminho, pelo incentivo, por todo amor e dedicação. Obrigada!

Em especial aos meus pais, Dona Marlene e Seu Rosival, bem como, a minha querida cunhada Évane, os quais embarcaram comigo nesse projeto, fornecendo o apoio e o incentivo, sobretudo, no processo de articulação entre: maternidade e estudo/trabalho. Sem os quais minha dedicação na pesquisa não seria viável.

A professora e orientadora Dra. Ana Arcoverde, pela acolhida e incentivo, por todo o seu empenho e por todo o trabalho desenvolvido. Obrigada!

A querida assistente social e amiga Glauciene Farias, que partilhou dessa trajetória. Acolheu nos momentos difíceis. Contribuiu, encorajou e esteve presente.

A turma de Mestrado 2021.1, por todo o aprendizado coletivo construído e partilhado, bem como, a todos(as) os(as) professores do Departamento (PPGSS).

A Banca, por ter aceito o convite. Dra. Helena Lúcia e Dr. Adilson Marques.

A CAPES por proporcionar o incentivo financeiro para a manutenção pessoal no período da pesquisa.

A UFPE pela oportunidade de retorno e obtenção de mais um grau na carreira profissional.

A todos(as) os(as) trabalhadores ambulantes dos espaços do metrô do Recife, pela gentileza em participar dessa investigação, sem os quais essa pesquisa não seria possível.

E a todos que contribuíram direta e indiretamente. Muito Obrigada!

“[...] Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* [...] onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador [...] quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força de trabalho para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital [...] Ela ocasiona uma acumulação de miséria, correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.” (KARL MARX, 1997, p. 274/275.).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo central analisar o trabalho dos vendedores do comércio ambulante, nos espaços do metrô do Recife, como estratégia, simultaneamente, de garantia da sobrevivência deles, mas, principalmente de acumulação do capital comercial “local”. O problema que norteia a investigação proposta divide-se em dois. Por um lado, o trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife consiste numa estratégia de sobrevivência para a classe trabalhadora? Por outro lado, o trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife consiste numa estratégia de acumulação do capital comercial (local)? Para responder essas questões nos fundamentamos na teoria social crítica marxista. Resgatamos a historicidade do sistema capitalista de produção e da categoria trabalho, bem como, desvelamos a historicidade e as particularidades do trabalho ambulante e das mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife. Como procedimentos metodológicos foram realizados: pesquisa bibliográfica, acerca das categorias teóricas que perpassam a temática e pesquisa de campo, norteada pela observação sistemática e entrevistas semiestruturadas, com 11 vendedores ambulantes. Estas bases permitiram a aproximação com o objeto em análise, e a sistematização teórica acerca da essência do sistema capitalista de produção, da categoria trabalho e do trabalho ambulante, nos espaços do metrô do Recife. Compreende-se que o trabalho ambulante, nos espaços do metrô do Recife contribui, contraditoriamente, para a sobrevivência da classe trabalhadora e para a acumulação do capital comercial (local), como pressuposto dessa investigação, mas, também do capital industrial de âmbito local e global.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Ambulantes. Capital. Recife.

ABSTRACT

The central aim of this study is to analyze the work of peddlers in the area of Recife's "Metro" (a system of surface trains) as strategy to guarantee simultaneously their survival, but mainly to accumulate the "local" commercial capital. The problem that leads the proposed investigation is divided into two. On the one hand, does the peddling work in the area of Recife's "Metro" consist of a strategy of survival of accumulation of local commercial capital? On the other hand, does the peddling work in the area of Recife's Metro consist of a strategy of accumulation of local commercial capital? To answer these questions, we have based on the marxist's social criticism theory. We have rescued the historicity of the capitalist system of production and the work category as well as we have disclosed the historicity and the particularities of the peddling work and the commodities traded in the area of Recife's Metro. Methodological procedures have been carried out: bibliographic research on the theoretical categories that pass through the themes, the field research led by systematic observation and semistructured interviews with 11 peddlers. These bases allowed the proximity with the object in analysis and the theoretical systematization on the essence of the capitalist system of production, the work category and the peddling one in the area of Recife's Metro. It is understood that peddling work in the area of Recife's Metro contributes contradictorily to the survival of the working class and to the accumulation of the commercial capital (local) as a presupposition of this investigation, but also of the industrial capital of local and global range.

KEYWORDS: Work. Peddlers. Capital. Recife.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Quantidade de participantes da pesquisa por gênero (%)	130
Gráfico 02 -	Relação entre sexo e idade dos entrevistados	131
Gráfico 03-	Nível de escolaridade a partir do sexo	132
Gráfico 04 -	Localização das moradias dos trabalhadores ambulantes	133
Gráfico 05 -	Tempo de trabalho ambulante (por sexo)	152
Gráfico 06 -	Tempo de trabalho ambulante (por idade)	152
Gráfico 07 -	Tempo de trabalho ambulante (pela escolaridade)	153
Gráfico 08 -	Concentração dos dias trabalho (na semana)	154
Gráfico 09 -	Jornada diária de trabalho (horas) (por sexo)	154
Gráfico 10 -	Valor (R\$) apurado por dia, a partir do sexo dos entrevistados	155
Gráfico 11 -	Valor da reprodução social dos vendedores ambulantes (por sexo) e o salário-mínimo de R\$1.045,00/2020	156

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 -	O Trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife	165
Mapa 01 -	Sistema Integrado do Transporte Metroviário do Recife	128
Fluxograma 01-	Origens das mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife	167
Imagem 02 -	Mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Nível de escolaridade dos entrevistados	131
Quadro 02-	Valor gasto com a aquisição de alimentos (feira/mês)	134
Quadro 03-	Valor mensal gasto com tarifas de consumo	136
Quadro 04-	Acesso aos Programas Sociais	137
Quadro 05-	Tempo de trabalho ambulante no metrô do Recife	151
Quadro 06-	Quantidade de dias de trabalho (por semana)	153
Quadro 07-	Valor apurado (por dia) pelos trabalhadores ambulantes	155
Quadro 08-	Valor mensal (apurado, gastos com mercadorias e para a reprodução social)	156
Quadro 09-	Mercadorias comercializadas pelos entrevistados	166
Quadro 10-	Valores pagos, revendidos e apurados com as mercadorias	166
Quadro 11-	Origens da produção das mercadorias comercializadas pelos entrevistados	169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPJ- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CTPS- Carteira de Trabalho e Previdência Social
CQQ- Círculos de Controle de Qualidade
CELPE- Companhia Elétrica de Pernambuco
COMPESA- Companhia Pernambucana de Saneamento
CLT- Consolidação das Leis do Trabalho
CF- Constituição Federal
EPI- Equipamento de Proteção Individual
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS- Instituto Nacional do Seguro Social
LGAC- Lei Geral de Acumulação do Capital
MEI- Micro Empreendedor Individual
OIT- Organização Internacional do Trabalho
OMS- Organização Mundial da Saúde
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PREALC- Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
PNJ- Política Nacional da Juventude
PPGSS- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
RMR- Região Metropolitana do Recife
SARS-Cov-2- Síndrome Respiratória Aguda Grave
SUS- Sistema Único de Saúde
TI Terminais Integrados de Ônibus
UTI- Unidade de Terapia Intensiva
UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. O SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO: UM RESGATE TEÓRICO- HISTÓRICO DA SUA GÊNESE E DOS MOVIMENTOS PARA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL.....	25
1.1 A GÊNESE DO SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO: UMA SÍNTESE HISTÓRICA, A LUZ DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA MARXISTA.....	25
1.2 O CIRCUITO DA PRODUÇÃO DE MERCADORIAS NO SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E AS ESPECIFICIDADES DA ESFERA DA TROCA/CIRCULAÇÃO DAS MERCADORIAS	37
1.3 A LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL (LGAC): ARTICULAÇÃO ENTRE A AMPLIAÇÃO DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E A CRIAÇÃO DO EXÉRCITO DE RESERVA.....	45
1.4 A PROCESSUALIDADE DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO NA BUSCA PELA AMPLIAÇÃO DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: UMA BREVE SÍNTESE HISTÓRICA	53
1.5 O CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE CRISES E RENOVAÇÕES.....	59
2. A CATEGORIA TRABALHO À LUZ DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA MARXISTA: DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL À SUA RECONFIGURAÇÃO PELO CAPITAL.....	72
2.1 O TRABALHO E A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: UMA BREVE SÍNTESE À LUZ DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA MARXISTA.....	72
2.2 A RECONFIGURAÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO	83
2.3 PRECARIZAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E INFORMALIZAÇÃO: A TRILOGIA HISTÓRICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO NO SISTEMA PRODUTIVO DO CAPITAL.....	96
2.4 AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS PAÍSES DE CAPITALISMO PERIFÉRICO E AS NOVAS EXIGÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA: BREVES CONSIDERAÇÕES	110

3. O TRABALHO AMBULANTE NOS ESPAÇOS DO METRÔ DO RECIFE: ENTRE A REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA E A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	119
3.1 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS ACERCA DO TRABALHO AMBULANTE.....	119
3.2 DOS MASCATES AOS VENDEDORES AMBULANTES: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO ACERCA DA COMERCIALIZAÇÃO AMBULANTE NOS ESPAÇOS DO RECIFE	124
3.3 A HISTORICIDADE DO TRABALHO AMBULANTE NOS ESPAÇOS DO METRÔ DO RECIFE: O DESAFIO DA REPRODUÇÃO SOCIAL FRENTE À EXPLORAÇÃO DO CAPITAL.....	128
3.3.1 O processo de pesquisa de campo nos espaços do metrô do Recife.....	128
3.3.2 Os trabalhadores ambulantes dos espaços do metrô do Recife: quem são? Como vivem?.....	130
3.3.3 As trajetórias pessoais e os processos de inserção dos entrevistados no trabalho ambulante.....	143
3.3.4 Como e em quais condições o trabalho ambulante se realiza nos espaços do metrô do Recife?	151
3.4 A HISTORICIDADE DAS MERCADORIAS COMERCIALIZADAS NOS ESPAÇOS DO METRÔ DO RECIFE	165
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
6. REFERENCIAS.....	181
7. APÊNDICES	188
7.1 INSTRUMENTAL DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA.....	188
7.2 INSTRUMENTAL DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (FORMULÁRIO)....	189
8. ANEXOS.....	192
8.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	192
8.2 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM.....	195

INTRODUÇÃO

Trata-se de uma pesquisa na temática do trabalho, especificamente do trabalho ambulante, entendido como estratégia de sobrevivência do trabalhador e, contraditoriamente, como estratégia de acumulação do capital comercial (local). Resultado do Projeto de Pesquisa aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como pré-requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

O interesse pela temática do trabalho ambulante surgiu desde a graduação em Serviço Social, a partir de inquietações suscitadas pelos debates e discussões, no processo de aquisição teórica, proporcionados pelas disciplinas cursadas. A vivência e observação do real, aliados aos questionamentos suscitados no processo de formação profissional proporcionaram as impressões, inquietações e interesses em desvendar a essência da dinâmica do trabalho no comércio ambulante, e que vem se desdobrando nos espaços do metrô do Recife. As idas e vindas para a UFPE, para os estágios, além dos demais momentos de acesso aos serviços de transportes públicos no Recife e Região Metropolitana (RMR), como usuária observante, foram fundamentais para reforçar minhas inquietações sobre aquela realidade a ser desvelada para além da aparência.

Ao final da graduação, algumas inquietações e estudos resultaram numa primeira aproximação com o trabalho de conclusão de curso, intitulado: “*O trabalho informal nos espaços do sistema metropolitano do Recife e Região Metropolitana (RMR)*”. A partir de uma perspectiva crítica, caracterizou-se o trabalho no comércio informal, nos espaços do Sistema Metropolitano do Recife e (RMR), construiu-se um perfil dos vendedores ambulantes e elaborou-se também, um quadro das principais mercadorias comercializadas.

Os dados até então disponíveis revelaram que o trabalho ambulante é ultraprecário e desprotegido, que os vendedores ambulantes passam extensas e intensas jornadas de trabalho, a maior parte do tempo de pé, expostos às situações de insegurança física, ao perigo de serem atingidos pelos trens ou pelos ônibus dos Terminais Integrados de Ônibus (TI), além da possibilidade de serem eletrocutados ao transitarem pelas vias do metrô. Encontram-se também, em situação de

desproteção social, uma vez que, além de ser trabalho invisível na regulação do trabalho, não contribuem como autônomos para com a previdência social (INSS). Verificou-se ainda que os trabalhadores ambulantes apuravam em média R\$ 88,00 (oitenta e oito) por dia, porém desse valor, retiravam, primeiramente, os custos com a compra das mercadorias para comercialização, para em seguida, com o restante do valor adquirido, sobreviverem juntamente com suas famílias. (SILVA e SILVA, 2016).

Do trabalho de conclusão do curso de Serviço Social permaneceram alguns questionamentos em torno da temática, como: qual a essência do fenômeno? O que esse fenômeno revela, ou tem a ver com o processo de acumulação do capital, já que todo trabalho encontra-se inserido na dinâmica capitalista? Questionamentos que requerem aprofundamento teórico e que superam a caracterização do trabalho no comércio ambulante, a sistematização das condições em que essa atividade é desenvolvida, e o perfil dos vendedores ambulantes.

A partir disso, essa investigação pretendeu aprofundar o conhecimento teórico/prático, a fim de continuar os processos de sucessivas aproximações com o fenômeno, objetivando descortinar a sua essência, explorando a relação entre o trabalho ambulante e a acumulação do capital. Desvendar o essencial do fenômeno aparente permite responder aquele questionamento, seja: ao como o trabalho precário dos vendedores ambulantes nos espaços do metrô do Recife é uma estratégia tanto para garantir a sobrevivência do trabalhador (aparência), como é essencial ao ciclo de produção capitalista para garantir a acumulação do capital comercial local (essência)?

O trabalho no modo de produção capitalista, no momento atual, tem acompanhado a fluidez do capital financeiro e fictício, com isso, exige relações sociais de produção flexíveis e conseqüentemente, trabalhos precários. O capitalismo atual encontra-se em crise estrutural, e o mundo do trabalho nesse contexto reflete as transformações ocorridas na esfera da produção, iniciadas no final do século XX, nos países de capitalismo central. Antunes (2007) corrobora com essas afirmações ao defender que a configuração do trabalho no século presente é fruto das mudanças nas relações de trabalho de base fordista-taylorista, vivenciadas nos países centrais, na década de 1970, e resulta na ampliação e consolidação do trabalho flexível de base toyotista, através de vínculos precários, flexíveis,

terceirizados/subcontratados, *part-time*. Trata-se de uma “[...] *busca inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor.*” (ANTUNES, 2007, pág. 14). Vivencia-se a consolidação e o espraiamento das demissões, da flexibilização das relações de trabalho e do estabelecimento de vínculos cada vez mais fluídos, precários e informais.

Mas, é por intermédio dessas transformações no mundo do trabalho que o capital avança nos seus processos de acumulação, reduzindo o quantitativo de trabalhadores ativos e formais e ampliando a exploração e intensificação do trabalho, para dele extrair mais-valia, inclusive da força de trabalho global que incorpora a superpopulação relativa. No atual contexto, o capital combina formas de extração de mais-valia dos trabalhadores ativos e daqueles considerados participantes do exército de reserva, os quais Marx (1997) já apontava que, embora estivessem no exército de reserva, não estariam desocupados! Independente do lugar ocupado pelo trabalhador no ciclo de produção do capital, no contexto atual, o seu trabalho é permeado pela exploração, produtividade e intensificação, objetivando ampliar as taxas de acumulação do capital.

A classe trabalhadora dos países de capitalismo periférico sofre mais intensamente os impactos dessas transformações no mundo do trabalho, uma vez que, os trabalhos precário, informal, flexível, dentre outros são constitutivos da formação sócio-histórica do trabalho nesses países. Nos períodos de crise do capital amplia-se o desemprego estrutural e, conseqüentemente, espraiam-se as modalidades de trabalhos precários, flexíveis e informais. Ademais, o processo de financeirização do capital também rebate, nesses países, e contribui para a desindustrialização dos parques produtivos, o que reforça também, o aumento do desemprego estrutural e reconfigura o mercado de trabalho, sobretudo, ampliando os empregos nos ramos de comércio e serviços, ou seja, na esfera da circulação de mercadorias, em detrimento da indústria. Trata-se de um movimento dialético do capital que, em parte, enxuga os postos de trabalhos nas indústrias, os quais são geralmente, marcados pela estabilidade e proteção social, e, em outra parte, amplia os postos de trabalhos imateriais, marcados pela precarização e pela informalidade. (ANTUNES, 2007; PASTORINI, 2004). Essas mudanças na esfera produtiva dos países periféricos têm acompanhado o movimento global do capital, o qual exige fluidez e flexibilização nos processos produtivos para todos os países capitalistas.

A crise tem sido usada pelo capital como estratégia para a retomada das taxas de acumulação, e nesse início do século XXI, o capital requer e exige novas configurações para a contratação da força de trabalho em geral. Acerca disso, Antunes (2007) defende que, as novas exigências do capital para a classe trabalhadora dos países periféricos, têm reconfigurado o trabalho abstrato, produtor de valor para o capital, trata-se uma nova configuração do trabalho, na qual se verifica os seguintes contornos: um trabalho polivalente e multifuncional, o que equivale a uma desespecialização multifuncional do trabalho, que se expressa pela intensificação dos ritmos, dos tempos e dos processos de trabalho. Ademais, tem-se a ampliação do trabalho imaterial realizado na esfera da comunicação, da publicidade, do *marketing*, dos símbolos, que se articula quase invisivelmente com os trabalhos materiais, configurando-se como forma contemporânea de extração de mais-valor. Assim, ampliam-se os trabalhos virtuais, decorrente da erosão dos espaços presenciais e estáveis de trabalho, sobretudo, regulamentados e formais vivenciados em meados do século XX e até o momento.

Portanto, o capital tem buscado ampliar formas de trabalho cada vez mais sem custos, os quais potencializam a extração de mais-valor, e, conseqüentemente, de mais lucro para a acumulação. Esses trabalhos sem custos para o capital são informais, desregulamentados legalmente e desprotegidos. O desemprego gerado/produzido pelo movimento do capital, em busca de mais lucro para acumulação, elimina uma parcela da classe trabalhadora do mercado formal de trabalho, em contrapartida, o capital, simultaneamente, cria e recria formas de trabalho para ocupar essa população desempregada. Dentre as várias formas de ocupação e trabalho tem-se o trabalho ambulante no comércio que é desprotegido, mas que se insere no conjunto de atividades e trabalhos classificados como informais.

No modo de produção capitalista o trabalho, ao passo que atende às necessidades da classe trabalhadora, serve diretamente aos interesses do capital. Trabalho no capitalismo articula a produção e a reprodução, tanto do capital quanto da classe trabalhadora. Desse modo, entende-se que o trabalho ambulante consiste numa forma de trabalho criado pelo sistema capitalista de produção, ao tempo em que atende precariamente às necessidades de sobrevivência do trabalhador ocupa e explora a classe trabalhadora desempregada para acumular, tanto com o trabalho

na esfera produtiva, quanto com o trabalho na esfera da circulação, uma vez que ambas se complementam e fazem parte de um mesmo processo, que é o circuito da produção capitalista.

Ademais, o capital acumula a partir da exploração de trabalhos protegidos e desprotegidos, de trabalhadores ativos no mercado de trabalho formal ou na situação de desemprego, como no trabalho ambulante, mas, inseridos no trabalho em geral. O capital expande para a classe trabalhadora geral, trabalhos cada vez mais, sem custos, com intensificação da exploração e da acumulação para a classe trabalhadora.

Assinalamos, portanto, que o trabalho no capitalismo atual assume múltiplas configurações: é multifuncional, sem especialização, polivalente, com extensas e intensas jornadas de trabalho e, sobretudo, desregulamentado. Nesse esteio, o trabalho ambulante é ainda mais precário, porquanto reuni muitas dessas configurações, sejam: é flexível, multifuncional e polivalente. O crescimento do trabalho ambulante obedece às leis gerais da acumulação do capital, as quais produzem o movimento do capital, na busca pela retomada das taxas de acumulação: ao impulsionarem o recuo do mercado de trabalho formal, contribuem diretamente para a expansão de trabalho e ocupação da força de trabalho desempregada, a fim de explorá-la e dela gerar lucros para o capital. (ANTUNES, 2007). Assim, o trabalho ambulante não deixa de contribuir direta ou indiretamente para a ampliação e a acumulação do capital.

No cenário de crise do capital, o trabalho ambulante, nos espaços do metrô do Recife, tem se expandido desde a inauguração do metrô do Recife, em 1985, transformado num grande mercado, no qual circula um volume significativo de passageiros transformados em consumidores. Trata-se da expansão do trabalho ambulante, que está circunscrito na esfera da circulação de mercadorias, ou seja, trata-se do aumento da comercialização livre de mercadorias, ou ainda, do aumento do comércio ambulante. O trabalho ambulante contribui, em parte, para ampliação da produção, uma vez que, possibilita a maior circulação das mercadorias produzidas, opera a busca ativa de consumidores finais, o que faz ampliar as vendas (circulação e consumo).

Nesse processo, o trabalhador ambulante contribui indiretamente para a extração de mais-valia na esfera produtiva, ao impulsionar a produção e a

produtividade das mercadorias pela ampliação do consumo, que concretiza e extrai lucros. Em assim se processando, o vendedor ambulante de mercadorias contribui diretamente para a acumulação do capital comercial e industrial por meio do seu trabalho sem grandes ou nenhum custo ao capital. Uma vez que, não possui vínculos, contratos, proteção social, nem remuneração fixa. O trabalho desempenhado pelo trabalhador no comércio ambulante termina sendo apropriado pelo capital comercial e industrial e coopera para a extração integral de mais-trabalho. Dessa forma, o trabalhador ambulante nos espaços do metrô do Recife contribui direta e indiretamente para a valorização e a acumulação do capital produtivo e comercial que pretendemos explorar, desvelar.

O trabalho ambulante, nos espaços do metrô do Recife é uma atividade comercial urbana, aparentemente de baixa complexidade, desenvolvida no circuito da produção capitalista, especificamente na esfera da circulação de mercadorias ou na de prestação de serviços. O trabalhador ambulante mantém preso ao corpo um conjunto diversificado de mercadorias, com as quais se movimenta, nos vários espaços do metrô, deslocando-se até o cliente para realizar a oferta de consumo. A busca por consumidores diretos, instantâneos e a ausência de construções ou instalações físicas permanentes são características inerentes à atividade ambulante, por isso, os trabalhadores ocupam quaisquer espaços públicos e, ou privados, com o objetivo de se aproximar e de ampliar o mercado consumidor.

Ressalta-se que não se trata de uma atividade recente, entretanto, observa-se a crescente inserção de trabalhadores ambulantes ao longo dos anos. O objetivo primordial ou aparente do trabalho ambulante, para a classe trabalhadora desempregada é a busca por recursos provisórios, mediante o cenário de desemprego estrutural, por outro lado, o objetivo primordial do capital é explorar esses trabalhadores desprotegidos e que muitas vezes foram ejetados do mercado formal de trabalho, confirmando um traço peculiar do capitalismo – o sistema não incorpora toda força de trabalho disponível. Seguindo essa lógica e, ou tendência, o trabalhador expropriado do trabalho protegido termina sendo inserido em atividades heterogêneas e de baixíssimo custo, por maior período de tempo (às vezes permanentemente) e cada vez em maior número, como ambulante, no caso dos espaços do metrô do Recife.

É no circuito da produção e reprodução social do capital que se insere o trabalho no comércio ambulante, uma atividade dentro do sistema capitalista de produção, na esfera da circulação de mercadorias, mediada por relações de produção, de exploração do trabalho, através das relações sociais entre o capital e o trabalho, entre capital comercial e produtivo e trabalhadores ambulantes. Existe uma clara separação entre o capital produtivo e comercial e a parcela da classe trabalhadora do comércio ambulante, respectivamente, aqueles são proprietários dos meios produtivos e, portanto, donos do capital produtivo e comercial, e esses são proprietários da força de trabalho que não é remunerada pelo capital produtivo, nem pelo capital comercial.

Trata-se de um trabalho precário, insalubre, com extensas jornadas de trabalho. Trabalho esse explorado pelo capital comercial e industrial, que tem se intensificado e diversificado nesses vinte anos do século XXI. Ademais, apresenta os desdobramentos e os impactos das transformações no mundo do trabalho, vivenciadas nos países centrais, as quais rebatem na periferia do capital e reconfigura o trabalho, inclusive, reconfigura o trabalho ambulante – transformando-o numa atividade consolidada para ocupação da força de trabalho e não mais como uma atividade efêmera ou como um espaço “amortecedor” do desemprego, no qual o trabalhador transitava em busca de uma contratação com proteção e direitos ou “formal”. Observa-se que tais transformações no mundo do trabalho vêm consolidando a precarização e as formas de trabalhos desprotegidos para a classe trabalhadora em geral, e rebate ainda com mais intensidade no trabalho desenvolvido pela parcela da classe trabalhadora desempregada e ocupada, a qual se vê sem esperança de retorno ao mercado de trabalho formal e com proteção social.

Verifica-se no trabalho ambulante, nos espaços do metrô do Recife, a presença de estratégias de comercialização que articulam elementos novos e velhos, modernos e arcaicos, as quais contribuem para ampliação da comercialização e contraditoriamente configuram o trabalho realizado nesses espaços. Observa-se que o trabalho realizado com extensa jornada diária, em instalações precárias, improvisadas e insalubres, articula-se com os processos de comercialização informatizados, por meio de vendas pela internet e transações

comerciais mediadas pelo uso de cartões de créditos, PIX-transferências instantâneas, etc.

Assim compreende-se que o trabalho ambulante está inserido nas relações de produção, sem onerar o capital produtivo e comercial (local e global). Mas, pelo contrário, contribui indireta e diretamente para a sua acumulação. Entendemos que o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores ambulantes está submetido ao movimento do capital em busca de acumulação e, portanto, submetido também a Lei Geral de Acumulação do Capital (LGAC), na qual, segundo Marx (1997), ao passo que cresce a riqueza do capital, cresce também, e em mesmas proporções a miséria da classe trabalhadora. Com isso, questiona-se o lugar do trabalho ambulante no circuito de produção do capital e sua dupla estratégia: ao passo que serve para a reprodução social da classe trabalhadora, serve também para a produção e reprodução do capital.

Salienta-se que o trabalho ambulante atende, em parte, às necessidades de sobrevivência da parcela da classe trabalhadora, expulsa das relações formais de trabalho, ou seja, desempregada, porém, ocupada. Todavia, para além de ser uma estratégia de sobrevivência para a classe trabalhadora, o trabalho ambulante é também estratégia de valorização e acumulação do capital, através da exploração e da apropriação de trabalho não pago aos vendedores ambulantes. Os trabalhadores ambulantes, que comercializam diversas mercadorias nos espaços do metrô do Recife, ao passo que buscam suas sobrevivências, contribuem para a ampliação da produção por meio dos seus trabalhos de expansão do consumo e, conseqüentemente, para a acumulação do capital comercial e industrial (local e global).

Temos, pois, como objetivo geral desse estudo analisar o trabalho dos vendedores do comércio ambulante, nos espaços do metrô do Recife, com base na Lei Geral de Acumulação do Capital: como estratégia, simultaneamente de garantia da sobrevivência deles, mas principalmente de acumulação do capital comercial “local”.

Como questão norteadora da pesquisa tem-se: O trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife consiste em estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora, bem como, em estratégia de acumulação do capital comercial (local)?

Nossos objetivos específicos são:

1) Resgatar a historicidade das mercadorias vendidas no comércio ambulante, bem como, a historicidade do trabalho ambulante, enquanto mercadoria e, sua contribuição no circuito da produção, consumo e troca, para acumulação do capital;

2) Caracterizar como e em quais condições o trabalho ambulante se realiza nos espaços do metrô do Recife e Região Metropolitana;

3) Descrever como o mais-trabalho dos trabalhadores ambulantes é apropriado pelo capital local enquanto estratégia para a sua acumulação.

Buscou-se como fundamentação teórica a teoria social crítica marxista e o método materialista crítico histórico-dialético. Como procedimentos metodológicos foram realizados: pesquisas bibliográficas acerca da temática em apreço, bem como, pesquisa de campo mediada pela observação sistemática e pela aplicação de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores ambulantes dos espaços do metrô do Recife.

O trabalho aqui desenvolvido foi sistematizado em 03 (três) capítulos. O primeiro capítulo denominado: ***O sistema capitalista de produção: um resgate teórico-histórico da sua gênese e dos movimentos para acumulação do capital*** abordará as transformações socioeconômicas e políticas que desencadearam na consolidação do sistema capitalista de produção. Em seguida, discutirá o circuito da produção de mercadorias no capitalismo, com destaque para a esfera da circulação das mercadorias. Apresentará ainda Lei Geral de Acumulação do Capital (LGAC) e os movimentos do capital na busca pela crescente acumulação, sobretudo, com a criação do exército de reserva que é responsável por articular o crescimento da riqueza do capital em proporções relativas ao crescimento da pobreza para a classe trabalhadora. Discutirá também a processualidade dessas transformações socioeconômicas e políticas e suas contribuições para o estabelecimento da hegemonia do sistema produtivo (global) do capital. E finalizará com uma breve discussão acerca do capitalismo contemporâneo, destacando suas crises e renovações.

Já o segundo capítulo, denominado: ***A categoria trabalho à luz da teoria social crítica marxista: da ontologia do ser social à sua reconfiguração pelo capital*** inicialmente apresentará a categoria – trabalho, com base na teoria social

crítica marxista e, posteriormente, discutirá os processos de reconfiguração do trabalho enquanto ontologia do ser social, pelo sistema capitalista de produção. Em seguida, debaterá sobre as estratégias históricas do capital (precariedade/precarização, flexibilidade/flexibilização e informalidade/informalização) para ampliar a exploração do trabalho. Por último discutirá as determinações históricas do trabalho nos países de capitalismo dependentes e as novas exigências impostas pelo capital à força de trabalho.

O terceiro capítulo denominado: ***O trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife: entre a reprodução social da classe trabalhadora e a acumulação do capital*** iniciará com breves considerações conceituais acerca do trabalho ambulante e apresentará um resgate histórico sobre o trabalho ambulante nos espaços do Recife. Na sequência, apresentará os resultados das pesquisas de campo, inicialmente, o perfil dos trabalhadores ambulantes e o desafio da reprodução social desses trabalhadores. As trajetórias pessoais e os processos de inserção dos entrevistados, no comércio ambulante do metrô do Recife. Posteriormente, apresentará a historicidade do trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife (como e em quais condições se processa), suas contribuições para a acumulação do capital: pela ampliação da circulação das mercadorias (mais-valia indireta e consumo do trabalho e mais-trabalho) e pelo aumento da produção (mais-valia direta). Ademais, abordará a historicidade das mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife e a articulação do capital comercial local, com o capital industrial, local e global, na busca por acumulação.

1. O SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO: UM RESGATE TEÓRICO-HISTÓRICO DA SUA GÊNESE E DOS MOVIMENTOS PARA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

1.1 A GÊNESE DO SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO: UMA SÍNTESE HISTÓRICA, A LUZ DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA MARXISTA

O modo de produção capitalista foi descortinado criticamente por meio das investigações teóricas realizadas pelo filósofo alemão Karl Marx, no século XIX. Tais investigações resultaram na produção teórica intitulada: *Para a Crítica da Economia Política*¹. O circuito da produção capitalista, sua reprodução e ampliação foram apresentados brilhantemente nas produções teóricas de Marx², principalmente, por intermédio da criação da teoria do valor-trabalho, dos fundamentos do marxismo e da publicação da coletânea de *O Capital*, sobretudo, do volume I, em 1867.

Karl Marx em suas investigações acerca da realidade social da Inglaterra pretendia compreender a sociedade, a economia e as relações sociais, ao seu tempo, de uma forma crítica e baseada no real posto. Com isso, conduziu suas concepções teóricas por caminhos diferentes de seus estudiosos contemporâneos. Embora tivesse sido instruído, inicialmente, pelo idealismo de Hegel, mais tarde, Marx mudou de perspectiva teórica. Desenvolveu suas investigações acerca do real, com base no materialismo crítico histórico-dialético.

Com a mudança de perspectiva teórica Marx construiu as bases do marxismo e do método materialista crítico histórico-dialético. Não obstante, a dialética hegeliana, serviu de base para a construção do método marxista. Contradizendo, em partes, o idealismo hegeliano, Marx manteve o princípio dialético de Hegel, porém inverteu-o, no sentido de construir uma dialética materialista, ao defender que o real não consiste no que é idealizado, mas que o elemento idealizado parte do real concreto, para ser concebido idealmente. Isto é, para Marx a teoria consiste no movimento do real, para o concreto pensado. Por isso, debruçou-se em investigar a realidade social posta na Inglaterra e por meio dela construiu explicações teóricas

¹ Publicada em 1859.

² Obras essas, nas quais, Marx pode contar com o apoio intelectual e financeiro do seu amigo Friedrich Engels, filho de um industrial têxtil, com vocação e curiosidade intelectual, como pontua Jacob Gorender. (MARX, 1996.).

que contribuíram para a compreensão das relações sociais daquele momento, bem como, para além de seu tempo.

A teoria marxista tornou-se clássica por trazer contribuições que superaram o seu tempo cronológico. As leituras do real apontam que o desenvolvimento do capitalismo hoje, ainda pode ser compreendido à luz dos escritos de Marx, através de abstrações e mediações que possibilitam enxergar a essência da realidade social posta, para além de sua aparência.

O autor supracitado buscou, a partir de suas investigações, compreender a essência dos fenômenos sociais da sua época, sobretudo, a essência do desenvolvimento do sistema capitalista de produção, por intermédio da superação da aparência, das relações sociais capitalistas. Assim concebeu que os fenômenos sociais são resultados de um conjunto, complexo e contraditório, de movimentos da produção e da reprodução social do capital. Ademais, considerou que os fenômenos e as relações sociais são moldados pelo sistema capitalista de produção, no qual, o homem, enquanto ser social não é genérico, nem supra-histórico, como defendiam os teóricos idealistas, mas sim, um “[...] *ser social determinado pela história das relações sociais por ele próprio criadas [...]*” (MARX, 1996, p. 11).

Para Marx as expressões das relações sociais entre os homens são determinadas pelas relações econômicas estabelecidas entre eles. Assim o autor compreende que o ideal é tão somente determinado pelo real, quando afirma que

“[...] de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si [...] ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais [...]”. (MARX, 1996, p. 11-12).

Marx (1978) concebeu um método de análise e de investigação social, com centralidade na historicidade do fenômeno analisado, na compreensão das particularidades e, simultaneamente, da totalidade dos fatores que envolvem o movimento do objeto em análise, isto é, os movimentos do capital. Trata-se do materialismo crítico histórico-dialético. O autor supracitado buscou em suas investigações teóricas desvendar a essência do sistema capitalista de produção, a partir das relações sociais de produção postas na realidade inglesa.

O método materialista crítico histórico-dialético consiste numa estratégia de investigação teórica e crítica, que considera o real concreto como ponto de partida para a investigação teórica. Marx (1978) defende que a realidade social pode ser desvendada teoricamente por meio de sucessivas aproximações do objeto em análise. Assim, considera que se torna possível ao teórico alcançar a *essência* do fenômeno investigado – a essência do real.

Compreende que a partir do método materialista crítico histórico-dialético a investigação acerca da realidade social é composta por três fases, a primeira representa os conhecimentos em torno da *aparência* do fenômeno em análise. O momento de desvendar o real sugere a superação dessa aparência, por meio da negação das afirmações iniciais acerca do objeto analisado.

Em segunda instância o investigador teórico se depara com a construção da *síntese* acerca do objeto em investigação. Uma vez que, seus conhecimentos teóricos avançam da aparência do fenômeno para a negação das afirmações iniciais, construindo assim, uma *síntese* de novas concepções. Dialeticamente a *síntese* do objeto de investigação representa em sua totalidade: parte da aparência do fenômeno, essa que não deve ser totalmente negada, e parte das descobertas acerca do fenômeno investigado.

Ao final da investigação teórica o pesquisador alcança a *antítese* do objeto investigado, que representa a *essência* do fenômeno: em parte é composta pelas concepções iniciais sobre o objeto em análise, porém também é composta de outra parte, que contem elementos novos, descortinados daquele fenômeno.

Marx (1978) desenvolveu o método materialista crítico histórico-dialético ao desvendar os movimentos do capital, sobretudo, ao descortinar crítica e historicamente o surgimento desse modo de produção e seu desenvolvimento, na realidade social da Inglaterra. Ademais, Marx (1978) transpôs a essência alcançada acerca do capital num nível de abstração e transcendência, capaz de explicar outras realidades sociais postas, dentro do sistema capitalista de produção, inclusive para além de seu tempo. (MARX, 1978; NETTO, 2009).

Para compreender a realidade social da época, os teóricos da Economia Política Clássica partiam da concepção de que (a sociedade) deveria ser comparada a um edifício, o qual deveria ser alicerçado, com base na economia política. A princípio Marx e Engels rejeitaram tais afirmações, posteriormente, assimilaram tais

concepções, bem como, adaptaram a teoria do valor, ao criarem a teoria do valor-trabalho.

Os autores conceberam que a sociedade (o edifício), em seu todo é regida por uma infraestrutura econômica, baseada no modo de produção – o sistema capitalista. Ademais consideram que a superestrutura social, na qual se encontra as relações e as instituições sociais, está determinada pelo seu modo produtivo, ou seja, as relações sociais se formam a partir das estruturas que regem as relações sociais de trabalho. Assim, em sendo uma sociedade baseada no modo de produção capitalista, conforme o método marxista, suas relações sociais, políticas, educacionais, religiosas, dentre outras, serão estruturalmente relações sociais capitalistas. (MARX, 1996).

Portanto, o materialismo crítico histórico-dialético compreende a relação entre a infraestrutura e a superestrutura social, na qual a

“[...] instância econômica, sendo a base da vida social dos homens, não existe senão permeada por todos os aspectos dessa vida social, os quais, por sua vez, sob modalidades diferenciadas, são instâncias da superestrutura possuidoras de desenvolvimento autônomo relativo e influência retroativa sobre a estrutura econômica [...]” (MARX, 1996, p. 21).

Com base no método materialista crítico histórico-dialético, pode-se compreender o sistema capitalista de produção como um sistema de produção material e de reprodução social que determina a dinâmica das relações sociais de classe, a partir do lugar ocupado pelos sujeitos, na relação capital-trabalho.

Marx (1997) defende que a gênese do sistema capitalista de produção e, conseqüentemente, das relações sociais capitalistas, deu-se a partir da usurpação dos meios produtivos da classe trabalhadora, pelo conjunto de indivíduos, que posteriormente formariam a classe capitalista. Diferentemente dos estudiosos da sua época, os quais concebiam as relações sociais e, sobretudo, o acúmulo das riquezas materiais através de uma clara separação entre: “[...] *uma elite laboriosa, inteligente e, sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda [...]*”. (MARX, 1997, p. 339). De acordo com a teoria social crítica marxista a gênese do sistema capitalista de produção deu-se a partir da polarização entre os possuidores dos meios de produção *versus* os possuidores da mercadoria força de trabalho. Tratou-se do desenvolvimento das relações sociais de

classes: a classe capitalista *versus* a classe trabalhadora, a qual é também relação de produção.

A desapropriação ou expropriação dos meios produtivos da classe trabalhadora constituiu “[...] *condição prévia indispensável ao surgimento do modo de produção capitalista e lhe marca o caráter de organização social historicamente transitória [...]*” (MARX, 1996, p. 17).

Marx (1996) compreende que as condições impostas aos trabalhadores, no contexto inicial, de surgimento do sistema capitalista de produção, constituiu a essência da exploração dos trabalhadores, pela inicial classe capitalista, e a sua base, a saber, a exploração:

“[...] somente tal separação permite que o agente do processo de trabalho, como pura força de trabalho subjetiva, desprovida de posses objetivas, se disponha ao assalariamento regular, enquanto, para os proprietários dos meios de produção e de subsistência, a exploração da força de trabalho assalariada é a condição básica da acumulação do capital mediante relações de produção já de natureza capitalista [...]”. (MARX, 1996, p. 17).

A teoria social crítica marxista considera que, ainda na fase de transição do sistema feudal para os primórdios do modo de produção capitalista, ocorreu o processo de expropriação dos meios produtivos dos trabalhadores. A chamada acumulação primitiva, também denominada de expropriação primária, foi um processo necessário e inicial para o desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Marx (1996, p. 99), afirma que para o desenvolvimento do capitalismo foi imprescindível a “[...] *decomposição da unidade originária existente entre o trabalhador e seus instrumentos de trabalho [...]*”, ou seja, a decomposição do trabalho concreto³.

O autor supracitado aponta ainda que a acumulação primitiva deve ser considerada o divisor de águas entre o sistema produtivo feudal e o nascente sistema capitalista. Uma vez que, constituiu um “[...] *processo histórico de separação entre produtor e meio de produção [...] constituiu a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.*” (MARX, 1997, p. 340).

³ O trabalho concreto conforme Marx (1996) consiste no trabalho que cria valor de uso. Trata-se do trabalho útil, ou seja, do trabalho inerente à vida humana, produtor de valores de uso, e consiste na interação do homem com a natureza, a fim de atender as suas necessidades de sobrevivência.

Igualmente, assinala que o início do modo de produção capitalista deu-se tão somente em articulação com a erosão das bases do feudalismo, ao considerar que para ser considerado trabalhador livre e apto ao assalariamento os indivíduos deveriam está desvinculados das glebas. Tratou-se assim, de um movimento contraditório de libertação e aprisionamento dos servos-trabalhadores. Todavia, esse movimento contraditório de libertação e dependência, não se deu de forma voluntária, como salienta Marx (1997), criticando a concepção de muitos teóricos de sua época. Tratou-se dos movimentos de gênese do capital, por intermédio das expropriações primárias, nas quais os,

“[...] recém-libertos só se tornaram vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubadas. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.” (MARX, 1997, p. 341).

A acumulação primitiva foi um processo sanguinário de expulsão dos camponeses de suas terras. Que desencadeou o êxodo rural forçado, por intermédio das desapropriações das oficinas dos artesãos, das destruições dos campos, dos pastos, das criações, das habitações dos camponeses, dentre outros. No qual houve de matança de crianças, idosos e mulheres, além dos roubos dos bens da Igreja e da alienação dos bens do Estado. Enfim, um processo empreendido pelo capital nascente contra os camponeses, os artesãos, os oficineiros, os pastores e etc., para subjugar-los ao fardo do trabalho assalariado e ao domínio do capital.

Na Inglaterra, Marx (1997, p. 343) sinaliza que a base do sistema produtivo capitalista desenvolveu-se no trânsito dos séculos XV e XVI, quando “[...] *uma massa de proletários livres como pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais [...]*”. Tratou-se da criação de um

“[...] proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato de base fundiária [...] e usurpação de sua terra comunal. Na Inglaterra [...] pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a conseqüente alta dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tronou-se sua divisa [...]” (MARX, 1997, p. 343).

Ademais, Marx reitera que as habitações dos camponeses foram arruinadas pela nascente classe capitalista. Articularam-se as forças do capital nascente e do

Estado na criação de legislações sanguinárias que impeliram os camponeses para os centros urbanos, bem como, impediram a reconstrução de suas habitações, diante do risco de atrozes penalidades.

Marx (1997) aponta que a Reforma Protestante, ocorrida no século XVI, foi um acontecimento histórico relevante que impulsionou o processo violento de expropriação dos povos habitantes das áreas feudais. Ressalta-se que naquele período a Igreja Católica era proprietária de parte significativa dos feudos ingleses e seus bens foram repassados a preços baixos, foram aviltados, doados ou roubados, para e por uma elite especuladora, da época, ocasionando a retirada forçada e repentina dos povos habitantes dessas terras.

Outrossim, os bens estatais também foram usurpados, na Inglaterra, Marx (1997) aponta que uma elite se apropriou de partes importantes dos bens do Estado, através de roubos. Tais atrocidades foram embasadas na articulação entre a nascente elite burguesa e o Estado através da criação de Legislações as quais o autor supracitado adjetiva de sanguinárias. O surgimento da nova aristocracia fundiária articulou-se expressamente com a elite bancária, da época, a qual Marx (1997, p. 348) evidencia “[...] *que acabava de sair da casca do ovo* [...]”.

O conjunto de transformações econômicas, políticas e sociais formou as bases para a erosão do sistema feudal e para a edificação do sistema capitalista de produção. Em sua essência, tais transformações viabilizaram a separação do trabalhador de seus meios produtivos, a fim de submeter o trabalho concreto, aos interesses do capital. O modo de produção capitalista reconfigurou o trabalho concreto, transformando-o, em parte, em trabalho abstrato⁴, o qual passou a obter não apenas o valor de uso, mas também, e principalmente, o valor de troca, a fim de se tornar produtor de valor para o capital.

Sem os meios de produção os trabalhadores expropriados foram impelidos a vender a sua força de trabalho para o capital. O trabalho tornou-se uma mercadoria vendável. Ou seja, passou a ter valor de troca, além do seu valor de uso. A compra

⁴ De acordo com Netto e Braz (2012) o trabalho abstrato consiste na resignificação do trabalho concreto. Não se trata de dois tipos de trabalhos, mas sim, o trabalho abstrato consiste na transformação do objetivo da produção (o valor de uso) pelo capital (o valor de troca). O capital se apropria da força de trabalho dos trabalhadores assalariados, na produção, e esses, por sua vez, produzem mercadorias através de trabalho abstrato, o qual não consiste na satisfação direta de suas necessidades, mas sim, em trabalho para a satisfação das necessidades do capital, ou seja, para a valorização do capital.

da força de trabalho pelo capital e sua liberdade de uso, durante o período estabelecido no contrato de compra, instituiu o trabalho assalariado.

Marx (1996) aponta que esse processo de acumulação primitiva originou a formação da divisão social de classes, no sistema capitalista de produção, que por um lado instituiu a classe trabalhadora, por outro lado, a priori formou a classe dos arrendatários capitalistas e a posteriori, dos capitalistas industriais.

A classe social dos primeiros capitalistas, a saber, dos arrendatários capitalistas, era composta pelos: detentores das terras apropriadas dos trabalhadores; pelos viajantes, comerciantes, banqueiros e os donos das manufaturas, todos esses adquiriram seus bens através de roubos, sequestros de crianças, assassinatos de nativos, escravidão e toda sorte de males.

O grande questionamento acerca da origem dos arrendatários capitalistas é desvendado nos escritos de Marx (1997) quando ele assinala que se tratou de um processo lento, no qual a classe social capitalista foi se moldando a partir dos acontecimentos econômicos, políticos, sociais e históricos que desencadearam no final do século XV e início do século XVI.

Salienta que já existiam os arrendatários de terras, porém o sistema capitalista de produção, em sua gênese, possibilitou a ampliação do capital desses arrendatários, bem como, a implantação de uma modalidade de trabalho capaz de criar valor e valorizar o capital dos arrendatários. Como o objeto de pesquisa de Marx (1997) era o desenvolvimento do capital, na Inglaterra, o autor assinala para as especificidades do surgimento dos arrendatários capitalistas, nesse país, explicita assim que, a implantação do trabalho assalariado, conseqüentemente, a exploração dos trabalhadores livres, tornou-se a *pedra de toque* para a expansão e enriquecimento dos arrendatários capitalistas ⁵.

Por intermédio da exploração do trabalho assalariado, Marx (1997, p.363) assinala que o surgimento da classe social dos arrendatários capitalistas, na Inglaterra, ocorreu com a valorização de “[...] *seu próprio capital pelo emprego de trabalhadores assalariados [...]*”, e através dessa exploração dos trabalhadores

⁵ Marx (1997, p. 363-364), sinaliza que na Inglaterra a primeira forma de arrendatário capitalista foi o *bailiff*, que se tratava de um servo, substituído no final do século XIV pelos *landlord*, os quais eram fornecedores de matérias primas para a agricultura e manufatura da época. Posteriormente, surgiram os *meeiros*, os quais partilhavam os investimentos de capitais na agricultura e na manufatura, juntamente com os *landlords*, assim, repartiam os lucros desses investimentos conforme contratos previamente acordados.

livres, os arrendatários capitalistas podiam pagar “[...] *uma parte do mais-produto em dinheiro ou in natura, ao landlord como renda da terra.*”, conforme contratos estabelecidos.

Outro acontecimento bastante relevante para a expansão da classe dos arrendatários capitalistas foi a revolução agrícola, em meados do século XV. O processo de desapropriação do campesinato favoreceu diretamente o enriquecimento dos proprietários, digo, dos usurpadores das terras comunais, sobretudo, pela multiplicação dos gados, sem ônus para a nascente classe capitalista e, pelo beneficiamento do solo, causado pela criação do gado. Assim, ao passo que a expansão das riquezas alcançava os arrendatários capitalistas, a pobreza e o fardo do trabalho assalariado pesavam sobre a classe trabalhadora, desapropriada dos seus meios de produção e reprodução social.

Igualmente, outro acontecimento que contribuiu para o enriquecimento da nascente classe dos arrendatários capitalistas foi a oscilação da valorização dos metais preciosos. Os arrendatários capitalistas multiplicaram seus lucros, ao passo que a desvalorização dos metais nobres incidiu diretamente na desvalorização dos salários. Marx (1997, p. 364) afirma que,

“[...] O constante aumento dos preços de cereal, lã, carne, enfim de todos os produtos agrícolas, inchou o capital monetário do arrendatário sem sua colaboração, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, foi contraída em valores monetários ultrapassados. Assim, ele se enriquecia, ao mesmo tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu *landlord* [...]”. (Marx, 1997, p. 364).

O êxodo rural provocado pela expropriação primária dos povos do campo impeliu a massa de trabalhadores - outrora livres, autônomos, proprietários dos meios produtivos, associados em terras comunais e em manufaturas coletivas e, agora desapropriados de suas terras, de seus meios produtivos, de seus maquinários, de seus gados e de suas casas -, aos centros urbanos a fim de compor o adensamento do proletariado industrial.

A usurpação desempenhada pelo capital nas terras agrícolas, nos pastos, em suma, no campo, foi também acompanhada de um movimento de melhorias para os processos de produção agrícola e de pastagens, os quais objetivavam ampliar a produção e, ampliar a exploração dos trabalhadores rurais assalariados. Assim, o trabalhador assalariado, que antes produzia para consumo, foi transformado em

produtor e consumidor - através do salário. Marx (1997) reforça que os trabalhadores assalariados passaram a compor o capital variável dos arrendatários capitalistas, em transição, os quais já moldavam a classe dos capitalistas industriais, em formação. Ademais, as matérias-primas liberadas com as desapropriações dos habitantes dos campos, passaram a compor o capital constante dos arrendatários capitalistas.

Essa mudança da estrutura produtiva feudal, para a estrutura produtiva do capital, na realidade não consistiu numa transformação essencial, uma vez que, os meios produtivos e as mercadorias produzidas continuaram sendo os mesmos, salvo os avanços “tecnológicos” desenvolvidos na época, os quais objetivavam a ampliação dos lucros e da produção. Todavia, a essência das mudanças trazidas pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção, centrou-se na criação do trabalho assalariado e, na conseqüente, exploração desses trabalhadores, os quais se tornaram produtores de valor para o capital, tal mudança foi essencial e significativa - um processo de transição para o desenvolvimento de um mercado interno.

Ainda em relação à transição entre o modelo de produção feudal para o sistema capitalista de produção, Marx (1997, p. 366) exemplifica que,

“Suponha-se, por exemplo, que parte dos camponeses de Westfalia [...] (que) fiavam linho [...] fosse expropriada à força e expulsa da base fundiária, sendo a outra parte restante, porém, transformada em jornaleiros de grandes arrendatários. Ao mesmo tempo, erguem-se grandes fiações e tecelagens de linho, nas quais os “libertados” trabalham agora por salários. O linho tem exatamente o mesmo aspecto que antes. Nenhuma de suas fibras foi mudada; mas uma nova alma social penetrou-lhe no corpo. Ele constitui agora parte do capital constante dos senhores da manufatura. Antes, repartido entre inumeráveis pequenos produtores, que o cultivavam e fiavam em pequenas porções com suas famílias, está agora concentrado nas mãos de um capitalista, que faz outros fiar e tecer para ele. O trabalho extra despendido na fiação do linho realizava-se antes como receita extra de inumeráveis famílias camponesas [...] Ele realiza-se agora no lucro de alguns poucos capitalistas. Os fusos, os teares antes disseminados pelo interior, estão agora concentrados em algumas grandes casernas de trabalho, tal como os trabalhadores e como a matéria-prima. E os fusos, os teares e a matéria-prima, de meio de existência independentes para fiandeiros e tecelões, transformam-se, de agora em diante, em meios de comandá-los e de extrair deles trabalho não-pago [...]”. (MARX, 1997, p. 366).

Essa mudança foi substancial para a criação de um mercado interno, como sinalizamos anteriormente os frutos da produção de mercadorias no sistema

produtivo do capital são propriedades privadas, das quais, os trabalhadores só terão acesso, se adquirirem no mercado interno, através do pagamento dos valores das mercadorias. A aquisição das mercadorias para a satisfação das necessidades dos trabalhadores passou a ser mediada pelos salários. Assim

“[...] a expropriação de camponeses antes economicamente autônomos e sua separação de seus meios de produção, se dá no mesmo ritmo a destruição da indústria subsidiária rural, o processo de separação entre manufatura e agricultura. E somente a destruição do ofício doméstico rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita.”. (MARX, 1997, p. 367.).

O processo de transição da manufatura para a industrialização, na Inglaterra, originou o surgimento da nascente classe dos capitalistas industriais, os quais advinham de pequenos rurícolas, que associavam o trabalho industrial como a agricultura. Todavia, para que houvesse o crescimento industrial e expansão do mercado interno foi necessário ocorrer à separação entre a indústria rural e a agricultura, separação essa impulsionada pela grande indústria, a fim de monopolizar o mercado interno e dominar os processos produtivos. (MARX, 1997).

Embora o objetivo central das investigações de Marx tenha sido o desenvolvimento do sistema capitalista de produção na Inglaterra, como mencionado anteriormente, a totalidade dos fenômenos não foi ignorada pelo autor. Assim, ele descreve com detalhes o surgimento do capitalismo industrial nos diversos países e nos continentes, através das expropriações primárias ocorridas nos diferentes lugares e em diferentes contextos. O autor mencionado sinaliza como a expropriação dos povos nativos, proporcionou o enriquecimento de uma elite capitalista industrial, por meio da violência, dos assassinatos, dos roubos e das legislações sanguinárias, aprovadas em articulações com os diferentes Estados.

Diferentemente do surgimento dos arrendatários capitalistas, como sinalizamos que se deu de forma gradativa, Marx (1997, p. 369-379) aponta que o surgimento dos capitalistas industriais deu-se de forma acelerada e, conseqüentemente, foram aceleradas as investidas violentas que eles (os capitalistas industriais nascentes – das seguintes nações: Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra.), desempenharam em diversas outras nações e no continente americano.

Para a concentração de riquezas do capital industrial nascente houve uma série de ações bárbaras, dentre elas: sequestros e fome de muitos povos nativos, Marx (1997) sinaliza que as missões nas Índias e nas Américas, consagram exemplos, que evidenciam também o caráter religioso das acumulações primitivas⁶.

O autor mencionado sinaliza que o desenvolvimento do capitalismo industrial, nascente, esteve acompanhado do desenvolvimento do capitalismo comercial e que a supremacia dos países da Europa, sob a forma de colonizações diversas, fez emergir um modelo de produção, já em fase de consolidação, o qual “[...] *Proclamou a extração de mais-valia como objetivo último e único da humanidade.*” (MARX, 1997, p. 373).

O surgimento do sistema de créditos, sobretudo, da dívida estatal e dos financiadores dos Estados foi uma alavanca importantíssima para o crescimento do capital industrial e financeiro da época. Marx (1997) aponta que o capital bancário cresceu ao contribuir com a expansão das indústrias, através dos financiamentos oferecidos a essas. Mas cresceu também, sobretudo, quando passou de financiador das indústrias para financiador do Estado, os quais (capitalistas bancários), passaram a financiar as dívidas públicas,

Essas “[...] tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usuária [...]”. (MARX, 1997, p. 373).

Outro elemento substancial, apresentado por Marx (1997), que contribuiu grandemente para o enriquecimento dos capitalistas industriais foi a escravidão infantil, o recrutamento de crianças, as quais o autor mencionado sinaliza, com idades entre 07 (sete), 13 (treze) ou 14 (quatorze) anos, para as nascentes indústrias foi um processo sangrento de exploração, castigos, fome e morte. Havia trabalhos noturnos, jornadas de trabalho extremamente extensas, nas quais, muitas crianças morriam, sobretudo, pelo estado crítico de seus quadros clínicos e pelos acidentes

⁶ Marx (1997, p. 369-379) sinaliza que os indianos foram explorados, sequestrados e passaram um período de fome, devido aos movimentos do capital industrial nascente para a acumulação. Restrições para comercialização de arroz levou a morte de mais de um milhão de indianos. Ao passo que, as indústrias nascentes enriqueceram seus cofres, juntamente com o Estado, ao comercializarem produtos alimentícios a preços exorbitantes, diante do monopólio da produção. Ademais, o autor sinaliza como o discurso cristão fundamentou a exploração de nativos nos territórios Americanos, sobretudo, na América do Sul.

de trabalhos. Tudo isso, teceu a história, digo, a pré-história do nascente capitalismo, bem como, do capitalismo industrial, o qual de acordo com Marx (1997, p. 379) “[...] nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés.”.

1.2 O CIRCUITO DA PRODUÇÃO DE MERCADORIAS NO SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E AS ESPECIFICIDADES DA ESFERA DA TROCA/CIRCULAÇÃO DAS MERCADORIAS

De acordo, com a teoria crítica da Economia Política, o sistema capitalista de produção possui um ciclo de desenvolvimento permeado por fases que correspondem ao circuito da produção de mercadorias, composto por: produção, consumo, distribuição e troca (circulação).

A mercadoria⁷ no modo de produção capitalista é produzida simultaneamente, com valor de uso e com valor de troca. Dessa forma, o processo de produção de mercadorias é considerado um processo de produção mercantil, ou seja, produção de mercadoria para a troca. (MARX, 1982; 1996). Toda mercadoria, conforme explicita o autor supracitado, possui duplo valor: o valor de uso, ou seja, “[...] a utilidade de uma coisa faz dela valor de uso [...]”, bem como, o valor de troca, o qual na produção capitalista possui centralidade. (MARX, 2016, p. 58).

Netto e Braz (2012) sinalizam que não são todos os produtos que devem ser considerados mercadorias, uma vez que, a mercadoria consiste num produto fabricado com valor de uso e de troca, que pode ser produzido em escala, ou seja, reproduzido⁸. A mercadoria consiste num produto fabricado com valor de uso e de troca, através do trabalho assalariado. Marx (2011), na obra O Capital livro I, descreve o processo de produção das mercadorias.

Ademais, no processo produtivo de base capitalista, a produção de mercadorias ocorre ainda pela existência de uma: divisão social do trabalho⁹, a fim

⁷ De acordo com Marx, em O Capital I (2016, p. 57) “[...] a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia [...]”.

⁸ Assim, os autores supracitados exemplificam que um artigo fabricado por um marceneiro, para uso pessoal, que não objetiva a troca, nem a reprodução em larga escala, não pode ser considerado uma mercadoria na concepção capitalista. (NETTO e BRAZ, 2012).

⁹ Diferentemente, da divisão social do trabalho, nos primórdio do desenvolvimento do ser social e das atividades comunais, na sociedade primitiva, na qual os indivíduos dividiam os ofícios entre si,

de ordenar e de separar a classe social dos trabalhadores e os processos produtivos, entre: produção direta, distribuição, troca/circulação, supervisão, coordenação, gestão e etc. Objetiva-se ampliar a produção e a produtividade dos trabalhadores.

Outrossim, a produção de mercadorias sob a lógica do capital, desenvolve-se, sobretudo, pela apropriação privada dos meios produtivos, assim, para que haja a produção de mercadorias, no capitalismo, torna-se obrigatória a divisão social de classe, mencionada no item anterior, divisão essa entre: *a classe capitalista* - proprietária dos meios produtivos e *a classe trabalhadora* - desprovida dos meios produtivos e proprietária de uma única mercadoria – a força de trabalho. Assim, os frutos dessa produção – as mercadorias resultam numa apropriação privada, a saber, por parte da classe capitalista, a qual é detentora dos meios produtivos e da força de trabalho enquanto mercadoria - parte dos processos de produção.

Netto e Braz (2012) reiteram que o modo de produção mercantil, a saber, a produção de mercadorias com o objetivo de troca, deu-se a partir da dissolução das produções comunais na sociedade primitiva, bem como, a partir da instauração de relações escravistas e, consolidou-se no feudalismo. Entretanto, salientam que nenhum desses modelos produtivos pode ser considerado de fato, modelos produtivos capitalistas, mas apenas, mediante as condições supracitadas, tornam-se modelos de produção de mercadorias – produção mercantil.

Assim, os autores supracitados apresentam o desenvolvimento do circuito da produção de mercadorias no capitalismo, a partir de dois momentos, a saber: a produção mercantil simples, a qual consiste num momento de transição entre a erosão da produção de base comunal e o surgimento do escravismo, bem como, de desenvolvimento e consolidação do feudalismo. Em ambos os modos produtivos, os autores sinalizam a presença da produção mercantil simples, a partir de duas dimensões: a propriedade privada dos meios produtivos e a divisão social do trabalho. Salientam ainda que no escravismo o resultado dos trabalhos

mantendo o total domínio dos processos produtivos, a exemplo da divisão entre atividades agrícolas, artesanais, oficinas e etc. A divisão social do trabalho, no modo de produção capitalista objetiva repartir e/ou fragmentar os processos produtivos, a fim de que haja a fragmentação de ofícios da classe trabalhadora, através da fragmentação da produção em especialidades. O que representa a perda de controle e do domínio dos processos produtivos pelos trabalhadores, bem como, a fragmentação da classe trabalhadora entre, uma pequena parcela de trabalhadores especializados e uma massa de proletários destinados a atividades simples e repetitivas; com a finalidade de ampliar a produção e a produtividade dos trabalhadores. Tal assunto voltará a ser abordado no capítulo 02. (NETTO e BRAZ, 2012).

desempenhados pelos artesãos, na condição de trabalhadores livres, assim como, os excedentes dos frutos dos trabalhos dos escravos podiam ser trocados pelos seus senhores. Já no feudalismo, a associação entre o conjunto dos artesãos e o conjunto de excedentes produzido pelos camponeses geravam produtos direcionados à troca. (NETTO e BRAZ, 2012).

A configuração da produção mercantil simples estava baseada na produção pessoal, na qual os artesãos e produtores desenvolviam todo o trabalho produtivo, no sentido de dominar os processos de produção por completo, sem o emprego do trabalho assalariado. Ou seja, não se tratavam de relações sociais de exploração. Ademais, a produção destinava-se a um comércio local restrito.

A sistematização trazida por Marx acerca do processo de produção mercantil simples possui centralidade na mercadoria, enquanto produto produzido e levado ao mercado para ser efetuada a fase da troca, objetivando a obtenção de outra mercadoria, dessa forma, o autor defende que: a mercadoria (M) era produzida por artesãos, agricultores, oficineiros, jornaleiros, dentre outros, e levadas ao mercado, a priori pelos próprios produtores, e a posteriori, com o desenvolvimento do comércio, pelos comerciantes, em troca de uma quantia monetária equivalente ao valor da mercadoria – o dinheiro (D); com a troca das mercadorias (M) por dinheiro (D), os produtores adquiriam outras mercadorias (M), as quais realizavam a satisfação de suas necessidades pessoais e produtivas - (M-D-M). (MARX, 1996; NETTO e BRAZ, 2012).

Verifica-se que o objetivo central do modo de produção mercantil simples não era a obtenção de dinheiro, mas sim a aquisição de uma mercadoria, em troca por outra, a fim de satisfazer as necessidades do consumidor. Tratava-se de um processo quase direto de transição das mercadorias das mãos do produtor direto para o consumidor, num mercado local e restrito.

Todavia, a ampliação das demandas por mercadorias, ocasionada pelo desenvolvimento do comércio, sobretudo, a partir do século XIII, resultou na expansão dos mercados e na necessidade de ampliação dos processos produtivos. O processo de circulação das mercadorias, na produção mercantil simples, adquiriu novos contornos. A complexificação da circulação das mercadorias foi ocasionada pela fixação de uma nova categoria de sujeitos – os comerciantes, inseridos dentro

do circuito da produção das mercadorias como intermediários entre os produtores das mercadorias e os consumidores finais.

Com a intensificação do comércio desenvolveu-se uma parcela da população encarregada pela atividade da comercialização a qual não atuava na esfera da produção de mercadorias, mas sim na esfera da circulação delas. A configuração da produção mercantil simples foi alterada e o dinheiro passou a ter centralidade no processo de circulação das mercadorias, ou seja, a função dos comerciantes consistia no adiantamento de dinheiro (D), na compra de mercadorias (M) e a venda dessas mercadorias por um valor acrescido ao dinheiro adiantado (D+), esse acréscimo correspondia à remuneração do comerciante: D-M-D+. Tratava-se do início da burguesia dos séculos XV e XVI e a consolidação do comércio. (MARX, 2011; NETTO e BRAZ, 2012).

Netto e Braz (2012) sinalizam que o valor acrescido obtido pelos comerciantes, por meio da compra e venda das mercadorias, por um preço acrescido, associado aos saques e às piratarias, cometidos na época, formaram a gênese dos processos de acumulação de capital, pelos comerciantes, o qual os autores com base em Marx, denominam de capital de comércio de mercadorias, que juntamente com o capital de comércio de dinheiro formam o capital mercantil.

Essas mudanças ocasionaram a transformação da estrutura produtiva mercantil e as associações entre mestres, artesãos, camponeses. Assim a produção comunal foi alterada, conforme bem sinalizam Netto e Braz (2012), iniciou-se o processo de erosão das bases da produção mercantil simples, para a produção mercantil capitalista.

Igualmente na produção mercantil simples, a produção mercantil capitalista pressupõem as duas dimensões supracitadas, a saber: a divisão social do trabalho, agora sob os parâmetros do sistema capitalista de produção, conforme a nota de rodapé Nº 09, e a propriedade privada dos meios de produção, agora direcionada à propriedade capitalista. Mas não apenas isso, a diferenciação central entre ambas as formas produtivas está baseada no emprego do trabalho assalariado pela produção mercantil capitalista.

A propriedade dos meios produtivos, na produção mercantil capitalista, passa a ser dos capitalistas (burgueses), conforme processo histórico apresentado no item 1.1, e os trabalhos desempenhados nos processos produtivos capitalistas, passam a

ser desempenhados pela classe trabalhadora, desprovida de seus meios produtivos. As relações capitalistas de produção se estabelecem mediante a compra da força de trabalho, da classe trabalhadora, pelo pagamento de um quantitativo socialmente estabelecido para a reprodução social desses trabalhadores – o salário. (MARX, 1996; NETTO e BRAZ, 2012).

Diferentemente dos ganhos (lucros) dos comerciantes (D+), os capitalistas lucram e/ou acumulam riquezas pela exploração do trabalho, por intermédio das expropriações primárias e da exploração do trabalho assalariado, sobretudo, pela extração da mais-valia dos trabalhadores, o que veremos mais a frente.

A estrutura da produção mercantil capitalista consiste na centralidade do dinheiro, enquanto equivalente universal para operacionalização dos processos de trocas/circulação das mercadorias. Todavia, ao contrário dos produtores diretos, da produção mercantil simples, os capitalistas não objetivam a produção das mercadorias para a satisfação de suas necessidades, nem para a obtenção de outras mercadorias, mediante os processos de trocas/circulação. Mas sim objetivam a produção em larga escala, direcionada à circulação das mercadorias para obtenção de mais dinheiro (D').

O dinheiro obtido no final do processo de troca/circulação das mercadorias, não consiste no dinheiro de lucro acrescido, conforme os comerciantes na produção mercantil simples (D+), mais sim num quantitativo valorizado do capital produtivo inicial, o qual só é possível adquirir, no processo produtivo, através do trabalho assalariado, que é unicamente o produtor de valor para o capital (D'). Dessa forma, a produção mercantil capitalista possui a seguinte estrutura: capital produtivo inicial (D) – mercadorias resultados dos processos produtivos (M) – dinheiro acrescido de mais-valia (D'), fruto da exploração do trabalho assalariado, na produção e resultado objetivo do processo de troca/circulação das mercadorias. (D-M-D'). (MARX, 1996; NETTO e BRAZ, 2012).

As especificidades do processo de troca/circulação das mercadorias, dentro do ciclo produtivo do capital, e suas articulações com o processo de produção das mercadorias consistem em elementos essenciais para compreensão do objeto desta investigação, uma vez que, o trabalho dos vendedores ambulantes, nos espaços do metrô do Recife insere-se dentro do processo de troca/circulação de mercadorias e

contribui diretamente para o circuito do processo produtivo do capital, como veremos no capítulo 03.

Com o desenvolvimento e a complexificação do comércio, consolidou-se a classe social dos comerciantes, que Marx, concebe-os em posição semelhante a dos capitalistas da produção, ou seja, os capitalistas industriais e os capitalistas comerciantes *versus* a classe trabalhadora. Na obra *O Capital*, livro III, Marx (2017), apresenta a diferença entre o capital comercial e o capital de mercadorias, a saber: o capital comercial é um quantitativo de dinheiro que circula, especialmente, na economia capitalista, para converter mercadorias em capital. Já o capital-mercadoria se converte em capital comercial ou capital de comércio de mercadoria no processo de circulação e troca. Assim, o capital de mercadorias se realiza no consumo das mercadorias produzidas e retorna ao produtor, a fim de ser transformado em meios produtivos, e em frações de mais-valia para o conjunto das classes dominantes.

Para Marx (2017), o comerciante, na qualidade de capitalista, adentra ao mercado com uma soma de dinheiro apta a trocá-la por uma mercadoria, uma vez que, ele não produz mercadorias, mas, apenas comercializa-as. Todavia, o seu objetivo final não é o consumo das mercadorias compradas, mas, sim a comercialização delas, a fim de transformá-las em dinheiro acrescido de lucro (D+). A relação entre os comerciantes e os produtores é mediada pela troca do dinheiro (D) do comerciante, pela mercadoria (M) do produtor. Com o dinheiro adiantado pelo comerciante, o produtor retoma a produção, com aquisição de outras mercadorias que servem de insumos produtivos, inclusive realiza o pagamento dos salários da força de trabalho contratada na produção. O comerciante pode vender a mercadoria (M), comprada com o capital monetário (D), ao consumidor direto ou a um consumidor produtor. Segundo afirma Marx (2017), de qualquer forma, o comerciante recupera o valor monetário empreendido na compra da mercadoria com o acréscimo de seu lucro (D+).

A articulação entre produção e circulação de mercadorias é expressa por Marx (2017, p. 384), quando afirma que, com o processo de circulação de mercadorias nas mãos do comerciante, o produtor “[...] economiza o tempo que, de outro modo, teria de destinar às vendas, tempo que ele pode empregar na supervisão do processo de produção [...]”, ou seja, o esforço empreendido pelo

comerciante, na esfera da circulação, influencia diretamente na ampliação do processo produtivo.

Esse processo de intercâmbio entre o produtor e o comerciante, e entre o comerciante e o consumidor final, ou entre o comerciante e o consumidor produtor, para Marx (2017), não produz diretamente a mais-valia. Na esfera da circulação, mais precisamente, nos transportes, na armazenagem e na distribuição há circuitos de produção de mais-valia, porém, na esfera da circulação, no tocante aos processos de compra e venda de mercadorias, não há produção direta de mais-valia. Uma vez que, os comerciantes não produzem mercadorias, tão somente, atuam na mediação da comercialização entre o produtor e o consumidor, tais elementos são apontados na obra *O Capital*, livro II, Marx (2014). Não há que se falar em produção direta de mais-valia na esfera da circulação.

Todavia, Marx, em *O Capital*, livro III, estando suas investigações em fase mais avançada, ressalta que há uma produção indireta de mais-valia, na esfera da circulação uma vez que o capitalista comerciante,

“[...] Na medida em que contribui para a abreviação do tempo de circulação, ele pode ajudar indiretamente a aumentar o mais-valor produzido pelo capitalista industrial. Na medida em que ajuda a expandir o mercado e em que (contribui com) a divisão do trabalho entre os capitais, isto é, em que capacita o capital a trabalhar em maior escala, sua função promove a produtividade do capital industrial e sua acumulação. (MARX, 2017, p. 390 [grifo meu]).“

Conclui-se que a comercialização de mercadorias, incentiva a produção e, conseqüentemente, a produção de mais-valia, na esfera produtiva. Assim como defende Marx (2017), a circulação contribui para a ampliação e acumulação do capital. Considerando esses elementos, pode-se inferir que os capitalistas comerciais, de que fala Marx (2017), são possuidores do capital comercial e compram dos produtores para revender as mercadorias no mercado/comércio, em busca da valorização do seu dinheiro adiantado ao produtor.

Por meio das sucessivas aproximações e mediações com o objeto em análise é possível conceber que os capitalistas comerciais são, na verdade, os fornecedores das mercadorias para os trabalhadores no comércio ambulante (os vendedores ambulantes), nos espaços do metrô do Recife. Assim, os capitalistas comerciais são: os donos de bombonieres, das sorveterias, das grandes empresas comerciais, e

como tal, capitalistas, que operam o capital comercial nos espaços do metrô do Recife.

Ademais, verifica-se também a presença do capital industrial como fornecedor direto das mercadorias na esfera da circulação nos espaços do metrô do Recife. Nota-se a comercialização de mercadorias da indústria alimentícia, da indústria de vestuário, calçados, etc. os quais não passam pelo capital comercial, antes de chegar aos espaços do metrô do Recife. Mas sim, saem da esfera da produção e são relocados diretamente para a esfera da circulação, já nos moldes do comércio ambulante, nos espaços do metrô do Recife.

Logo, verificam-se as relações sociais de trabalho entre os capitalistas do comércio e da indústria (local e global) e os trabalhadores ambulantes do comércio nos espaços do metrô do Recife – os quais se tornam consumidores produtores. Considera-se que tais relações comerciais não consistem no estágio final da cadeia produtiva das mercadorias, isto é, as mercadorias vendidas pelo capital comercial e industrial (local e global) aos trabalhadores ambulantes não são apenas consumidas por eles (vendedores ambulantes), são, além disso, revendidas, comercializadas nos espaços do metrô do Recife.

O trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife contribui diretamente para ampliar a esfera da circulação das mercadorias, bem como, rebate na esfera da produção das mercadorias, com a ampliação do consumo pelas vendas e, conseqüentemente, contribui com a ampliação da extração da mais-valia dos trabalhadores (produtivos e comerciais). As demandas criadas pelo trabalho ambulante ampliam a acumulação do capital comercial e industrial (local e global) e, conseqüentemente, a valorização, ou seja, a valorização do capital produtivo empregado na fabricação das mercadorias e, articuladamente, a valorização do capital comercial. É o que demonstraremos.

De acordo com Marx (2017), o capital comercial pode contratar trabalhadores assalariados, para desempenharem o trabalho na esfera da circulação, todavia, esse trabalho não deve ser confundido com o trabalho assalariado, na esfera da produção. O trabalho assalariado na esfera da circulação de mercadorias não é produtor de mais-valia direta, entretanto, atua na realização das mercadorias, como intermediário entre produtor e o consumidor final, e desse modo, representa o trabalho de valorização do valor do capital.

Para Marx (2017, p. 406), o trabalhador assalariado na esfera da circulação de mercadorias “[...] é um assalariado como qualquer outro [...] com a finalidade de autovalorização do capital adiantado [...]”, pelo comerciante ao produtor. A apropriação da mais-valia pelo capital comercial se dar pela apropriação de parte da mais-valia na esfera da produção, quando ela é repartida por todos os custos da produção. Marx (2017, p.408) afirma então que parte do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do capital comercial, não é pago, em forma de salários, mas sim é apropriado pelo capitalista comercial, em forma de lucro. Assim, defende que,

“[...] do mesmo modo como o trabalho não pago do trabalhador cria diretamente mais-valor para o capital produtivo, também o trabalho não pago dos assalariados comerciais cria para o capital comercial uma participação naquele mais-valor [...]”. (MARX, 2017, p. 408).

Ao considerar a produtividade da atividade da circulação de mercadorias, Marx (2017, p. 418), destaca que,

“Para o capital industrial, os custos de circulação aparecem como despesas adicionais – e, de fato, são. Para o comerciante, eles aparecem como fonte de lucro [...] Por isso, o desembolso que se deve efetuar nesses custos de circulação é, para o capital comercial, um investimento produtivo. Assim como para ele também é diretamente produtivo o trabalho comercial que ele compra.” (MARX, 2017, p. 418).

Ou ainda, torna-se muito produtivo o trabalhador que atua na esfera da circulação e não é assalariado pela atividade desenvolvida, tendo sua força de trabalho apropriada integralmente pelo capital comercial, bem como, os frutos de seu trabalho (mais-trabalho) - os vendedores ambulantes nos espaços do metrô do Recife, como veremos mais a frente.

1.3 A LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL (LGAC): ARTICULAÇÃO ENTRE A AMPLIAÇÃO DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E A CRIAÇÃO DO EXÉRCITO DE RESERVA

Marx (2011) sinaliza que existe uma articulação nos movimentos do capital: por um lado, garantir a acumulação e, por outro lado, garantir o crescimento da dependência da classe trabalhadora, sobretudo, com a criação e o crescimento do

exército de reserva¹⁰ ou da superpopulação relativa. Essa relação é denominada de **Lei de Acumulação**, que é operacionalizada, pelo capital, com o crescimento da extração da mais-valia da classe trabalhadora geral, em proporções semelhantes ao crescimento da acumulação.

Logo, para Marx (2011),

“O crescimento do capital implica o crescimento de seu componente variável, ou seja, daquele componente que se converte em força de trabalho [...] A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”. (MARX, 2011, p. 541-542.).

O trabalho é a fonte de valorização para o capital, por isso,

“[...] o próprio [...] processo de acumulação aumenta, juntamente com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, [...] que convertem sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, justamente por isso, tem de perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista.” (MARX, 2011, p. 543).

Marx (2011) ressalta que a busca pela valorização do capital é a Lei absoluta da produção capitalista, nela a classe trabalhadora encontra-se numa condição contraditória: de crescimento e de dependência para com o capital. A subsistência dos trabalhadores, isto é, a sua reprodução social, está determinada pela constante venda de sua força de trabalho – como mercadoria, para o capital. Assim, o capital determina a produção de mercadorias e determina o quantitativo de trabalho necessário para a sua produção. Por conseguinte, elimina-se o quantitativo excedente de trabalhadores.

O trabalho, por sua vez, empregado na produção de mercadorias, determina a reprodução da riqueza como capital. O capital determina a apropriação privada dessa riqueza e, simultânea e contraditoriamente, determina o crescimento da pobreza para a classe trabalhadora. Consolida-se, assim, **a Lei Geral de Acumulação do Capital (LGCA)**.

Para além de ser uma Lei natural, a Lei Geral de Acumulação do Capital reconfigura o trabalho desempenhado pela classe trabalhadora, tornando-a, cada vez mais, dependente, explorada e alienada em relação ao capital.

¹⁰ Que de acordo com Netto e Braz, representa “[...] um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho.” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 145).

Marx (2011) assinala para uma inversão de valores na aplicação da Lei Geral de Acumulação do Capital, sobretudo,

Porque na “[...] lei da acumulação capitalista, o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim [...] o homem é dominado [...] na produção capitalista [...] pelo produto de suas próprias mãos.” (MARX, 2011, p. 546).

O autor supracitado aponta ainda que no início do desenvolvimento do capitalismo a composição orgânica do capital¹¹ era mais equilibrada, em outras palavras: o capital constante¹² e o capital variável¹³ se articulavam em proporções relativamente equitativas nos processos produtivos, para fins de expansão do sistema capitalista de produção. Nesse período, as condições de vida da classe trabalhadora eram relativamente favoráveis.

Todavia, com o desenvolvimento do capitalismo e das descobertas científicas, tecnológicas e industriais, a composição orgânica do capital se modificou e, continua modificando-se ao longo dos anos. O capital variável, embora, seja essencial para os processos produtivos, tornou-se redutível pelo capital. Sua participação na composição orgânica do capital reduziu-se, na medida em que avançou o desenvolvimento dos processos produtivos.

Assim, o capital estrategicamente passou a requisitar, cada vez menos força de trabalho, nos processos produtivos e, conseqüentemente, aumentou os investimentos no capital constante. Uma vez que, para o capital tornou-se possível explorar, cada vez mais, um quantitativo reduzido de trabalhadores ativos, através da intensificação e da produtividade do trabalho¹⁴, com a inserção de tecnologias,

¹¹ A composição orgânica do capital consiste na relação entre o capital constante e o capital variável; tal relação pode ser representadas pela fórmula $q = c/v$. Portanto, considera-se alta composição orgânica do capital quando for maior a proporção de capital constante em relação ao capital variável (força de trabalho) e baixa composição orgânica quando for maior a concentração de capital variável em detrimento do capital constante. (NETTO e BRAZ, 2012. p. 115.).

¹² O capital constante representa os meios de produção, a saber: insumos, maquinários, instalações, e etc.

¹³ O capital variável representa parte do investimento em força de trabalho.

¹⁴ Para Dal Rosso (2008) a intensificação do trabalho dá-se pelo maior dispêndio de energias para desenvolver as mesmas atividades considerando os resultados do tempo 1 e 2. O autor enfatiza que o incremento de tecnologias é fundamental para intensificar os processos produtivos, bem como a falta deles. Acerca da produtividade, o autor defende que consiste no aumento dos resultados do trabalho ao considerar o tempo 1 em relação ao tempo 2 de trabalho, nessa relação o trabalhador depende maior energia para desempenhar as atividades. De acordo, com Dal Rosso (2008) pode-se haver produtividade sem intensificação, ou seja, sem mudar o dispêndio de energias gastas pelo

por exemplo, para acelerar os processos produtivos e ampliar a produção de mercadorias.

Assim, o capital intensificou a produtividade do trabalho, ao reduzir os custos com o capital variável, e ampliou os investimentos no capital constante. Na medida em que se intensifica o trabalho, amplia-se a produção, com o quantitativo de força de trabalho reduzido e, portanto, aumenta-se a extração da mais-valia, bem como os índices de desemprego e crescimento do exército de reserva.

A tendência do capital é acumular com a inserção, cada vez maior, de capital constante. Segundo Marx (2011) essa é mais uma Lei da produção. Assim o estímulo à acumulação capitalista, através do desenvolvimento dos meios de produção, sobretudo, do capital constante, com o aumento da tecnologia, da ciência, especialmente, da robótica, nos dias atuais, provoca uma “[...] *mudança na composição técnica do capital, o que faz com que o seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante*”. (MARX, 2011, p. 549).

Todavia, não se trata de uma simples redução da força de trabalho dos processos produtivos, uma vez que, ao passo em que o capital reduz os trabalhadores empregados na produção direta, simultaneamente, amplia outras modalidades de trabalho, sobretudo, em trabalhos desprotegidos e precários, para esses trabalhadores expulsos da produção direta.

Dessa forma, ao passo que a acumulação cresce e requisita cada vez menos força de trabalho empregada na produção direta, conseqüentemente, amplia-se a criação da superpopulação relativa ou do exército industrial de reserva. Entretanto, não se anula a necessidade do trabalho no circuito da produção e da acumulação capitalista, como defendia vários teóricos da corrente *do fim do trabalho*, no final do século passado. Mas, verifica-se a redução das modalidades de trabalho protegido e formalizado e, contraditoriamente, a ampliação de modalidades de trabalhos desprotegidos e sem formalidades, flexíveis e precários, generalizando a exploração, a intensificação e a produtividade do trabalho para o conjunto da força de trabalho.

Para Marx (2011),

trabalhador, como pode haver produtividade com intensificação, seja pelo incremento ou pela ausência de tecnologias.

“A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.” (MARX, 2011, p.553).

Verifica-se que o crescimento do desemprego e, por conseguinte, o crescimento dessa população relativamente sobrente, não se trata de um fato inevitável, nem inesperável, no modo de produção capitalista. Mas sim, trata-se de um elemento substancial – o exército de reserva é criado pelo capital, trata-se de uma parte constitutiva dos movimentos de acumulação do capital, fonte de crescimento e de exploração.

Mas, o capitalismo contemporâneo ao se recompor aponta que novas estratégias são empreendidas pelo capital, a fim de extrair mais-valia e mais-trabalho dessa população considerada de reserva ou relativa. Assim sendo, ao criar o exército de reserva, o capital busca meios para explorá-lo, a população sobrente, não deve ser entendida como totalmente supérflua ou desnecessária. Muito menos compreendê-la como supérflua nos processos produtivos.

Marx (2011), afirma que o crescimento dessa população sobrente está determinado pelas flutuações do capital na busca por acumulação. O exército de reserva hora é absorvido pela expansão do capital, e hora é expulso da produção direta, sempre em função das Leis que regem a acumulação do capital. A população sobrente é parte necessária para a acumulação capitalista, bem como, para a existência desse sistema produtivo. Marx (1997, p. 262-263), afirma que a superpopulação relativa é “[...] *produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista [...]*”.

O exército de reserva consiste num quantitativo de trabalhadores disponíveis para a expansão do capital, a fim de não comprometer o desenvolvimento produtivo convencional. O capital recorre ao exército de reserva nos momentos de incentivo aos processos produtivos, já existentes, ou nos momentos de inovações, de expansão ou de abertura de novos processos produtivos, a fim de ampliar suas taxas de acumulação. Passada a fase inicial de estabelecimento dos novos nichos produtivos, essa população adicional, é novamente descartada dos processos produtivos diretos, retornando a condição de população sobrente ou reserva.

Entende-se que em momentos de retomada e auge da produção capitalista requisita-se força de trabalho. Mas quando o sistema capitalista de produção encontra-se em crise, estagnação ou depressão reduz-se o quantitativo de força de trabalho empregada diretamente pelo capital.

Todavia, esses trabalhadores excluídos dos processos produtivos diretos, em sua maioria, nunca estão desocupados. Marx (1997) afirma que o movimento do capital ocorre por transformar constantemente "[...] *parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semiempregados.*" (MARX, 1997, p. 264).

Marx (1997) divide a superpopulação relativa em três formas: líquida, latente e estagnada¹⁵. Os trabalhadores ambulantes são dispensados da produção capitalista formal direta e, impelidos a ocupações no trabalho do comércio ambulante, na esfera da circulação de mercadorias, os quais se caracterizam como superpopulação estagnada, que segundo Marx (1997, p. 272) consiste, em

"[...] parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo salário.", ou sem salários, apenas com ganhos irrisórios.

Para Marx (1997) essa Lei Geral da Acumulação do Capital (LCAG) consiste na unidade dos contrários, composta pelo crescimento da intensificação do trabalho, que gera o aumento da riqueza social e da expansão do capital, e, simultaneamente, o crescimento do proletariado e, contraditoriamente, criação e manutenção do exército de reserva.

Trata-se do crescimento igual e combinado por um lado, da riqueza social, e por outro lado, crescimento igual e combinado da exploração do trabalho e do

¹⁵ Acerca da superpopulação relativa e suas três formas: líquida, latente e estagnada, Marx (1997, p. 270-276), pontua as características principais de suas configurações, a saber: a superpopulação relativa na *forma líquida* – representa o conjunto da classe trabalhadora atuante nos centros urbanos modernos, nos quais se requisita uma liquidez nas relações de trabalho. Assim os trabalhadores vivem crescente instabilidade de trabalho, ora admitidos e ora demitidos dos seus postos de trabalho. Já a superpopulação relativa na *forma latente* representa a força de trabalho das áreas rurais, as quais vivem iminentemente em função da requisição do capital urbano. Trata-se de um conjunto de força de trabalho disposto ao êxodo rural em troca de um trabalho. E a última *forma* da superpopulação relativa - *estagnada*, conforme citação acima representa a força de trabalho ocupada em condições de trabalho extremamente precárias e instáveis.

exército de reserva. Marx (1997, p. 274), reitera seus argumentos ao afirmar que *"[...] quanto maior, [...] a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército [...] de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista."* O capital regula o crescimento da produção e da contratação da força de trabalho, a partir de sua necessidade de acumulação, através da criação do exército de reserva e da socialização do pauperismo para a classe trabalhadora em geral.

Em síntese Marx (1997, p. 274-275), explicita a Lei Geral de Acumulação do Capital (LGAC) e seu caráter antagônico, ao afirmar que se trata de uma

"[...] lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente da força humana - essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital [...] à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército [...] de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação, prende o trabalhador [...] firmemente ao capital. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital." (MARX, 1997, p. 275).

Entende-se que o crescimento do exército de reserva, corresponde ao crescimento do desemprego estrutural e está diretamente condicionado pelo movimento do capital na busca por acumulação, através da redução do capital variável e da criação do exército de reserva. Afirma-se que, no capitalismo contemporâneo, a criação do exército de reserva está diretamente articulada com a criação de estratégias para extrair mais-valia e mais-trabalho da superpopulação de reserva, através da expansão e da consolidação de modalidades de trabalho precário, desprotegido, sem formalidades, insalubres, nas quais se insere o trabalho ambulante. Trata-se de uma estratégia do capital, em pulverizar a exploração da força de trabalho, esteja ela ativa ou expulsa dos processos produtivos diretos. Ao passo que a exploração da classe trabalhadora atinge os assalariados e não assalariados, a classe trabalhadora ativa e a força de trabalho em reserva, o capital

amplia suas taxas de acumulação e, em contrapartida expande-se modalidades de trabalho, a exemplo do trabalho ambulante, como produto do capitalismo.

Portanto, defende-se que a dinâmica produtiva do capital inscreve os trabalhadores ambulantes na Lei Geral da Acumulação Capitalista (LGAC), na medida em que os movimentos do capital, na busca pela acumulação, reduz o quantitativo de capital variável, dos processos produtivos diretos e expande o exército de reserva, que conseqüentemente, são impelidos a sobreviver através de trabalhos precários e desprotegidos, os quais representam uma estratégia do capital em acumular através do trabalho da superpopulação sobrante. Assim, o crescimento do quantitativo de trabalhadores ambulantes, nos espaços do metrô do Recife está condicionado ao movimento do capital, na busca por acumulação.

Ademais, o crescimento exponencial do capital comercial, articulado ao capital produtivo está associado ao crescimento do exército de reserva, neste caso, inserido no trabalho ambulante. Os trabalhadores ambulantes possuem condições de vida, de saúde, de moradia e de trabalho desumanas, insalubres, precárias, paupérrimas, desprovida da proteção social do Estado¹⁶.

Verifica-se que, mesmo diante de extensas e intensas jornadas de trabalho, essa fração da classe trabalhadora, não consegue adquirir recursos que ultrapasse as condições mínimas de subsistência, muito menos sair da condição de informalidade e retornar as vagas de emprego formal, isto é, são completamente dependentes do capital e de suas flutuações, que hora insere e hora expelle esses trabalhadores da produção direta.

Ao passo que o capital expande a exploração para o conjunto da força de trabalho, cria estratégias para acumular através do trabalho ambulante, o qual não é diretamente remunerado pelo capital. Assim, os trabalhadores ambulantes podem ser considerados ultradependentes e ultraexplorados pelo capital.

Compreende-se que o crescimento e a exploração do trabalho ambulante estão condicionados e contribuem diretamente para a expansão do capital comercial e, simultaneamente, para a expansão do capital produtivo. Conforme a Lei Geral de Acumulação do Capital (LGAC), ao passo que cresce a riqueza socialmente produzida, cresce a apropriação privada desta riqueza e, conseqüentemente,

¹⁶ As quais serão verificadas no capítulo 03.

expandem-se as condições precárias de vida e trabalho para o conjunto da classe que-vive-do-trabalho.

1.4 A PROCESSUALIDADE DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO NA BUSCA PELA AMPLIAÇÃO DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: UMA BREVE SÍNTESE HISTÓRICA¹⁷

A partir da teoria social crítica marxista compreende-se que ao longo dos anos o Sistema Capitalista de Produção desenvolveu e, atualmente, aprimora-se como o sistema produtivo global, de maior proporção e amplitude, isto é, trata-se de um sistema produtivo hegemônico.

Entende-se que as várias fases da história da humanidade e suas especificidades contribuíram diretamente para moldar o capitalismo, uma vez que, a história é construção dos homens e o sistema produtivo faz parte desse processo de construção histórico-produtivo.

Assim, verifica-se que ao passar dos anos o sistema capitalista de produção adquiriu e adquiri novos contornos, sobretudo, pelo surgimento de novas exigências, com a complexificação das necessidades sociais, impostas pelo desenvolvimento humano. O desenvolvimento social impõe ao sistema produtivo do capital, novos desafios e a grande missão de se reinventar, principalmente em tempos de crises. O capital se reinventa brilhantemente como estratégia para garantir sempre a ampliação de suas taxas de acumulação e expansão. Ressalta-se que as transformações históricas do capital, independente do nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, trazem em comum o objetivo de ampliação das taxas de acumulação, para garantir sua valorização, expansão, crescimento e assim, garantir sua hegemonia.

¹⁷ Trata-se de uma síntese dos principais elementos que constituíram as fases do capitalismo, desde sua gênese até a contemporaneidade. Pretende-se pontuar como cada elemento contribuiu para os processos de transformações de uma fase de desenvolvimento das forças produtivas para outra. Jamais objetiva-se apresentar um quadro linear dos acontecimentos, nem esgotar a apresentação das determinações históricas, econômicas, políticas e sociais, do desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Pretendemos apenas situar, de forma breve, os leitores acerca do desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Objetiva-se ainda contribuir para a compreensão do capitalismo contemporâneo e do desenvolvimento das forças produtivas, na atualidade, sobretudo, no tocante as relações de trabalho no capitalismo, conforme veremos adiante. Maiores esclarecimentos podem ser verificados no livro da Biblioteca Básica do Serviço Social: *“Economia Política: uma introdução crítica”*, dos autores Netto e Braz, 2012. Utilizamos essa fonte bibliográfica pela linguagem acessível a quaisquer leitores.

No item 1.1, abordamos sinteticamente o surgimento do sistema produtivo do capital, ressaltaram-se os elementos históricos, sociais, econômicos e políticos que fundamentaram o seu desenvolvimento. Igualmente, nesse item, objetivamos apresentar de forma sintética as mudanças ocorridas na estrutura do sistema capitalista de produção ao longo dos séculos e como tais mudanças representam os movimentos do capital, a fim de superar os períodos de crise e estagnação, para garantir o aumento de suas taxas de acumulação e a valorização do seu sistema produtivo. Longe da pretensão de construir um pensamento linear, acerca do desenvolvimento do sistema produtivo do capital, objetiva-se aqui trazer elementos teórico-históricos que contribuam para analisar os movimentos do capital na busca por sua valorização.

Como mencionado, no item 1.1, a fase de transição entre o sistema feudal, as erosões de sua base produtiva e o desenvolvimento do sistema mercantil, baseado na produção mercantil simples e, a posteriori, na produção mercantil capitalista, representou um conjunto de transformações de âmbito econômico, político e social, as quais formaram o marco inicial para o desenvolvimento do *sistema capitalista comercial ou mercantil*¹⁸, entre os séculos XVII e em meados do século XVIII.

Já nesse processo inicial, a nascente classe burguesa lançou mãos daquela que pode ser considerada a estratégia central do sistema produtivo do capital: *a usurpação dos meios produtivos da classe trabalhadora, a fim de garantir a propriedade privada dos frutos da produção coletiva e a criação de um mercado consumidor*, através dos processos de expropriações primárias dos trabalhadores, conforme abordado anteriormente.

Tratou-se de uma fase de rupturas e transformações e, ao mesmo tempo, de consolidação de um novo modelo produtivo, que conforme Netto e Braz (2012), já sinalizava o seu objetivo de mundialização e externalização do seu modo produtivo. Constata-se com o desenvolvimento e a ampliação de rotas comerciais diversas, com o estabelecimento de colônias de exploração e povoamento, através dos desbravamentos de terras e continentes.

Os autores supracitados sinalizam que a nascente burguesia tinha um caráter desbravador, forte e corajoso. Trava-se de uma classe revolucionária capaz de

¹⁸ Netto e Braz (2012) sinalizam que alguns teóricos consideram ainda como uma fase de pré-capitalismo.

transformar e moldar as bases produtivas de uma sociedade, como jamais verificado anteriormente.

Posteriormente, já na segunda metade do século XVIII o sistema capitalista de produção instaurou uma nova fase de desenvolvimento, os avanços políticos, com a tomada do poder pela burguesia – materializados na Revolução Francesa e, os avanços econômicos, pela nascente grande indústria, fruto da Revolução Industrial, levou a história do capital à fase do **capitalismo concorrencial**. Nesse período o sistema capitalista de produção se consolidou como sistema produtivo hegemônico, pela Europa e, desenvolveu suas bases estruturais.

Tratou-se de um período de estabelecimento de um mercado mundial, pelo espraiamento do capital e de concorrência comercial e produtiva entre as nações, a qual estabeleceu as divisões entre as nações soberanas, no ponto de vista econômico, com centralidade na Inglaterra e nas demais nações desenvolvidas, as quais extraíam os insumos produtivos das terras mais longínquas, a fim de garantir os meios para ampliar a produção e barateá-la, bem como, para criar e expandir o seu mercado consumidor.

Tais transformações contribuíram para a elevação da produção, anteriormente baseada na manufatura (nos primórdios do sistema capitalista mercantil) e na maquinofatura. Tratou-se de um avanço de âmbito estrutural, econômico e político. A classe burguesa pode alcançar novos níveis de acumulação do capital, com a ampliação da produção, mediante a inclusão das máquinas nos processos produtivos.

A exploração da força de trabalho ampliou-se, o que representou a possibilidade de aumento na extração de mais-valia. Desprovidos de quaisquer legislações de proteção social e trabalhista, os trabalhadores viram-se a mercê das condições impostas pela burguesia. A polarização entre a classe operária e a classe capitalista alcançou maiores contornos e o início do movimento de classe, deu-se pela instauração de violentos protestos e de respostas também violentas dadas pela classe capitalista aos trabalhadores. Inserção de máquinas para acelerar os processos produtivos, disciplina e coerção, condições precárias de trabalho e reprodução social marcaram, para a classe trabalhadora, o desenvolvimento do capital, nesse período.

Nos anos finais do século XIX uma fração da burguesia lançou mãos de algumas estratégias de conciliação para com a classe trabalhadora, através do estabelecimento de parâmetros que regiam os trabalhos das mulheres e das crianças. Todavia, tais medidas não romperam com a estrutura de exploração do modelo capitalista de produção, antes, serviam de moeda de troca frente às condições impostas à classe trabalhadora.

Os anos finais do século XIX foram marcados por um salto qualitativo no desenvolvimento científico e tecnológico (a época). O desenvolvimento da biologia ocasionou o surgimento da indústria de fármacos. O desenvolvimento da física revolucionou os processos produtivos, através do incremento e do desenvolvimento de insumos como: alumínio, petróleo, e energia elétrica, os quais elevaram o desenvolvimento das forças produtivas do capital a um novo estágio, o desenvolvimento da indústria pesada. (NETTO e BRAZ, 2012).

Para que houvesse o desenvolvimento da indústria de grande porte, sobretudo, pela expansão científica e tecnológica, foi necessário aos capitalistas romper, em partes, com a produção pontual e isolada, caso contrário jamais obteriam os resultados esperados, uma vez que, não haveria capital industrial suficiente, nem condições estruturais para alavancar esse crescimento da indústria pesada. Surgiu, então, a necessidade de formação de coalisões entre os capitalistas industriais e o desenvolvimento da fase dos **monopólios do capital industrial**, bem como, o redimensionamento da função social dos bancos. (NETTO e BRAZ, 2012).

A divisão entre os capitalistas de grande, médio e pequeno porte começou a apresentar contornos significativos, numa disputa concorrencial tornava-se claramente identificável a supressão causada pela elite do capital, aos pequenos e médios capitalistas. Tal contexto representou um grande impacto econômico e social com o estabelecimento dos monopólios. As indústrias e a massa de empregados passaram cada vez mais, a ser dominadas por um quantitativo menor de capitalistas. A dominação dos processos de produção pelos monopólios espalhou-se para além das fronteiras, e o capitalismo monopolista estendeu-se por grandes regiões globais. A monopolização do capital consolidou-se nos anos finais do século XIX e início do século XX.

A pequena indústria isolada, na qual o seu proprietário dominava todo processo de produção, desde as relações comerciais para aquisição de insumos até

os processos de circulação com os capitalistas comerciais, cedeu lugar às grandes indústrias, dominadas por uma elite de capitalistas industriais, os quais dominavam todos os processos produtivos industriais de diferentes nações.

Simultaneamente, os bancos, que representavam uma instituição mediadora entre credores e devedores, tornaram-se peças importantes no desenvolvimento do sistema capitalista de créditos, sobretudo, por movimentar enormes quantitativos monetários, disponíveis para empréstimos, o que evidenciou a concorrência entre os capitalistas industriais. A centralização do capital industrial, nas mãos da elite bancária, desencadeou o surgimento do capital bancário/financeiro.

Verifica-se assim que o desenvolvimento da indústria pesada favoreceu o crescimento e desenvolvimento dos monopólios e do capital bancário, duas elites se formaram nesse período: a elite capitalista industrial e a elite bancária.

A fase de desenvolvimento do sistema capitalista de produção *denominada de **imperialismo, ou capitalismo monopolista***, consolida a associação entre as grandes empresas capitalistas, na formulação dos monopólios. Sua configuração produtiva permanece inalterada com os monopólios, salienta-se que os monopólios não eliminam as pequenas e médias empresas, mas subjugam e subordinam essas ao grande capital monopolista.

No imperialismo capitalista houve a concentração da produção do capital em grau elevado, nas mãos dos monopólios. Houve ainda a fusão entre o capital bancário e o capital industrial, desencadeando no surgimento do capital financeiro, elementos já mencionados anteriormente.

Ademais, na fase de desenvolvimento do capitalismo, que corresponde à fase imperialista houve a possibilidade de ampliação das exportações dos países capitalistas centrais, para os demais países, além da exportação das mercadorias. Tornou-se possível para os países centrais a exportação de capitais, para os demais países. A ampliação das possibilidades de exportação deu-se através de créditos aos Estados e aos capitalistas. Tais elementos possibilitaram a extração do capital financeiro, associado ao crescimento das exportações de mercadorias, mediados pela exportação das plantas produtivas, dos países centrais para territórios aonde a força de trabalho e a extração de matérias primas se objetivam em valores irrisórios, o que permite a implantação das multinacionais, que com incentivos fiscais dos

Estados nacionais elevam exorbitantemente as condições reais de extração de mais-valia da classe trabalhadora.

Tais elementos apontam como as configurações e as estratégias do capitalismo, enquanto sistema produtivo em constantes transformações propõe sempre ampliar as taxas de extração de mais-valia, bem como, ampliar as condições de valorização do capitalismo.

O Imperialismo revelou a possibilidade de divisão do território global em propriedades privadas, pertencente a uma elite capitalista. Esse processo desencadeou **na divisão internacional do trabalho**¹⁹, a qual subdividiu as nações capitalistas, a partir de seu lugar da produção capitalista, entre: países centrais, de capitalismo desenvolvido e as nações periféricas, de capitalismo dependente²⁰. Divisão entre: exportadores de capitais e importadores de mercadorias, ou seja, divisão entre: países produtores e países extratores. O avanço do poderio econômico das nações de capitalismo central elevou as condições políticas de dominação mundial, através das quais seus líderes empreenderam medidas antidemocráticas e autoritárias.

Os monopólios da fase imperialista do capital representaram e, ainda representam medidas de coerção e imposição para com as nações menos desenvolvidas, as quais surgem como uma tentativa, bem sucedida de *recolonização* do capital.

O capitalismo opera como um sistema produtivo desigual e combinado, segundo Netto e Braz (2012) desigual porque se processa de forma diferenciada dentro do território nacional e entre os países capitalistas e, combinado porque na periferia do capital as condições de desenvolvimento são lançadas por alto, e os países dependentes para acompanhar tal desenvolvimento crescem aos saltos, associando técnicas produtivas mais modernas com relações de produção arcaicas.

¹⁹ Da qual Netto e Braz (2012) sinalizam que se trata de uma hierarquização dos países a partir do seu desenvolvimento produtivo e, conseqüente, poder de capital. Dessa forma, os países desenvolvidos exercem relações de poder e dominação sobre os países menos desenvolvidos.

²⁰ De acordo com a escola Marxista da Teoria da Dependência, da qual o autor Ruy Mauro Marini é participante as relações capitalistas entre as nações desenvolvidas e as nações periféricas se fundamentam em relações de: “[...] dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A conseqüência da dependência, e sua superação, supõe necessariamente a superação das relações de produção nela envolvida.” (MARINI, 2011, p. 134-135). Esses elementos serão abordados no capítulo 02.

“[...] pressionados pelo capitalismo dos países desenvolvidos, os atrasados progredem aos saltos, combinando a assimilação de técnicas, as mais modernas, com relações sociais e econômicas arcaicas – e esse progresso não lhes retira a condição de economias dependentes e exploradas.” (TRÓTSKI, 1879-1940 apud NETTO e BRAZ, 2012, p. 200.).

1.5 O CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE CRISES E RENOVAÇÕES

Netto e Braz (2012), afirmam que as crises que envolvem as recessões e/ou as depressões²¹ econômicas no sistema capitalista de produção não são elementos pontuais, efêmeros, solúveis e remediáveis, como afirmam os defensores desse modelo produtivo. Mas sim, as crises são e devem ser concebidas como estruturais e estruturantes do sistema produtivo do capital, “[...] *não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise.*” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 170.).

O sistema capitalista de produção vivencia regularmente crises *cíclicas*, as quais constituem parte inerente de sua lógica. São crises, sobretudo, financeiras, de esgotamento de um padrão de acumulação e de aumento de dívidas externas.

Entretanto, para Netto (2012) as **crises cíclicas** não são capazes de conduzir o fim do sistema capitalista de produção. Na verdade, o autor pontua que elas são elementos substanciais para a renovação do capitalismo. Logo, as crises cíclicas são responsáveis por mudanças conjunturais na produção, na gestão e na organização do trabalho.

Netto (2012) aponta ainda que existe outro tipo de crise que compõe a dinâmica contraditória do sistema capitalista - **a crise sistêmica** – outros autores chamam de **crise estrutural**, essa se caracteriza por envolver toda a estrutura do sistema de produção, e não apenas a esfera da acumulação. Assim, segundo o autor supracitado o sistema capitalista vivenciou duas crises *sistêmicas*, a saber, em 1873 e em 1929²², considera-se que tais momentos contribuíram também para o

²¹ Para os autores, as depressões são fases de crises econômicas de menor impacto, se comparadas às recessões, (NETTO e BRAZ, 2012, p. 170).

²² De acordo com Netto (2012) em 1873 os países europeus vivenciaram a primeira crise *sistêmica* capitalista, caracterizada por profunda depressão, que durou mais de duas décadas, encerrada em 1896. Já em 1929, tratou-se de uma crise geopolítica - de alcance global e de duração de dezesseis anos, encerrada pela Segunda Guerra Mundial. (NETTO, 2012, p. 415-416.).

fomento de mudanças na estrutura da produção, da gestão e da organização do trabalho.

Os autores supracitados sinalizam que ao longo do desenvolvimento do capitalismo entre os séculos XIX, XX e XXI, ocorreram vários momentos de crises econômicas, as quais implicaram e até hoje implicam em crises políticas, econômicas e sociais. Sinalizam que a primeira crise capitalista ocorreu em 1825, com centralidade na Inglaterra e, posteriormente adquiriu uma dimensão maior e se espalhou pelos demais países capitalistas.

Já no século XX, a crise instaurada em 1929 marcou o divisor de águas no desenvolvimento do sistema capitalista de produção e suas implicações reverberam na atualidade, sobretudo, no tocante às transformações nas relações de trabalho, as quais serão abordadas no próximo capítulo (02).

Compreende-se que o sistema capitalista de produção está determinado por momentos de crises. Todavia, ressalta-se que não se trata da naturalização dessas crises, como sugere o pensamento burguês, ao conceber que as crises são momentos inevitáveis da economia, os quais escapam ao controle social. Considera-se que as crises são parte da estrutura de produção do capital, criadoras de novas necessidades e que propiciam a superação de um momento de baixos níveis de acumulação. Por intermédio da criação de estratégias, que envolvem sempre, maiores níveis de exploração da classe trabalhadora, a fim de ampliar as taxas de acumulação via ampliação da extração da mais-valia e do mais-trabalho da classe trabalhadora.

Diferentemente das crises existentes nos períodos pré-capitalistas, nos quais havia uma crise de **subprodução**²³ de valores de uso, ocasionada por: epidemias, guerras, desastres naturais e etc., que reduziam a força de trabalho, os meios produtivos e os insumos e, conseqüentemente, reduziam as condições concretas de produção. As crises no sistema capitalista de produção são inversamente proporcionais: a redução da produção ocorre através do enxugamento dos postos de trabalho, que geram grandes levas de desempregados, os quais são inúteis ao trabalho assalariado, mas na grande maioria são trabalhadores inseridos precariamente no sistema capitalista de produção, desempregados formalmente, porém não desocupados. (NETTO e BRAZ, 2012).

²³ Conceito apresentado e discutido por Netto e Braz, 2012, p. 170.

Esses - a massa de trabalhadores - são consumidores potenciais, todavia, na condição de desempregados, encontram-se sem condições concretas para consumir as mercadorias produzidas, as quais ficam acumuladas e não podem ser realizadas no circuito produtivo (troca-circulação = consumo). Instauram-se as crises decorrentes da **superprodução**²⁴ de valores de uso. Uma vez que, com a baixa demanda pelas mercadorias produzidas, os capitalistas não obtém a extração da fração da taxa de mais-valia dos trabalhadores, inclusa nas mercadorias, a qual só se realiza através do consumo. Estagna-se assim, a produção e, conseqüentemente, as condições reais de valorização do capital. (NETTO e BRAZ, 2012).

O desenvolvimento econômico do capital cria fases para a instauração e superação das crises, Netto e Braz (2012) sistematizam esse processo em cinco fases, a saber: **a crise**, momento pontual, no qual resulta um incidente econômico ou político que influencia diretamente na produção, através da queda da produção, geração de desemprego, a pauperização da classe trabalhadora e a estagnação da produção de mercadorias, diante da falta de consumo²⁵. (NETTO e BRAZ, 2012).

Daí decorre a fase da **depressão**, momento em que permanecem os altos níveis de desemprego, de baixos salários para a parcela da classe trabalhadora, ainda inserida nos poucos processos produtivos diretos. Assim há queda no consumo das mercadorias e reduz-se a acumulação de capital. Logo, ocorrem falências de empresas e estagnação por todas as partes. Alguns ramos produtivos mantêm-se através de fusões, coalizões, e buscam meios de manterem-se no ciclo produtivo, principalmente, através do uso das tecnologias, nos processos produtivos e comerciais (circulação). Reduzem os custos com os processos produtivos e minimizam os valores das mercadorias, a fim de garantir minimamente que haja consumidores para suas mercadorias. Ademais, os capitalistas buscam ampliar a apropriação das fontes de matérias-primas e de mercados consumidores, esse

²⁴ Conceito apresentado e discutido por Netto e Braz, 2012, p. 170.

²⁵ Os autores apontam que o desenvolvimento das crises, seja por questões econômicas ou políticas não possuem apenas um elemento causador, mas sim, se soma a uma série de fatores que envolvem o final do ciclo econômico, ou seja, o momento de esgotamento da fase de *auge/boom*, em que está tudo preparado para instauração de uma crise econômica, apenas aguardando o elemento catalisador. Todavia, assinalam que, se se instaurar uma crise econômica em determinado seguimento ou uma mudança política, no início ou meio da fase de *auge/boom* do ciclo econômico, possivelmente, esse contexto não desencadeará numa crise econômica de amplitude geral dada as condições de desenvolvimento do sistema produtivo. (NETTO e BRAZ, 2012, p. 172).

movimento gera concorrência entre eles e lança luzes para a possibilidade de retomada do processo produtivo em seu curso normal. (NETTO e BRAZ, 2012).

Segue-se a fase de **retomada/reanimação** da produção, momento esse de ampliação dos meios produtivos das empresas, que superaram os momentos de crise e depressão, através da compra do capital constante das empresas, que não sobreviveram às fases anteriores. Há uma extensão e ampliação da produção. A retomada produtiva implica em novas contratações que resultam no aquecimento do comércio, ampliam-se os preços das mercadorias, pelo aumento nas demandas por consumo e, pouco a pouco, a produção eleva seu nível e alcança sua última fase do ciclo produtivo. (NETTO e BRAZ, 2012).

A fase do **auge/boom** econômico, permeada pela elevação da concorrência entre os capitalistas. Na qual há o aumento significativo nas taxas de acumulação do capital e, assim, a ampliação de sua valorização. Bem como, há a expansão dos processos produtivos, o que resulta em médias e baixas taxas de desemprego, ampliação do consumo e expansão do comércio. Todavia, essa fase como todas as outras supracitadas, consiste num momento efêmero do ciclo econômico, o qual expira e seu esgotamento se dar pelo surgimento de um elemento catalisador da crise, elevando o ciclo econômico novamente a sua fase inicial. (NETTO e BRAZ, 2012).

Salienta-se que existem ao menos três elementos substanciais que corroboram para o término da fase de *auge/boom* do ciclo econômico e o retorno a fase de *crise*, a saber: *a anarquia da produção; a queda da taxa de lucro e o subconsumo das massas trabalhadoras*, os quais associados são partes constituintes da erosão do momento de elevação das taxas de acumulação do capital.

A falta de planejamento global da produção capitalista gera um descontrole da organização das mercadorias que serão produzidas e levadas ao mercado. Contribui diretamente para a existência da superprodução de determinadas mercadorias, o que eleva a desvalorização destas no mercado. Em contrapartida, verifica-se a baixa produção de outras mercadorias, que diante da escassez eleva-se o seu valor, isso resulta na anarquia da produção. Esse processo implica na queda das taxas de lucros, de determinada parcela da classe capitalista, sobretudo, daqueles que produzem as mercadorias com ampla concorrência no mercado.

Ademais, a expansão da produção e o abastecimento dos mercados, pelos capitalistas, sem considerarem o planejamento global, e as reais condições de seus potenciais consumidores – a classe trabalhadora elevam as condições de estagnação da produção e crise, diante do subconsumo da massa trabalhadora. Uma vez que, no cenário de crise os trabalhadores encontram-se impossibilitados de consumirem, assim, as mercadorias permanecem retidas nos mercados, não prosseguindo o circuito da produção capitalista. Não havendo o consumo, as mercadorias não se realizam e os capitalistas não retomam os ciclos produtivos, isso porque, não ocorre à realização da extração da mais-valia, assim a mais-valia fica estagnada.

As crises reverberam as contradições do sistema produtivo do capital, e são contraditoriamente elementos funcionais para esse sistema produtivo. As fases de crise da produção e depressão do ciclo econômico transparecem a contradição principal do modo de produção capitalista, o qual está ancorado na produção coletiva de mercadorias, por parte da classe trabalhadora, desprovida dos meios produtivos, e simultaneamente, na apropriação privada dos frutos da produção coletiva pela classe capitalista detentora dos meios produtivos e, consumidora da mercadoria – força de trabalho, conforme abordado no item 1.2.

Mas também, as crises são momentos que propiciam ao sistema capitalista de produção a oportunidade de criar estratégias para superá-las, não pela criação de formas de produção que superem a essência do sistema produtivo do capital, mas sim, pela criação de estratégias diversas que enalteçam o capitalismo. Que elevem as taxas de acumulação, e que simultaneamente, elevem o grau de exploração da classe trabalhadora – as crises desencadeiam as transformações do capital.

A partir disso, Netto (2012) defende que o cenário de crise do capitalismo contemporâneo possui elementos que podem identificar mais uma crise *sistêmica*, de caráter inédito e de âmbito global. Assinala que as respostas à crise *sistêmica* atual não ocorre por via do fordismo²⁶ – uma vez que esse modelo de produção

²⁶ Antunes (1985, p. 15-17.) aponta as características do padrão fordista-taylorista de produção, as quais perduraram durante meados da segunda metade do século XX, como forma de desenvolvimento da indústria capitalista, a saber: produção padronizada em massa, possibilitada pela linha de montagem; controle do tempo e dos movimentos dos trabalhadores; trabalho parcelado e fragmentado; divisão antagônica e hierárquica dos processos produtivos - elaboração *versus* execução; concentração da produção em grandes unidades produtivas, o que possibilitava o

apresenta características de esgotamento, a chamada crise do paradigma fordista²⁷, e que os impactos dessa crise *sistêmica* têm repercutido profundas mudanças no mundo do trabalho até os dias hodiernos.

No final do século XX, os países de capitalismo central, especialmente, Estados Unidos, Japão e países europeus, vivenciaram o início de uma crise estrutural, causada pelo esgotamento da onda expansiva do capital, marcada pelos “*anos de ouro*”²⁸, os quais perduraram até o final da década de 1960. De acordo com Almeida e Alencar (2011), essa crise estrutural foi resultado de contradições inerentes ao próprio sistema capitalista, que por um lado, possibilitou uma longa expansão da produção e do consumo, através do avanço das forças produtivas, sobretudo, do incremento de tecnologias na produção que, como resultado, potencializou as taxas de lucro e, por outro lado, fez emergir um período de estagnação, iniciado nos anos 1970.

Os autores supracitados ressaltam que a priori, houve o aumento da mais-valia relativa, todavia, a posteriori, essa expansão entrou em colapso, ocasionando um aumento na composição orgânica do capital, que desencadeou na redução das taxas de lucro e na ampliação do desemprego. Os autores afirmam ainda, que o capitalismo tardio não poderia se manter firme, diante da desaceleração das taxas de crescimento, sem intervir na forma de organização e resistência da classe trabalhadora. Assim a crise estrutural, sinalizada no início da década de 1970 foi o apogeu para o aprofundamento de um amplo processo de reorganização da

agrupamento massivo da classe trabalhadora e, conseqüentemente, a forte organização política e a resistência às formas de exploração.

²⁷ Nota-se que as características acima apresentadas não correspondem às formas atuais de produção no capitalismo flexível e financeirizado. A crise do fordismo se deu por vários elementos, dentre eles, pelo seu caráter rígido, o qual impunha a necessidade de grandes investimentos em processos fixos de produção, que necessitavam de um tempo médio para o retorno financeiro e acima de tudo, dependiam de um oscilante mercado consumidor. Tratava-se de uma produção fixa, que não havia espaço para a flexibilização; uma demanda volátil que não combinava com a rigidez da produção e de suas relações sociais, associadas com uma forte organização política e coletiva da classe trabalhadora. (VASCONCELOS e FILHO, 2019).

²⁸ Almeida e Alencar (2011, p. 03.) apresentam vários elementos que contribuíram para a expansão da economia capitalista nos Estados Unidos, no Japão e nos países europeus de capitalismo central, entre as décadas de 1940 até o final de 1960, entre eles destacam-se: o fim da Segunda Guerra Mundial e a expansão da acumulação de capital, que articulava desenvolvimento tecnológico e avanço produtivo, sobretudo, com a internacionalização da produção; o aumento nas taxas de acumulação por meio da extração de mais-valia, possibilitado pelo avanço tecnológico e por novas formas de acumulação materializadas no capital financeiro; o redimensionamento do papel do Estado, o qual passou a subsidiar financeiramente o capital e a desenvolver mecanismos de controle, dominação e cooptação da classe trabalhadora.

economia capitalista, período esse que se apresentou como um divisor de águas para o mundo do trabalho, sobretudo, no que se refere às relações de produção.

Destaca-se que o capitalismo orquestrou um pacote de medidas para reorganizar a economia, mas assim como defendem Almeida e Alencar (2011), para além da orientação econômica houve medidas sociopolíticas – as quais se direcionavam para a fragilização política da classe trabalhadora, dentre elas a adoção do Neoliberalismo²⁹, como orientação político-econômica.

A reestruturação produtiva foi uma estratégia orquestrada pelo capital para reorganizar os processos produtivos, no tocante as relações de trabalho, indo de encontro às características do fordismo. Buscou-se ampliar a retomada do crescimento, por meio da desregulamentação e da flexibilização das relações de trabalho, como uma alternativa de ampliação das taxas de lucro e de acumulação, frente o contexto de crise. Antunes (1985) aponta que nos anos 1980 o fordismo-taylorismo já não era o único modelo produtivo que regia a indústria capitalista, disputava espaço com a renovação, a conservação ou a superação de seus paradigmas, tais como: neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo, ou toyotismo³⁰.

O final do século XX aponta que o capital vivenciou uma crise estrutural e vem buscando superá-la ao longo dessas quase cinco décadas. Por meio de diversas estratégias os capitalistas criam mecanismos para retomar as taxas de acumulação, a saber: demissões, processos de flexibilizações nos contratos de trabalho, retomada de mecanismos de controle e submissão da classe trabalhadora a condições de trabalho precárias, informais, a fim de minimizar os custos com a

²⁹ O Neoliberalismo foi pensado por um fragmento da classe dominante, sobretudo, rentista, como mecanismo essencial para restauração do crescimento das taxas de lucro, através da igualdade formal e abstrata, na qual o Estado deve atender e tratar todos os sujeitos de forma igualitária, a fim de garantir a liberdade e a justiça social. Assim, espera-se ação mínima do Estado no provimento das necessidades sociais e na interferência nas relações sociais, deixando os indivíduos a mercê do mercado para desenvolver formas de suprir suas necessidades de reprodução social. De acordo com Hayek (1983), o Estado não deve dominar as relações que envolvem a vida política e econômica dos sujeitos, uma vez que, segundo o autor, não há clareza quanto aos critérios, nem quanto aos beneficiados das ações do Estado, devendo então o sujeito encontrar no livre mercado o espaço necessário para seu desenvolvimento político e econômico.

³⁰ O Toyotismo possui uma produção variada, com o mínimo de estoque possível, e orientada para demandas de consumo. O trabalhador deve aperfeiçoar seu tempo de produção, baseado em sistemas de controle do tempo e da qualidade dos produtos, além disso, trata-se de um modelo produtivo baseado na polivalência e multifuncionalidade, no qual o trabalhador deve atuar em várias máquinas e desenvolver várias funções simultaneamente; rompe-se com a individualidade da produção fordista e a organização do trabalho passa a ser coletiva, entretanto, a forma de gestão do trabalho toyotista transpõem para os trabalhadores as funções antes desenvolvidas pela gestão, a saber, o controle e a organização do trabalho coletivo. Trata-se de uma produção horizontalizada. (ANTUNES, 1985).

força de trabalho, ou seja, com os salários e expandir formas de exploração sem custo para o capital.

Ressalta-se que tais estratégias não são lineares, nem sempre são realizadas na mesma sequência, podendo o capital demitir e ao mesmo tempo readmitir o trabalhador, nas condições postas pela crise ou já admitir o trabalhador em condições de trabalho flexíveis, precárias, com baixos salários e etc. São mecanismos do capital que objetivam reforçar a dominação da classe trabalhadora, a exploração e a acumulação, as quais articulam estratégias múltiplas e muitas vezes simultâneas, sejam novas e/ou velhas, modernas e/ou arcaicas, avançadas e/ou atrasadas, nos processos produtivos.

O cenário de crise do capital desenha uma série de mudanças nas relações sociais de produção, as quais repercutem no cotidiano, na sociabilidade e na reprodução social da classe que vive do trabalho, uma vez que, o capitalismo é o sistema de produção e reprodução social dominante. Tais mudanças impõem a reconfiguração dos processos de produção, com a ampliação dos campos de trabalhos imateriais e com a elevação das taxas de acumulação associadas às novas estratégias de extração de mais-valor. Os processos de desindustrialização ancorados na financeirização do capital elevam a ultraprecarização da força de trabalho, os índices de desemprego estrutural, bem como, elevam o crescimento do número de sujeitos desalentados. Expandem-se e aprofundam-se as desigualdades sociais, a violência urbana, a miséria e a falta de perspectiva quanto ao futuro pessoal e profissional para uma parcela significativa da classe trabalhadora desempregada que não visualiza o seu futuro.

O sistema capitalista de produção, nos países periféricos, nas primeiras décadas do século XXI encontra-se, em fase de superação das ondas de crises vivenciadas, no final do século passado. Todavia, o cenário de crise estrutural e de crescimento do desemprego, em massa, não foi totalmente superado, com a virada do milênio e mesmo ampliou-se. Nos anos iniciais da primeira década do século XXI, vivenciou-se um cenário de avanço e sinais de crescimento econômico. Entretanto, no final do ano 2008, a onda de crise que invadiu os países de capitalismo central, sobretudo os Estados Unidos, rebateu na economia dos países dependentes e anunciou a retomada da depressão.

Assim, para a retomada do crescimento e da acumulação o capital fez ressurgir as estratégias de exploração da classe trabalhadora, que, na verdade, nunca foram superadas, apenas estavam adormecidas, mediante o contexto de crescimento do capitalismo. A exploração da classe trabalhadora ressurgiu com ímpeto maior, especialmente, nos momentos de crises. Combinam-se novas e velhas estratégias para explorar a classe que vive do trabalho, as quais se materializam em: trabalhos desprotegidos, *uberizados*, imateriais, informais, ultraprecários, não assalariados, etc. Essas sucessivas investidas contra a classe trabalhadora visam extrair cada vez mais altas taxas de mais-valia e mais-trabalho da classe que vive do trabalho. Nos diferentes contextos de crise, o capital encontra suas formas de superação por meio da intensificação da exploração desses trabalhadores.

Antunes (2020) destaca que as vésperas do surgimento da crise global, sanitária, econômico-social, da pandemia da Covid-19³¹ o cenário das condições de trabalho no Brasil, bem como, da reprodução da classe trabalhadora já se configurava pela erosão dos direitos sociais e trabalhistas, bem como, pela intensificação de medidas de flexibilização, precarização e informalização do trabalho.

Mediante os altos índices de desemprego e o desafio da busca pela sobrevivência, o capital estrategicamente oferece a classe trabalhadora desempregada a possibilidade de inserção nas modalidades de trabalhos ditos "modernos", os quais carregam as marcas da ausência de remuneração fixa, de extensas jornadas de trabalho, de eminentes riscos a vida e a saúde. Esses trabalhos são desenvolvidos em condições ultra precárias e informais são: trabalhos *uberizados*, teletrabalho, trabalhos de entregas vinculados às plataformas digitais (*happy, ifood*), regidos por algoritmos etc. os quais elevam a degradação da força de trabalho e ampliam a extração da mais-valia e do mais-trabalho.

³¹ A qual assolou primeiramente o continente asiático, inicialmente a China, no final do ano de 2019, país que declarou estado de emergência sanitária epidêmica em Dezembro de 2019. Posteriormente, os casos de contaminação pelo novo *coronavírus* (*SARS-Cov-2*) espalharam-se rapidamente pelo globo, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar estado de emergência global pandêmica, em 11 de março de 2020. Várias medidas para contenção dos índices de contaminação do novo *coronavírus* foram adotadas, sobretudo, através de *Lockdown*, que representa uma ameaça real ao sistema capitalista de produção, sobretudo, na esfera da produção e da comercialização das mercadorias.

Esse panorama das condições de trabalho, no país, se intensificou com a deflagração da pandemia da Covid-19 e atingiu a classe trabalhadora de forma geral. Para Antunes (2020), diante do metabolismo antissocial do capital³² que é representado pelo tripé: trabalho assalariado, capital e Estado, esse cenário tende cada vez mais, a espraia-se e consolida-se e sua regra geral consiste na destrutividade. Dialeticamente, na essência metabólica destrutiva do capital, as estratégias para ampliar a destruição ambiental e social, simultaneamente, impulsionam o crescimento e ampliação do sistema produtivo capitalista.

No fogo cruzado a classe trabalhadora brasileira vivencia diversos dilemas decorrentes: o aumento e a consolidação do desemprego estrutural, o aumento da fome e o retorno do país ao Mapa mundial da fome, o aumento dos índices de violências, sobretudo, domésticas. Expressam-se as demandas de saúde mental e as tentativas de suicídio. As medidas de prevenção contra a contaminação com o *coronavírus* impedem as crianças de ir às escolas, em contrapartida elas sofrem pela ausência da alimentação escolar. A juventude sofre o desemprego exacerbante. As empregadas domésticas vivenciam o confinamento nas casas dos seus patrões, dentre outros.

A pandemia da Covid -19 denuncia as contradições do sistema capitalista de produção, a classe que vive do trabalho vivencia o pseudo isolamento social, em residências insalubres, situadas em bairros sem acesso aos serviços públicos básicos, inclusive sem acesso ao abastecimento hídrico, que é fundamental a vida. Os Trabalhadores arriscam suas vidas para garantir a sobrevivência pessoal e familiar em trabalhos de entregas, vinculados às plataformas digitais, como motoristas de aplicativos, no trabalho ambulante, nos espaços do metrô do Recife, como empregadas domésticas, babás, porteiros, dentre outros.

Trata-se de um breve ensaio, acerca das condições reais de vida e trabalho no Brasil, que acaba de se tornar o epicentro da pandemia, e alerta aos demais países. Enquanto a classe trabalhadora perece aos montes, diante da negação da ciência, das pesquisas e das vacinas, o governo federal, defende o negacionismo, constantemente menospreza a incidência e a letalidade do *coronavírus* e nega

³²Para Antunes (2020) o metabolismo antissocial do capital consiste no consumo desenfreado: do meio ambiente - tido como inesgotável, da força de trabalho, pela exploração sem limites da classe trabalhadora. Trata-se de um sistema metabólico que penetra nas relações sociais, tornando-as relações sociais feitichizadas. Consequentemente, reverbera na destrutividade do trabalho e do trabalhador.

veementemente o volume de caos que assolam o Brasil. Ademais, defende a retomada da economia em detrimento da vida, do capital em detrimento do trabalho!

Nesse cenário, a destrutividade do capital atinge também a política de saúde, e os desafios se potencializaram, diante do sucateamento historicamente vivenciado no Sistema Único de Saúde do país. Verifica-se a ausência de leitos, sobretudo, de leitos em UTI, diante da expressiva demanda de internamentos. Há ainda, por outro lado, o recrutamento de força de trabalho, para as áreas da saúde, em muitos casos, em condições precárias, com ausência de EPI, intensas e extensas jornadas de trabalho, pelo pagamento de salários ínfimos. Evidencia-se a sobrecarga enfrentada pela classe trabalhadora da área da saúde, o que se desdobra no medo da contaminação, diante da exposição ao vírus.

Vivencia-se uma crise de insumos, destaca-se que a ausência de oxigênio levou a morte de varias dezenas de brasileiros Amazonenses. Trata-se de negligencia por toda parte. A quem interessa a destruição dessas vidas? Somamos quase de 500 mil (quinhentas mil) vidas ceifadas pela Covid -19, no Brasil. O sistema de metabolismo antissocial do capital esta se encarregando de eliminar uma parcela considerável da força de trabalho, sobretudo, pobre, negra e feminina. A qual sempre se expôs ao trabalho desprotegido.

Compreende-se que o capitalismo encontra-se numa crise estrutural e global. As quedas nas taxas de acumulação são claramente verificáveis na economia, sobretudo, nos ramos da indústria e do comércio. A elevação da inflação e dos custos de vida para a classe trabalhadora representa um desafio à reprodução social do trabalhador e denunciam o rebaixamento das condições de vida e de trabalho.

O governo federal expõe na mídia local e global o apelo genocida a naturalização da Pandemia da Covid-19, sobretudo, com a defesa da economia em detrimento da vida e da saúde e contrário às medidas de restrições à convivência social, adotadas pelos governos estaduais. Uma vez que, o fechamento das indústrias e do comércio representa uma ameaça à economia capitalista, diante do risco da superprodução e da redução do poder de compra da classe trabalhadora.

Entretanto, as lutas em torno da instituição do Auxílio Emergencial ³³ representou uma disputa política ideológica travada entre os representantes do

³³ O auxílio emergencial foi estabelecido como medida provisória e promulgado pela Lei Federal 13.982, de 02 de Abril de 2020. Finalizado em dezembro de 2020. Disponível em:

governo atual, na pessoa do então presidente da República – Jair Messias Bolsonaro, e reverberou para a sociedade em geral. Com o objetivo de promover a economia e de permitir que o circuito da produção de mercadorias se realize - por meio do consumo, o governo federal instituiu o auxílio emergencial, as duras penas, para a classe trabalhadora, sobretudo, para a população desempregada inserida da parcela da superpopulação relativa: líquida e estagnada. As condições de sobrevivência da classe trabalhadora foram minimamente mantidas por meio do benefício social de transferência de renda, até dezembro de 2020.

A classe trabalhadora defronta-se com uma espada de dois gumes: entre o pavor de contrair o *coronavirus* e evoluir a óbito e o apelo do governo federal e da sua cúpula pela retomada da economia. A ausência de itens básicos para proteção individual (EPI) é a realidade de trabalho de parcela significativa da classe trabalhadora no Brasil. Pobreza extrema e miserabilidade, incertezas, medo, insegurança, exploração, precarização são algumas das características que envolvem as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora no cenário atual.

O capital se reinventa diante do caos, e as necessidades de reprodução social da classe trabalhadora permanecem inalteradas. O trabalho dos vendedores ambulantes acompanha as determinações econômicas, políticas e sociais, e neste período de pandemia da Covid-19, aparentemente, os vendedores ambulantes desapareceram dos seus postos de trabalho. Mas, ressalta-se que eles se relocaram para outros espaços, que demandam maior mercado consumidor. Ou até mesmo migraram para outras atividades, que atualmente apresentam demandas de força de trabalho, atividades essas com caráter semelhante ao trabalho ambulante, sem vínculos, precárias, insalubres e com baixíssimas remunerações. Mas que permitem a busca pela sobrevivência, as quais em contrapartida contribuem para a acumulação do capital, a saber: atividades de entrega em domicílio, comércio online, vínculos em plataformas digitais (*Uber, ifood, happy*, dentre outros). Contata-se também que houve mudanças nas mercadorias comercializadas nas plataformas do metrô do Recife, verificou-se um acompanhamento das necessidades postas no atual cenário, pela presença da comercialização de máscaras de proteção facial e álcool gel, nos espaços do metrô do Recife.

No tocante as renovações do capital, mesmo diante desse cenário de crise sanitária global causada pela pandemia da Covid-19, verifica-se que alguns nichos do capital encontraram escapes para expansão e crescimento, por exemplo, o capital do complexo econômico-industrial da saúde, que inclui a indústria farmacêutica, indústria de EPI, de infraestrutura hospitalar, bem como, o capital das empresas de assistência familiar funerária, dado o elevado número de óbitos. Nota-se o crescimento da indústria e do capital de tecnologia, com a criação e expansão de plataformas digitais, por meio de aplicativos de gerenciamento de atividades remotas, dentre outros.

Entretanto, esse desenvolvimento tecnológico expande as relações de trabalho, executa o rompimento dos limites entre o tempo de trabalho e de não trabalho, reforçam as condições de exaustão da classe trabalhadora, os esgotamentos físico e mental, transformando todo tempo, digo, o tempo integral do trabalhador em tempo de trabalho. Espriam-se relações de trabalho virtuais, as quais transmitem uma falsa percepção de mundo e de segurança, os trabalhadores são impelidos a desempenharem suas atividades como se as condições de vida e trabalho estivessem alheias ao contexto atual.

Esse cenário atual representa um celeiro para consolidação das relações de trabalho fincadas na fluidez das tecnologias e na ultraprecarização do trabalho. O contexto econômico, político e social formado a partir da pandemia da Covid-19 certamente irá incentivar novas estratégias do capital para explorar a classe trabalhadora e aguçar ainda mais as relações de trabalho fundamentadas na precarização, na flexibilização, na informalização e na informatização das condições de trabalho.

2. A CATEGORIA TRABALHO À LUZ DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA MARXISTA: DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL À SUA RECONFIGURAÇÃO PELO CAPITAL

2.1 O TRABALHO E A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: UMA BREVE SÍNTESE À LUZ DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA MARXISTA

A categoria trabalho aparece como central e/ou nuclear para a compreensão da realidade social, uma vez que na teoria marxista ela é concebida não somente como a condição primordial para a sobrevivência e manutenção do ser humano, mas como processo de constituição do ser social.

A relação entre o homem e a natureza, digo, o trabalho é o fundamento da construção da história social da humanidade. Conforme pontua Marx e Engels (2007),

“Afirma-se, assim, pela primeira vez na história da filosofia, que o mundo é produto do trabalho humano, como realidade histórica construída coletivamente pelos homens. Também pela primeira vez afirma-se, na filosofia, que o homem é um ser histórico, o que é dado por sua capacidade de trabalho.” (MARX e ENGELS, 2007, p. 12).

Contraditoriamente filósofos *Ludwig Feuerbach* e *Bruno Bauer* consideravam o homem como um ser dado universalmente, supra-histórico, ou seja, sem distinções entre períodos históricos e sem distinções das condições materiais de vida e existência. Marx e Engels (2007) teceram críticas as limitações teóricas dos filósofos supracitadas, sobretudo, no que concerne à ausência de materialidade e historicidade em suas produções filosóficas, bem como, em suas concepções acerca do homem.

Para Marx e Engels (2007) as concepções teóricas acerca da realidade social deveriam considerar a história social da humanidade e o desenvolvimento da sociedade, como ponto de partida. A partir do primeiro ato ou atividade humana, que segundo esses autores supracitados consiste na atividade de intervenção na natureza, isto é, no trabalho - para a satisfação das necessidades de sobrevivência dos seres humanos é que a materialidade histórica da realidade social.

“[...] O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem

dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos [...]”. (MARX e ENGELS, 2007, p. 33.).

Marx e Engels (2007) concebem a existência de uma relação direta e material entre o homem e a natureza, ou seja, uma relação entre o sujeito (o homem) e o objeto (a natureza), contrariando as concepções filosóficas de sua época. Defendem a existência de uma relação de articulação e dependência entre o homem para com os recursos naturais. Consideram a existência de diferentes períodos de desenvolvimento dessa relação homem-natureza, a partir das diferentes condições materiais de satisfação das necessidades humanas, por meio das intervenções na natureza, ou seja, pelo trabalho.

O trabalho enquanto categoria teórica adquiriu centralidade na obra de Marx e Engels (2007), mas também é abordada nas demais obras marxistas, por representar o modo de ser dos homens e da sociedade. Trata-se de uma categoria central que determina a relação entre o ser humano e a natureza, e, simultaneamente, a constituição do **ser social**.

O trabalho é elemento nuclear da transformação da natureza e da simultânea transformação do homem na constituição do ser social. Atividade pela qual os seres humanos satisfazem as suas necessidades, sobretudo, aquelas, que a priori, estão relacionadas à sobrevivência.

Na obra *O Capital*, volume I, Marx (2016) sinaliza que,

“[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais [...]” (MARX, 2016, p. 211).

Verifica-se que o trabalho representa a relação de dependência dos homens e da sociedade para com a natureza inorgânica³⁴ e orgânica³⁵. Não existe sociedade

³⁴ Natureza inorgânica consiste nos seres vivos que não se reproduzem.

³⁵ Natureza orgânica consiste nos seres vivos que se reproduzem. A natureza inorgânica e orgânica não deve ser concebida como naturezas dicotômicas, mas formam a totalidade complexa da natureza.

sem a existência de intervenções nos recursos naturais para fins de sobrevivência. Mas a natureza sobrevive e antecede à existência do ser humano e do ser social.

Os animais são seres vivos que também dependem da natureza para sobreviver, as suas necessidades são semelhante as dos homens. Entretanto, os animais realizam intervenções diretas e mediatas na natureza. São regidos por instintos geneticamente determinados. A relação existente entre os seres animais e a natureza não é capaz de transformar as suas espécies, nem de construir instrumentos/ferramentas, objetos ou relações além daquilo que está biologicamente estabelecido. Diferentemente dos homens os quais são transformados a partir da relação com a natureza. Para Marx (2016) as relações entre os homens e a natureza diferem das relações entre os animais e a natureza, uma vez que, não são relações biologicamente pré-determinadas, guiadas apenas pelo impulso do instinto.

Marx e Engels (2007) assinalam que

“O homem se diferencia dos outros animais por muitas características, mas a primeira, determinante, é a capacidade de trabalho. Enquanto os outros animais apenas recolhem o que encontram na natureza, o homem, ao produzir as condições da sua sobrevivência, a transforma.” (MARX e ENGELS, 2007, p. 14.).

O trabalho distingue-se das atividades desenvolvidas pelos demais seres vivos (os animais), uma vez que, possui um elemento peculiar, o qual pertence apenas ao ser humano – a capacidade de idealizar. A distinção entre a relação do homem (ser social) com a natureza e a relação dos demais seres vivos (biologicamente pré-determinados) com a natureza consiste na capacidade teleológica³⁶ e na capacidade de prévia-ideação do trabalho. (LESSA e TONET, 2011).

Marx (2016) reitera essa distinção ao afirmar um de seus célebres trechos acerca do trabalho,

³⁶ A teleologia é a capacidade de projeção mental, ou seja, a capacidade teleológica de objetivação, da qual o homem é dotado enquanto ser vivo capaz de previamente idealizar um objetivo a ser alcançado. Além disso, consiste na capacidade de idealizar mentalmente os possíveis resultados, bem como, elaborar estratégias para superar ou inibir os erros e criar instrumentos para a execução de um trabalho. A partir disso é possível distinguir a categoria trabalho das demais atividades animais, a saber: o trabalho consiste numa atividade realizada pelo ser humano por meio da teleologia e da prévia-ideação, e as atividades realizadas pelos animais consistem em atividades biologicamente predeterminadas.

“[...] uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador [...]”, ou seja, o trabalhador desenvolve sua capacidade teleológica. (MARX, 2016, p. 212).

Já a prévia-ideação consiste na capacidade humana de idealizar as possíveis alternativas para a satisfação das necessidades de sobrevivência. Por exemplo, para a satisfação da necessidade humana da alimentação, Marx (2016) salienta que o homem possui a capacidade de idealizar as alternativas possíveis para quebrar ou abrir um coco, por exemplo: jogá-lo no chão ou construir instrumentos/ferramentas capazes de mediar à abertura do coco.

Dessa forma, diferentemente dos animais, o ser humano, não só idealiza as alternativas possíveis para a satisfação de suas necessidades, como também, possui a capacidade de avaliar qual alternativa é mais viável, a partir da prévia-idealização de seus resultados.

Marx (2016) assinala que existe um conjunto de construções sociais em torno das alternativas para a satisfação das necessidades de sobrevivência. Assinala que as condições reais e ideais para a alimentação também são julgadas pela capacidade da prévia-ideação, a exemplo: o homem é capaz de avaliar se um alimento está em boas condições ou não para a sua alimentação?³⁷

O autor exemplifica ainda que a satisfação das necessidades sexuais também obedece às mediações da capacidade da prévia-ideação. As demais satisfações das necessidades de sobrevivência, tanto da alimentação quanto da procriação, dentre outras, no caso dos seres humanos, também são frutos das construções sociais a respeito delas, ou seja, a capacidade da prévia-ideação possui uma dimensão da construção social em torno dela. Diferentemente, dos animais os quais

³⁷ Marx (2016) pontua que a partir do estabelecimento de determinadas relações sociais, sobretudo, relações sociais capitalistas, as condições reais de vida e sobrevivência dos homens impõe, em algumas situações, que para determinadas parcelas da população sejam suprimidas as condições da prévia-ideação, sobretudo, no tocante a necessidade de alimentação. Sendo possível verificar seres humanos alimentando-se em condições desumanas e instintivas, tais situações representam um nível de socialização que expressa à barbárie da vida social e a regressão das relações sociais a condição instintiva.

não possuem a capacidade de avaliar os resultados de suas atividades (biológicas), nem de julgar as alternativas para a sua satisfação³⁸.

Portanto, embora exista uma relação de simbiose entre o homem e os recursos disponíveis na natureza, Marx (2016) aponta que existem outros aspectos da vida humana que superam essa relação e que não são determinadas por ela, a saber, as relações sociais, as quais não são determinadas biologicamente, nem obedecem às leis naturais, mas são frutos das construções sociais dos homens.

O trabalho propicia a autotransformação do homem. As necessidades naturais passam a ser respondidas a partir de ações sociais. Com o desenvolvimento da capacidade da prévia-ideação há um recuo nos instintos naturais, a exemplo das satisfações das necessidades de sobrevivência relacionadas à fome e ao desejo sexual. Diferentemente dos animais, essas necessidades passam a obedecer à capacidade da prévia-ideação e das construções sociais em torno delas. A vida humana torna-se reconfigurada socialmente por valores que são construídos a partir das relações sociais, os quais formam os processos de humanização.

Verifica-se que a satisfação das necessidades humanas é realizada pelo trabalho, o qual é previamente orientado a uma finalidade – objetivação. Assim, o ser humano antecipa mentalmente os meios, isto é, os instrumentos pelos quais o trabalho será realizado e julga as alternativas viáveis para a realização da objetivação, por intermédio da prévia-ideação. (LESSA e TONET, 2011).

A capacidade de idealizar mentalmente o projeto do trabalho, de antecipar os seus resultados, de prever os erros e mediá-los, bem como de criar instrumentos para auxiliar na execução do trabalho consiste na diferença substancial do trabalho em detrimento das demais atividades desenvolvidas pelos animais.

Para que o trabalho se concretize é fundamental que haja a articulação entre o plano subjetivo e objetivo. O plano subjetivo corresponde ao âmbito do sujeito que idealiza o trabalho – o homem, ou o objetivo a ser alcançado com o trabalho – a satisfação das necessidades humanas. Já o plano objetivo corresponde à fase de intervenção humana na transformação da natureza. Ambos os planos: subjetivo e objetivo consistem na objetivação do trabalho. (MARX, 2016).

³⁸Marx (2016) também sinaliza que a banalização da vida social pode levar alguns seres humanos à satisfação de seus impulsos sexuais sem levar em conta à prévia-ideação ou a teleologia, isto é, aos moldes instintivos dos animais. O que representa uma regressão no desenvolvimento do ser social.

Para o desenvolvimento do trabalho, ou seja, para a realização do plano objetivo do processo de trabalho, o ser humano necessita construir instrumentos, os quais mediam a sua relação com a natureza. Diferentemente dos animais que realizam intervenções diretas na natureza, sem a necessidade de criação de instrumentos/ferramentas, os homens realizam intervenções na natureza, as quais exigem a criação de instrumentos/ferramentas.

Ao construírem os instrumentos/ferramentas os homens transformam-se a si mesmo, agregando conhecimento e habilidades para a satisfação de suas necessidades e, simultaneamente, transformam a realidade posta, ao alterar a forma de satisfação de determinada necessidade.

Ademais, a construção de instrumentos/ferramentas e a sua devida utilização para a satisfação das necessidades humanas, permite a construção de conhecimentos sobre as propriedades da natureza, sobre as necessidades humanas e sobre os instrumentos/ferramentas já construídos. Os instrumentos/ferramentas elevam as condições da relação homem-natureza e passam a se constituírem como elementos independentes de seus criadores, isto é, como conhecimento humano.

Destarte a categoria trabalho, diferencia-se das atividades realizadas pelos animais, por meio de pelo menos três características principais: pela capacidade teleológica; pela necessidade de construção de instrumentos/ferramentas para o trabalho e pela capacidade de autotransformação do ser humano e da realidade posta.

Para Marx (2016) os elementos componentes do processo de trabalho são: o próprio trabalho, que consiste na atividade direcionada a uma finalidade, a matéria, que representa a natureza, a qual é transformada pelo trabalho e elevada à condição de objeto de trabalho, e os meios de trabalho que são compostos pelos instrumentos/ferramentas criadas pelo e para o trabalho.

É desse modo que, o trabalho produz valores de uso, seja: objetos transformados e produzidos a partir de materiais da natureza, adaptados para o atendimento das necessidades humanas. (MARX, 2016).

O processo de trabalho para Marx (2016) consiste, portanto, numa:

“[...] atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais [...]” (MARX, 2016, p. 218).

No processo de trabalho o ser humano e a realidade social são simultaneamente transformados pela experiência, e pelo aprendizado acumulado, sobretudo, com a criação de instrumentos/ferramentas de trabalho e com a acumulação de conhecimentos acerca da natureza, dos instrumentos/ferramentas de trabalho e das necessidades humanas. A sistematização desses conhecimentos e a utilização cada vez mais ampliada e elevada para outras situações permitem a universalização dos conhecimentos e das habilidades adquiridas.

Dessa forma, não é possível compreender o trabalho como elemento singular, mas, sim como uma atividade humana coletiva, que compartilha saberes e conhecimento ao longo dos anos e das gerações. A ponte existente entre o desenvolvimento humano - por meio do trabalho, do avanço do conhecimento acerca dos recursos naturais e das formas de conduzi-los à satisfação das necessidades humanas está na construção dos meios de comunicação.

A construção dos meios de comunicação a partir da linguagem foi o marco inicial no desenvolvimento das relações sociais. Os códigos, as imagens, os sinais formaram os meios de comunicação necessários para a interação entre os seres humanos e construção das relações sociais. A construção da linguagem não foi proveniente de códigos genéticos, mas, sim das relações sociais, por meio da construção social de códigos e meios para que a comunicação se tornasse a condição essencial para o aprendizado. Tratou-se, pois, da construção da linguagem articulada. Por meio das relações sociais entre os indivíduos houve a sistematização das habilidades, dos conhecimentos e a sua generalização para a humanidade.

Ressalta-se que o conjunto de conhecimentos adquiridos pelo trabalho reitera a concepção de que o trabalho não pode ser concebido como atividade isolada, restrita a um ser humano ou a um grupo. Corresponde a um conjunto de habilidades coletivas, a experiências sociais, que através da linguagem articulada são repassadas para os demais seres sociais e gerações. A articulação maior ou menor, estruturada ou não, entre os seres humanos, mediada pelo trabalho e transmitida pela linguagem articulada e por vínculos sociais³⁹ forma o caráter coletivo do

³⁹ Marx e Engels (2007) afirmam que a constituição das famílias foi fundamental para a vinculação entre os indivíduos. Constituiu a primeira relação social entre os homens, relação material. E tornou-se fundamental para o estabelecimento da divisão natural do trabalho, que será abordada a seguir.

trabalho e permite a disseminação de conhecimentos e habilidades. Caracteriza-se assim o desenvolvimento do ser social.

“[...] foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): **o ser social.**” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 46. [grifo meu]).

Netto e Braz (2012), afirmam que a existência do ser social supera a complexidade até então verificada na natureza e que

“[...] A espécie humana desenvolve-se como um outro novo tipo de ser, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem a condições geneticamente predeterminadas: um modo de ser radicalmente inédito, o ser social, dotado de uma complexidade de novo tipo e exponencialmente maior que a verificável na natureza (inorgânica e orgânica).” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 48).

Esse processo de construção/transformação e desenvolvimento do ser humano em ser social (humanidade) é determinado pelo trabalho, conforme defende os autores marxistas, ao pontuar que *“[...] foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal [...] o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade).”* (NETTO e BRAZ, 2012, p. 49.).

Assim para Marx (2016) a relação entre o ser humano e a natureza é uma relação de transformação e construção mútua e permanente, na qual, o ser humano ao transformar a natureza para a satisfação de suas necessidades transforma-se a si mesmo.

“[...] O trabalho é o fundamento do ser social porque ao transformar a natureza, cria a base, também material, indispensável ao mundo dos homens. Ele possibilita que, ao transformarem a natureza, os homens também se transformem. E essa articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante [...] que faz com que o desenvolvimento do ser social seja ontologicamente (isto é, no plano do ser) distinto da natureza.” (LESSA e TONET, 2011, p. 26.).

E mais, o trabalho não atende a um leque específico de necessidades, como as atividades geneticamente predeterminadas realizadas pelos seres animais. Diferentemente dessas o trabalho complexifica, simultaneamente, as necessidades dos homens, complexifica também os homens. A satisfação das necessidades

humanas de sobrevivência por intermédio das intervenções na natureza criam outras necessidades, ou seja, as necessidades humanas se complexificam e tal ato também é considerado um ato histórico.

Com o surgimento ou a complexificação das necessidades humanas, os homens são levados a aprimorarem seus instrumentos/ferramentas para a intervenção na natureza, digo, seus instrumentos/ferramentas de trabalho. A complexificação das necessidades humanas de sobrevivência, tais como: alimentos, água, abrigo, etc. elevam a condição de ser humano individual⁴⁰ para a condição de ser social – de ser coletivo. As relações entre os seres humanos configuram a constituição do ser social, e a complexificação dessas relações, por meio das experiências adquiridas com as intervenções na natureza, tornam-se elementos sociais, conhecimento sociais construídos, que fazem parte da história humana, no passado, no presente e, certamente, o fará no futuro.

Conforme Marx e Engels (2007) o trabalho modifica o homem, a natureza e o destino das gerações futuras, uma vez que

“[...] o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas.” (MARX e ENGELS, p. 30.).

Logo, a categoria trabalho é concebida como uma atividade histórica de intervenção do homem na natureza para a satisfação de suas necessidades (valor de uso), a partir da objetivação e da prévia-ideação, frutos da capacidade teleológica, da qual só os homens são dotados. O trabalho é fundamento do ser social, uma vez que ao ser atividade humana de intervenção mediada na natureza é também e, simultaneamente, atividade de autotransformação do ser humano, e de articulação entre os demais seres humanos. Atividade que requisita a articulação da linguagem e o compartilhamento de experiências e conhecimentos acumulados. Trata-se de uma atividade desenvolvida apenas pelos homens, membros de uma

⁴⁰ Marx e Engels (2007) pontuam que a condição de ser humano individual e sua relação com a natureza é muito mais ilustrativa, do que real, uma vez que, não se deve conceber o trabalho como atividade individual, mas sim como atividade coletiva, que exprime a necessidade de intercâmbio entre os homens.

sociedade. Assim o trabalho tem uma dimensão social capaz de transformar a realidade social posta e, simultaneamente, os indivíduos.

É por intermédio do trabalho que o ser social se constitui e se torna capaz de realizar atividades teologicamente orientadas, objetivar-se material e idealmente, ainda comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada. Tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente. Escolher entre alternativas concretas. Universalizar-se. Socializar-se e complexificar-se.

Ressalta-se que as objetivações humanas não se restringem a esfera do trabalho assim como o ser humano é complexo, suas objetivações se diversificam e se complexificam, igualmente. As relações sociais criam outras esferas de objetivações humanas, tais como: as artes, as filosofias, as ciências, as religiões e etc.

Para contemplar o conjunto complexo, diversificado e articulado das objetivações humanas os autores marxistas atribuem à categoria de **práxis**, a qual concebe como a inclusão de todas as objetivações humanas, seja no âmbito do trabalho, voltadas à exploração e dominação da natureza, para a satisfação de suas necessidades, seja nas objetivações que concernem às inter-relações entre os homens e suas transformações.

A práxis consiste nas objetivações humanas. Tais objetivações só correspondem às ações e valores que representam as idealizações dos homens em determinados contextos e condições.

Quando o trabalho e as relações sociais são desenvolvidos sem que haja a direta intervenção e objetivação dos homens tem-se a **alienação**⁴¹. Trata-se do estranhamento construído a partir do desenvolvimento do sistema capitalista de produção e imposto na relação homem-natureza e nas relações sociais entre os homens.

Nos processos de alienação os homens são impelidos a desenvolverem atividades a partir de relações sociais que os controlam e transcendem suas capacidades de criatividade, projeção, escolhas, objetivos e valores. Aniquilam-se suas capacidades de objetivação – as quais envolvem a capacidade da teleologia e da prévia-ideação. A alienação da vida social impõe que o trabalho e a práxis humana tornem-se elementos controlados por mecanismos superiores (ideias,

⁴¹ A alienação enquanto categoria teórica vinculada ao trabalho a partir do modo de produção capitalista será abordada no item a seguir.

valores, religião, modo de produção e etc.) nos quais o trabalho e a práxis aparece aos homens como atividades estranhadas, sem objetivos e finalidades. (NETTO e BRAZ, 2012).

Para contemplar o conjunto de necessidades humanas Marx e Engels (2007) discorrem acerca da existência da divisão do trabalho nos primórdios das relações sociais entre os homens, isto é, no início da constituição do ser social. Os autores supracitados assinalam que as relações sociais entre os homens eram relações sociais de múltiplas dependências e que tais vinculações formaram as necessidades iniciais de vinculação, baseadas nas formações das primeiras famílias, e simultaneamente, na necessidade de dividir o trabalho entre os integrantes dos grupos, das comunidades.

Os autores supracitados pontuam que nos primórdios do desenvolvimento dos processos e das relações de trabalho houve a necessidade **da divisão natural do trabalho**, a qual estava embasada nas condições naturais dos homens, a exemplo da força, da capacidade física, do sexo, e etc. Tratou-se do estabelecimento de determinados trabalhos a partir de características específicas dos seres humanos. Esta divisão fundamentava-se basicamente no sexo e na idade dos membros das sociedades. Os autores afirmam que a divisão natural do trabalho

“[...] originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. [...] desenvolve-se por si própria ou “naturalmente”.” (MARX e ENGELS, 2007, p. 35.).

Os autores mencionados explicitam que a divisão natural do trabalho impôs aos homens a necessidade de estabelecer relação entre si como meio de sobrevivência e dependência. Reiteram que tal condição consistia num força superior, isto é, natural, a qual determinava a função de cada sujeito nos trabalhos a serem realizados para manutenção de sua sobrevivência. Inexistindo a presença do bem comum e dos interesses coletivos. Assim, na divisão natural do trabalho cada atividade estava,

“[...] dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado. Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve

permanecer se não quiser perder seu meio de vida [...] Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjecturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado [...]. (MARX e ENGELS, 2007, p. 36 e 38).

Para Marx e Engels (2007) a divisão do trabalho só deve ser considerada como uma divisão propriamente dita a partir do momento em que socialmente se construiu a concepção dicotômica entre trabalho material e trabalho espiritual - do qual os autores citam como exemplo o trabalho dos sacerdotes.

Assim, a construção da **divisão social do trabalho** (trabalho material *versus* trabalho espiritual) abriu as portas para a separação entre os indivíduos permitindo assim a existência da oposição na qual se tornou permitido que “[...] a *fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes [...]*” (MARX e ENGELS, 2007, p. 36.). Reitera-se que a superação dessa relação dicotômica entre trabalho material e trabalho imaterial só será possível a partir da superação da divisão social do trabalho!

Ademais, Marx e Engels (2007) sinalizam que a divisão social do trabalho germinou a partir da divisão interna que estruturava as relações familiares. Essa estrutura interna e desigual extrapolou os limites internos das relações familiares e passou a configurar a oposição entre as famílias e a construção da sociedade a partir da distribuição desigual do trabalho e de seus produtos. Tais elementos constituíram as bases para a instituição da propriedade privada, a qual se originou nas relações familiares em que “[...] a *mulher e os filhos eram escravos do homem*”. (MARX e ENGELS, 2007, p.36.). Assim, o desenvolvimento social desigual reconfigurou a categoria trabalho como ontologia do ser social e o trabalho passou a obedecer aos interesses alheios. Com a instituição do sistema capitalista de produção o trabalho passou a ser desenvolvido como objetivação do capital.

2.2 A RECONFIGURAÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO

A relação do homem com a natureza para a satisfação de suas necessidades de sobrevivência caracteriza a relação ontológica entre o homem, a natureza e o trabalho, por meio da qual se constitui *o ser social*. O trabalho realizado pelo

homem consiste numa atividade coletiva de criação de valores de uso para satisfação de suas necessidades de sobrevivência. Os produtos do trabalho humano são objetivados, teologicamente pensados e previamente idealizados, a fim de satisfazer determinadas necessidades e, mutuamente, transformam os homens e a natureza. (MARX, 2016; MARX e ENGELS, 2007; NETTO e BRAZ, 2012; TONET E LESSA, 2011).

O conjunto das objetivações humanas forma a categoria da práxis, a qual também sofreu alterações e limitações a partir da instituição do sistema capitalista de produção. Verificou-se no item anterior (2.1) que o trabalho consiste em apenas uma parte do conjunto das objetivações humanas, ou seja, uma parte da práxis. Trata-se de uma parte fundamental, a partir da qual as relações sociais, econômicas e políticas são moldadas.

Conforme abordado no capítulo anterior⁴², o desenvolvimento do capitalismo tornou-se o divisor de águas para as relações sociais, econômicas, políticas até então existentes e, conseqüentemente, reconfigurou as relações sociais de trabalho já estabelecidas. Marx (1978) sinaliza que o sistema capitalista de produção não possui um modo produtivo específico, mas reconfigura as relações de produção já consolidadas, a partir de seus pressupostos e objetivos, os quais são: lucro, mais-valia, acumulação, valorização, dentre outros.

O trabalho enquanto ontologia do ser social foi reconfigurado conforme a lógica do capital, a partir das mudanças na essência da produção (valor de uso/valor de troca). O modo de produção capitalista reconfigurou as características ontológicas do trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, na medida em que as relações de produção e trabalho foram alteradas em função dos objetivos do capital, sobretudo, os objetivos de acumulação.

A práxis humana sofreu alterações e limitações com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A capacidade de objetivação humana vital ao trabalho, que se materializa nas artes, nas filosofias, nas religiões, nas culturas, sofreu interferências do modo de produção capitalista, por meio da mercantilização da vida social. Os produtos das práxis humanas foram coisificados, materializados em produtos do sistema capitalista de produção, em propriedade privada para fins de comercialização, isto é, tornaram-se mercadorias vendáveis.

⁴² Elementos abordados no capítulo anterior, precisamente no item 1.1: “**A Gênese do Sistema Capitalista de Produção: uma síntese histórica, a luz da teoria social crítica marxista**”.

Consequentemente, os homens deixaram de se reconhecer nos frutos de suas práxis, seja, no âmbito do trabalho ou nos demais âmbitos das objetivações da vida humana. O estranhamento imposto pelo capitalismo na relação do homem para com a natureza, bem como, nas relações sociais entre os homens, sobretudo, nos processos de trabalho, é desvendado por intermédio da categoria **alienação**.

Para Marx e Engels (2007) a alienação representa essa relação de estranhamento entre os homens e o resultado do seu trabalho,

“[...] O resultado do trabalho se enfrenta com seu produtor como um objeto alheio, estranho – está dado o mecanismo essencial de explicação da alienação. Como produtor, o operário não se sente sujeito, mas objeto do seu objeto. A atividade de produção é a fonte da alienação e não mais um processo de ilusão – psicológica ou intelectual [...]” (MARX e ENGELS, 2007, p. 12-13).

Na obra O Capital livro I, Marx (2016) concebe que a alienação é resultado de um sistema social baseado no trabalho fragmentado e na exploração. O autor defende que a alienação põe entraves no desenvolvimento do ser social, ao usurpar suas capacidades de objetivações e impor limites e regressões no desenvolvimento humano. Afirma que os processos de alienação golpeiam a capacidade do trabalho enquanto elemento ontológico do ser social.

Nesse cenário, uma sociedade fundamentada na divisão social do trabalho, na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do homem pelo homem, está baseada em relações sociais alienadas e alienantes.

Marx e Engels (2007) explicitam que o trabalho no modo de produção capitalista, impõe aos homens condições que depreciam suas capacidades de práxis, uma vez que, as objetivações e o comando da produção obedecem aos interesses externos a eles (os homens), isto é, obedecem aos interesses do capital.

Os autores supracitados defendem que

“[...] a alienação aponta para seu fundamento na categoria de trabalho. A produção de riqueza representa para o operário a transferência de valor para a mercadoria e seu empobrecimento como trabalhador. “A depreciação do mundo dos homens aumenta em razão direta da valorização do mundo das coisas.” (MARX e ENGELS, 2007, p. 12.)”.

Os estranhamentos causados pelos processos de alienação diminuem a articulação do homem para com a natureza, bem como, as relações sociais entre os homens, ou seja, reduz os processos de constituição do ser social. O trabalho

enquanto ontologia do ser social torna-se reconfigurado e a realização das objetivações humanas, das capacidades ontológicas do trabalho, a saber, a teleologia, a prévia-ideação, as objetivações e etc. sofrem regressão no modo de produção capitalista. Os homens são levados a formas de produção que não requisitam as idealizações, mas sim requisitam a execução de atividades simples, repetitivas, voltadas à produção em larga escala, objetivadas para a troca.

Marx e Engels (2007) pontuam que no modo de produção capitalista o trabalho torna-se elemento estranho aos homens. Pelo qual os homens se sentem dominados, como uma força exterior e do qual os homens não se reconhecem.

“[...] Embora tenha o potencial transformador da realidade, o que o homem mais recusa é trabalhar. Foge do que o tornaria humano porque não se reconhece no que faz, no que produz, no mundo que transforma. Porque trata-se de trabalho alienado.” (MARX e ENGELS, 2007, p. 14).

O capitalismo reconfigurou o trabalho por intermédio da instauração de processos históricos, sociais e econômicos que romperam com as bases ontológicas do trabalho, enquanto atividade de realização do homem, de criação de valores de uso para a sua sobrevivência.

Dentre os diversos processos abordados anteriormente, no capítulo 01⁴³, reiteram-se os processos históricos, sociais e econômicos que configuraram a gênese do sistema capitalista de produção, dentre eles: *as expropriações primárias e o estabelecimento do êxodo rural forçado*, por meio das destruições no campo. Os quais representam elementos sócio-históricos que foram fundamentais para a instauração do sistema capitalista de produção, no processo de ruptura com as bases do sistema feudal e de continuidade da ruptura do trabalho enquanto ontologia do ser social e práxis humana.

Embora esses processos sócio-históricos tenham influenciado a reconfiguração das relações de trabalho, Marx (2016) reitera que a natureza geral do trabalho não foi alterada com a subsunção do trabalho à lógica do capital. Isto é, não se alterou a produção de objetos com valores de uso. O sistema capitalista de produção reconfigurou o trabalho enquanto essência do ser social, transformando-o conforme os interesses do capital, mas não alterou a sua essência, a saber: a produção de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas.

⁴³ Elementos abordados no capítulo anterior, precisamente no item 1.1: “**A Gênese do Sistema Capitalista de Produção: uma síntese histórica, a luz da teoria social crítica marxista**”.

Nota-se que no sistema capitalista de produção o trabalhador não produz para si mesmo, mas para atender às necessidades e objetivações do capitalista, ou seja, realiza a produção de mercadorias com o valor de troca. Assim, não se trata da fabricação de objetos/produtos em quantidade de uso, para a satisfação de determinadas necessidades pessoais, mas sim, trata-se da produção de mercadorias, em escala superior, com objetivo de atender as necessidades sociais. As mercadorias produzidas no capitalismo obtêm, simultaneamente, o valor de uso e o valor de troca.

Reitera-se que o sistema capitalista de produção não elimina o valor de uso das mercadorias produzidas, ou seja, permanece a natureza geral do trabalho: a criação de objetos para a satisfação das necessidades humanas, com valor de uso. Todavia, o trabalho nos moldes do capital obedece aos interesses externos ao trabalhador, ou seja, obedece aos interesses do capitalista com fins de comercialização.

Para Marx (2016) o trabalho submetido às leis do capital possui características específicas: torna-se uma atividade controlada pelo capitalista, diferentemente do trabalho enquanto ontologia do ser social, no qual o homem por meio de sua capacidade teleológica possuía a autonomia para criar seus instrumentos/ferramentas de trabalho e julgar as alternativas viáveis para a objetivação de uma atividade com fins de satisfação de suas necessidades de sobrevivência.

O autor supracitado reforça que o trabalho no capitalismo é produtor de mercadorias em larga escala, as quais possuem, a priori, valor de uso e, a posteriori, valor de troca. Diferente do trabalho anterior ao sistema capitalista de produção, no qual os produtos possuíam valor de uso, fabricados pelo trabalho enquanto essência humana, para uso pessoal, sem a necessidade de ser replicados em larga escala⁴⁴. (MARX, 2016).

Ademais, Marx (2016) explicita que o trabalho sobre a lógica do capital torna-se propriedade privada do capitalista, produto e produtor de valor para o capital. Por meio das relações sociais de trabalho, instauradas pelo sistema capitalista de

⁴⁴ Marx (2016) e Netto e Braz (2012) assinalam para a diferença entre os artigos produzidos para a satisfação das necessidades dos produtores, os quais possuem o valor de uso e as mercadorias, as quais são produtos fabricados pelo trabalho assalariado, em larga escala, objetivados para a comercialização – valor de troca.

produção, o trabalhador é desprovido dos seus meios de trabalho⁴⁵, pelo capital e é lançado no mercado, como quaisquer outras mercadorias, a exemplo: matérias-primas, máquinas e etc.

No sistema capitalista de produção a mercantilização das relações sociais torna-se regra! Ao ser expropriado dos seus meios de trabalho o trabalhador passa a possuir apenas a força de trabalho – a coisificação das relações sociais. Essa força de trabalho enquanto elemento constitutivo do ser humano e do ser social torna-se vendável, isto é, é transformada no sistema capitalista em mercadoria, em produto disponível no mercado, com valor de uso para os capitalistas e valor de troca para os trabalhadores.

A força de trabalho possui valor de troca para o trabalhador que dispõe apenas dela para a sua sobrevivência. Ao ser expropriado dos seus meios de produção, o trabalhador só encontrará condições materiais para sobreviver a partir da comercialização de sua única mercadoria – a força de trabalho, a qual ele dispõe no mercado a venda.

Para o capitalista enquanto possuidor dos meios de produção, expropriados da classe trabalhadora, bem como, possuidor de capital acumulado, a força de trabalho disponível no mercado à venda pelo trabalhador possui o valor de uso, semelhante aos demais componentes dos processos produtivos.

Para realizar os processos produtivos os capitalistas dispõem de dois conjuntos de capitais, a saber: o conjunto de capital constante⁴⁶, os quais não alteram o seu valor no processo de produção e o conjunto de capital variável⁴⁷, no qual se encontra a aquisição da força de trabalho e sua capacidade de produzir o seu próprio valor, e um valor excedente.

No processo de produção de mercadorias, que corresponde ao processo de relação entre capital constante e capital variável, a força de trabalho enquanto mercadoria serve ao capital como valor de uso, a fim de que seja desempenhado um trabalho concreto⁴⁸ para o capitalista. Já para a classe trabalhadora a força de

⁴⁵ Os meios de trabalho podem ser exemplificados como: instrumentos/ferramentas de trabalho, insumos, matéria-prima, instalações, oficinas, cabanas e etc.

⁴⁶ O capital constante representa os investimentos em maquinários, infraestrutura e insumos. (MARX, 2016, p. 244; NETTO e BRAZ, 2012).

⁴⁷ Capital variável corresponde à compra da mercadoria força de trabalho para realização da produção. (MARX, 2016, p. 244; NETTO e BRAZ, 2012).

⁴⁸ O trabalho concreto consiste no trabalho desempenhado para a satisfação das necessidades objetivando o valor de uso. (NETTO e Braz, 2012, p. 118).

trabalho, enquanto mercadoria passa a ter valor de troca, e com isso o trabalho desempenhado passa a ser trabalho abstrato⁴⁹, o qual se realiza para a produção de mercadorias. (MARX, 2016; NETTO e BRAZ, 2012).

Marx e Engels (2007) sinalizam que a relação entre capital-trabalho representa a materialização de relações sociais mercantilizadas, uma vez que no sistema capitalista de produção “[...] *O trabalho produz ao mesmo tempo mercadorias e o operário enquanto mercadoria [...]*”. (MARX e ENGELS, 2007, p. 12).

Assim, o capitalista ao dispor do capital constante e do capital variável, na relação com o trabalhador lhes é permitido “[...] *consumir a mercadoria, a força de trabalho que adquiriu, fazendo o detentor dela, o trabalhador, consumir os meios de produção com o seu trabalho.*” (MARX, 2016, p. 218).

A força de trabalho é adquirida pelo capital a fim de que se realize na produção de mercadorias para o capital. Dessa forma, a força de trabalho possui a capacidade principal nos processos de produção, a saber: a capacidade de criar valor para o capital.

Marx (2016) sinaliza que o trabalho, ou seja, a força de trabalho é o elemento essencial do processo de produção de mercadorias, sem a qual o capital constante não possui utilidade. Defende que sem o devido uso o capital constante se deteriora, mas que só é possível ganhar vida a partir da aquisição da força de trabalho. Por meio dos processos produtivos a força de trabalho ao apropriar-se do capital constante cria valor para o capital, conforme Marx (2016),

O trabalho “[...] com sua chama, [...] se apropria (do capital constante), como se fossem partes do seu organismo, e, de acordo com a finalidade que o move, lhes empresta vida para cumprirem suas funções, elas são consumidas, mas com um propósito que as torna elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos que podem servir ao consumo individual como meios de subsistência ou a novo processo de trabalho como meios de produção.”, reitera-se que a força de trabalho executa os processos produtivos conforme os objetivos do capital. (MARX, 2016. p. 217 [grifo meu]).

O capitalista enquanto possuidor dos meios de produção compra a mercadoria do trabalhador – a força de trabalho, com o valor de uso sobre ela, por determinado tempo estabelecido previamente, em troca de um salário⁵⁰.

⁴⁹ Trabalho abstrato consiste no trabalho desempenhado na produção de mercadorias para a comercialização. (NETTO e BRAZ, 2012. P. 118).

Essa relação de compra e venda da força de trabalho consiste na diferença substancial da categoria trabalho enquanto ontologia do ser social. Ao ser reconfigurada pelo sistema produtivo do capital a categoria trabalho passa a objetivar os interesses do capital, dessa forma, o trabalhador perde a sua autonomia sobre a produção de bens para a satisfação das necessidades humanas a partir da expropriação de seus meios de produção.

Assim, ao ser desapropriado dos seus meios de produção o trabalhador passa a produzir bens para o capitalista e o resultado dessa relação capitalista de trabalho consiste na produção coletiva de bens de propriedade privada do capital.

O estabelecimento do trabalho assalariado consiste numa contradição do sistema capitalista de produção, uma vez que, com a superação do sistema de produção feudal os homens adquiriram a “liberdade” de trabalho, deixando de ser servos e constituindo-se trabalhadores livres. Entretanto, simultaneamente, essa liberdade, que na prática nunca foi efetivada, tornou-se cerceada pela instauração do sistema capitalista de produção, o qual “aprisiona” o trabalhador à condição de assalariamento para a manutenção de sua sobrevivência.

Gorender (1980) aponta que, no capitalismo, o trabalhador assalariado dispõe de sua propriedade – a mercadoria força de trabalho, a qual é composta pelo conjunto de energias, física e mental, a qual disponibiliza no mercado, com valor de troca, e é comprada pelo capital, com valor de uso.

Assim, o autor supracitado aponta que a apropriação pessoal, presente na relação escravidão e servil desaparece no trabalho assalariado, e o capital desenvolve uma relação subjetiva com o trabalhador. A essência da liberdade do trabalho assalariado consiste na venda da força de trabalho por determinado tempo, caso contrário, o trabalhador tornar-se-á escravo do capitalista. A liberdade do trabalho assalariado em relação aos servos das glebas consiste, ainda, na liberdade em vender a sua mercadoria – a força de trabalho, a qualquer comprador- o capitalista empregador.

Diferentemente dos servos que possuíam uma ligação direta e constante com seus senhores. A sujeição dos escravos e dos servos para com seus senhores era

⁵⁰ O salário consiste numa quantidade monetária, estabelecida socialmente, que corresponde à determinada quantidade de trabalho por um período de tempo estabelecido, que corresponde também o tempo de trabalho necessário para a reprodução social do trabalhador. (NETTO e BRAZ, 2012).

fundamentada em elementos pessoais e no caráter extraeconômico. Já o trabalhador assalariado está sujeito ao capital por relações impessoais e de caráter econômico.

Todavia, Gorender (1980) ressalta que para o trabalho, no capitalismo, transitar da condição de trabalho com coerção extraeconômica, até a condição de trabalho considerado livre, durou determinado período. Ademais, o capitalismo para se consolidar enquanto modelo econômico e produtivo lançou mão de estratégias de coerção econômica e extraeconômica, através da acumulação primitiva, das expropriações primárias, das legislações sanguinárias, que se assemelham às condições impostas aos escravos. Afirma ainda que, a dependência do trabalhador para com o capital foi se desenvolvendo pelo “chicote” da fome e aos poucos a coerção extraeconômica foi se tornando coerção impessoal/econômica e a dependência do trabalho para com o capital foi se consolidando ao ponto do capital, atualmente dispor de um grande quantitativo de força de trabalho disponível.

As relações de produção no sistema capitalista estão fundamentadas na relação capital-trabalho, estabelecida por relações de assalariamento, conforme mencionado acima, as quais constituem a exploração do trabalho pelo capital.

A força de trabalho, enquanto mercadoria é comprada pelo capital e usada em benefício da produção, por meio da relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Portanto, é estabelecido um valor a ser pago, pelo usufruto da força de trabalho, pelo capital, através do salário. O salário representa o valor socialmente determinado para a reprodução do trabalhador e corresponde ao tempo de trabalho necessário desempenhado pelo trabalhador para a sua reprodução, ou seja, o tempo em que o trabalhador produz os valores para sua remuneração.

Todavia, ao produzir as mercadorias o trabalhador recebe uma contraprestação paga pelo contratante da força de trabalho – o capitalista, que não representa o valor total do trabalho desempenhado. Uma vez que, o valor do salário é inferior ao quantitativo de trabalho desempenhado pelo trabalhador, a outra parte do valor do trabalho não pago, isto é, do trabalho excedente, que não é remunerado ao trabalhador, é apropriado pelo capital em forma de mais-valia⁵¹.

⁵¹ A mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, estando presente indistintamente seja nos processos de trabalho de fabricação ou de ouzives, conforme pontua Marx (2016, p. 231.).

O objetivo central do capitalismo é alcançar, cada vez mais, altas taxas de acumulação, as quais são possíveis, sobretudo, através do trabalho explorado e pela apropriação de um quantitativo de trabalho não pago à classe trabalhadora, ou seja, pela apropriação da mais-valia. É no processo de produção das mercadorias que o trabalho, sob a égide do capital, torna-se trabalho abstrato, produtor de valor e produtor de mais valor, ou seja, de mais-valia.

Só o trabalho humano é capaz de produzir valor para o capital e sem o trabalho humano não há produção! Na esfera da produção das mercadorias ao empregar a força de trabalho, o trabalhador transforma a matéria-prima em uma nova mercadoria, que ao ser levada para o mercado, transita no ciclo do capital, da produção para a esfera da circulação, com um valor diferente daquele que foi investido inicialmente na produção. Assim, esse valor excedente da mercadoria corresponde ao valor não pago pelo capital à força de trabalho desempenhada na produção.

Marx (2016) aponta que o valor das mercadorias é determinado pela “[...] *quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção [...]*”. (MARX, 2016, p. 245). Entretanto, verifica-se que ao final da produção das mercadorias, o valor agregado nelas supera aquele investido inicialmente, graças ao trabalho excedente incluso nas mercadorias, ou seja, graças à mais-valia.

Nota-se também que o valor da mercadoria força de trabalho é estabelecido pelo valor do salário - um quantitativo monetário socialmente necessário para a reprodução social do trabalhador, pago por determinada quantidade de tempo de trabalho previamente estabelecidos. Entretanto, verifica-se que o valor do trabalho desempenhado com a venda da mercadoria - força de trabalho supera o valor do trabalho necessário. Assim, o trabalhador contratado pelo capitalista desempenha na jornada de trabalho estabelecida: trabalho necessário e trabalho excedente, não sendo devidamente remunerado pelo trabalho excedente.

Marx (2016) explicita que o processo de produção de mais-valia corresponde à produção de mercadoria com dois objetivos, nos quais o capitalista quer:

“[...] Primeiro, [...] produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de

produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor de uso, quer produzir mercadorias; além de valor de uso, valor e não só, valor, mas também valor excedente (mais-valia).” (MARX, 2016, p. 220).

Ao comprar a força de trabalho no mercado, ao capitalista interessa a produção do mais-valor que essa possibilita. Marx (2016) pontua que

“[...] o possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar, uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor de troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor.” (MARX, 2016, p. 227).

Como em um passe de mágica o dinheiro se transforma em capital! O capitalista obtém ao final da produção mais dinheiro do que investiu inicialmente na compra do capital constante e da força de trabalho. Graças à exploração do trabalho! Graças ao quantitativo de trabalho não pago ao trabalhador! Graças à extração e a apropriação da mais-valia! Graças ao valor do trabalho incorporado à mercadoria!

Assim o trabalho reconfigurado pelo capital torna-se trabalho explorado. Trabalho explorado pela relação capital-trabalho. A força de trabalho torna-se mercadoria vendável, o trabalhador perde o controle e a autonomia sobre os processos de trabalho e o trabalho se torna essencial produtor de valor para o capital. O qual serve aos interesses do capital – isto é, sua valorização, acumulação e expansão.

Assinala-se que ao leitor, desprovido de uma análise crítica marxista acerca das relações de trabalho no modo capitalista de produção, pode não interpretar as relações de produção baseadas no assalariamento como de fato são, e podem encobrir aparentemente esses processos de expropriação, extração de mais-valia e exploração da classe trabalhadora. No âmbito da aparência todo trabalho realizado pelo trabalhador assalariado pode revelar-se como trabalho necessário, ou seja, trabalho remunerado ao trabalhador pelo capital através do salário. Já nas relações de produção não assalariadas ou “autônomas”, a exploração do trabalho pelo capital e a extração de mais-valia ou do mais trabalho, podem aparecer fetichizadas na falsa ideia de “autonomia” e de liberdade do trabalhador. Uma vez

que, o trabalhador dito “autônomo” aparentemente se apropria integralmente dos valores adquiridos pelo seu trabalho dito “autônomo”.

Entretanto, evidencia-se nesses dois exemplos que o trabalhador assalariado, como abordado anteriormente, é produtor de mais-valia. Parte do trabalho desempenhado – trabalho necessário é remunerado pelo capital e a outra parte – trabalho excedente é apropriado por esse através da mais-valia. Portanto, trata-se de trabalhador explorado, pelo capital.

Verifica-se também, que os trabalhadores vinculados às relações de trabalho não assalariadas são explorados ainda mais pelo capital, pois não possuem remuneração e, portanto, o trabalho desempenhado para o capital - trabalho necessário e excedente é apropriado de forma integral pelo capital, seja ele produtivo e/ou comercial, sem onerá-los. Trata-se da apropriação generalizada de mais-valia e mais – trabalho pelo capital.

Para ampliar ainda mais as possibilidades de exploração da classe trabalhadora o sistema capitalista de produção criou a divisão social do trabalho. Diferentemente da divisão natural do trabalho supracitada no item (2.1), a divisão social do trabalho objetivou ampliar a produção em larga escala, e, conseqüentemente expandir as formas de extração de mais-valia do conjunto da classe trabalhadora.

O objetivo primordial da divisão capitalista do trabalho consistiu na capacidade de aumentar a produtividade do trabalho. Tratou-se da divisão social do trabalho, a priori, no interior das unidades produtivas com o objetivo de separar os trabalhadores em especialidades. Assim, a estratégia do capital constituía-se em decompor os conhecimentos de ofícios, nos quais, os trabalhadores artesãos, mestres, dentre outros, possuíam acerca dos processos produtivos.

Por intermédio dessa divisão do trabalho, os trabalhadores passaram a ser relocados, de acordo com suas especialidades, para determinadas funcionalidades nos processos produtivos, nas quais, atuavam durante toda a jornada de trabalho. Assim, a classe trabalhadora via escapar pelos dedos o controle sobre a produção de bens e o poder de barganha para com a classe capitalista. (NETTO e BRAZ, 2012).

Nesse ínterim, o capital aumentou sua possibilidade de exploração da força de trabalho, ao passo que com a especialização do trabalho emergiu um contingente

considerável de trabalhadores desespecializados. Os quais foram desapropriados dos seus saberes de ofícios, e, portanto, tornaram-se aptos a desempenharem quaisquer atividades simples, com elevada jornada de trabalho, em péssimas condições e em alto nível de exploração, dentre os quais, Netto e Braz (2012) sinalizam a presença dos trabalhos feminino e infantil.

Marx e Engels (2007) também expõem acerca da divisão social do trabalho, ao defenderem que a princípio representou a repartição do trabalho em especialidade, e não houve a especialização das atividades, ou seja, o trabalhador ainda era responsável por todo o processo produtivo de uma determinada atividade, a exemplo, do oleiro que permaneceu responsável por todos os processos para a fabricação de vasos, na olaria. Posteriormente, com o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, os autores sinalizam que houve a ampliação dessa divisão social do trabalho e os trabalhadores passam a desempenhar atividades específicas nos processos produtivos, tratou-se da especialização do trabalho.

Assim, reforçam que houve a deterioração do conjunto de conhecimentos técnicos de saberes e de ofícios. Os trabalhadores perderam o controle das atividades e das tarefas, bem como, perderam o poder de barganha para com o capital, ocasionando o aumento da exploração da classe trabalhadora e o adensamento de trabalhadores sem ofício, direcionados a execução de atividades simples. Reiteram que os trabalhadores se tornaram altamente fluidos nos processos produtivos, inseridos em relações de trabalho fluidas com demissão e admissão constantes. (MARX e ENGELS, 2007).

Com o desenvolvimento do capital e com a expansão da inserção de máquinas e tecnologias nos processos produtivos, tornou-se necessário para o capital a expansão da divisão social do trabalho. Tratou-se da divisão social e técnica do trabalho, na qual o trabalho tornou-se subsumido ao capital (subsunção real e formal).

Marx (1978) concebe que subsunção real e formal do trabalho ao capital desenvolve-se com o estabelecimento do modo de produção capitalista, com a inserção das máquinas nos processos produtivos, a fim de ampliar os mecanismos de extração da mais-valia e do mais-trabalho da classe trabalhadora.

O capital criou também as formas de controle sobre a classe trabalhadora, a partir da implantação dos mecanismos de fiscalização e punição para o trabalhador,

por meio da contratação de força de trabalho específica para a fiscalização e o controle da produção.

Ademais, para alcançar, cada vez mais, as altas taxas de acumulação o capital criou mecanismos a fim de intensificar a produção de mais-valia da classe trabalhadora, através da intensificação da força de trabalho, por meio do prolongamento das jornadas de trabalho, sem alteração dos salários, o que representa a produção da mais-valia absoluta. Outra estratégia usada pelo capital consistiu no incremento de tecnologias para acelerar os processos de trabalho, sem estender a jornada de trabalho. Nesses processos, o trabalhador produz no mesmo tempo, quantidades, cada vez maior, de mercadorias, desenvolve-se então produção de mais-valia relativa. Intensificação e produtividade do trabalho são estratégias combinadas pelo capital para acumular, cada vez mais, a partir da exploração do trabalho da classe trabalhadora. (MARX, 1997; NETTO e BRAS, 2012; DAL ROSSO, 2008).

Nota-se que as condições do trabalho no modo de produção do capital alteram as condições de trabalho enquanto ontologia do ser social. A reconfiguração do trabalho pelo capital objetiva a exploração da classe trabalhadora para a extração de trabalho não pago. Diversas estratégias têm sido empreendidas pelo capital ao longo dos anos a fim de expandir as formas de exploração e acumulação de capital.

2.3 PRECARIZAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E INFORMALIZAÇÃO: A TRILOGIA HISTÓRICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO NO SISTEMA PRODUTIVO DO CAPITAL

Afirmou-se que com o objetivo de ampliar a exploração dos trabalhadores, o modo de produção capitalista cria e recria estratégias para expandir a extração de mais-valia da classe trabalhadora. Dentre as diversas estratégias de ampliação das taxas de acumulação, na atualidade, têm-se a precarização, a flexibilização e a informalização das relações sociais de trabalho. A precarização, a flexibilização e a informalização são configurações constitutivas das relações de trabalho sobre a égide do sistema produtivo do capital. Ressalta-se que diante da crise estrutural do capital essas estratégias ampliam-se ainda mais, sobretudo, nos países de capitalismo periférico.

Os países de capitalismo central vivenciaram, em meados da década de 1970, o início de uma crise estrutural, que foi o apogeu para o aprofundamento da reorganização da economia capitalista, e se tornou o divisor de águas para o mundo do trabalho, sobretudo, nas relações de produção. (PATORINI, 2004; ALMEIDA e ALENCAR, 2011).

A reestruturação produtiva foi uma estratégia orquestrada pelo capital contra o trabalho, a fim de aumentar as taxas de lucro e acumulação, através da reorganização dos processos produtivos, por intermédio da desregulamentação e da flexibilização das relações de trabalho e dos direitos adquiridos, com muitas lutas, pela classe trabalhadora.

A globalização da financeirização também foi uma estratégia adotada pelo capital para manter a hegemonia dos países desenvolvidos e retomar as taxas de lucro, a fim de garantir a continuidade do imperialismo do capital internacional, ameaçado pela crise. A financeirização é um mecanismo de valorização do capital, sem passar diretamente pela esfera produtiva, porém, trata-se da combinação, quase invisível, do uso de tecnologia com trabalho vivo, uma vez que, não há valorização de capital, sem o uso da força de trabalho.

Tais transformações, na esfera produtiva, nos países de capitalismo central foram impulsionadas pela mudança no modelo de produção, que até 1960 era predominantemente fordista-taylorista. Com a crise de 1970, o toyotismo foi adotado como modelo hegemônico da produção capitalista. O desenvolvimento tecnológico e informacional tornou-se essencial e o trabalhador passou a ser considerado como “apêndice” desse processo. A polivalência e a multifuncionalidade se tornaram requisitos indispensáveis à classe trabalhadora. (ALMEIDA e ALENCAR, 2011).

No Toyotismo, as mudanças estruturais nas relações de trabalho, a saber: a fragmentação e a externalização da produção, foram responsáveis pelo retorno de formas de trabalho consideradas arcaicas para os países centrais, tais como, trabalho em unidades produtivas domésticas, com contratação avulsa, por hora, por peça, por produtividade, sem efetivos vínculos trabalhistas, com processos de terceirização subcontratação da força de trabalho, através de contratos temporários, instáveis e informais, os quais retornaram aos centros das cidades capitalistas consideradas avançadas. (ANTUNES, 1985).

Simultaneamente, essas transformações econômicas e produtivas rebateram na esfera política, e influenciaram a retração e a crise do *Welfare State Europeu*, que em linhas gerais, representou um conjunto de medidas intervencionistas, adotadas por diferentes Estados europeus, com o objetivo de manter as condições de vida dos cidadãos e o combate à pobreza, através da regulação da economia, na oferta de níveis elevados de emprego e da proteção social, por meio da prestação de serviços sociais universais, tais como: educação, segurança social, moradia, saúde, habitação e etc. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Tais transformações foram legitimadas pela relação Estado-Capital, através da flexibilização nas legislações e nos direitos sociais e trabalhistas. Os países capitalistas centrais vivenciaram ainda, nos anos de 1970, a retomada dos princípios Liberais, fundamentada no Neoliberalismo, como alternativa a crise. Entretanto, a retomada do Liberalismo deve ser considerada também como medida política, de dominação de classe e de disseminação do trabalho precário como uma regra vital para as classes pobres. (WACQUANT, 2011)

O capital, por um lado, ampliou as demissões e a redução de postos de trabalho material, como mecanismo, para economizar a força de trabalho na produção. Desencadeou na ampliação da pobreza e da miséria para a classe trabalhadora. Houve o aumento dos índices de desemprego e, por outro lado, o aumento das estratégias de exploração da classe trabalhadora desempregada, em trabalhos precários.

Na contramão do cenário apresentado acerca dos países de capitalismo central, na década de 1970, o Brasil vivenciou o “fordismo periférico”, que consistiu no desenvolvimento industrial e tecnológico - desigual e combinado de algumas regiões do país, com incentivo, financiamento e empréstimos internacionais. Esse cenário representou um período de qualificação da força de trabalho, no país. Um movimento oposto ao que ocorreu nos países de economia central. Entretanto, não representou um momento de organização política coletiva da classe trabalhadora, o que constituiu um ambiente favorável à extração de mais-valia, possibilitada pela conjuntura política do período. (SANTOS, 2012).

Enquanto os países centrais vivenciavam o Neoliberalismo, o Brasil, no início dos anos de 1980, sistematizava medidas de proteção social, na Constituição Federal de 1988. Entretanto, a postura do país, em relação ao contexto internacional

era de atraso, visto que, como mencionado anteriormente, nesse período os países de capitalismo central, vivenciavam a abertura da economia e das políticas de proteção social para o capital, sobretudo, financeiro. O fim das políticas de proteção social baseada no *Welfare State* e medidas de flexibilização e reestruturação das relações de produção. (PASTORINI, 2004; BERING e BOSCHETTI, 2011; SANTOS, 2012).

Logo, a institucionalização do Estado protetor e interventor brasileiro, representou impasses para acumulação do capital, baseado na livre exploração da classe trabalhadora. Assim, a burguesia nacional, alinhada aos ditames da burguesia internacional, a partir dos anos de 1990, promoveu uma série de contrarreformas econômicas, políticas e sociais, as quais foram responsáveis por abortar o projeto de desenvolvimento social igualitário, pactuado a partir da Constituição de 1988.

O Neoliberalismo foi adotado no país como imperativo para a mundialização da economia nacional, entretanto, o Brasil permaneceu no lugar de subalternidade e de dependência frente às econômicas internacionais. Aceleraram-se as privatizações, principalmente, em áreas rentáveis para o mercado, articuladas com a redução expressiva de investimentos sociais e a adoção de políticas regressivas para a proteção da classe trabalhadora. (BERING e BOSCHETTI, 2011; SANTOS, 2012).

A política socioeconômica brasileira se materializou na virada para o século XXI em alargamento de capitais estrangeiros, privatizações em massa, abertura da economia nacional, para investimentos estrangeiros, aumento da concorrência para indústrias nacionais - diante dos incentivos oferecidos pelo Estado ao capital internacional. Crises financeiras e deslocamento dos investimentos industriais para investimentos em capital fictícios, o que reverberou, conseqüentemente, no crescimento e consolidação do desemprego estrutural, atingindo diversas frações da classe trabalhadora nacional. Ademais, verifica-se a expansão da flexibilização e da precarização nas relações de trabalho, nas terceirizações-subcontratações, no aumento da informalidade, da desproteção social, da expansão do desemprego juvenil, da pobreza, da miséria, da violência urbana, dentre outras expressões da questão social.

Nesse cenário de crise os processos de consolidação e espraiamento da precarização, da flexibilização e da informalização, para todos os setores da economia, seja no âmbito público ou no privado, configuram-se como novas estratégias do capital, a fim de reduzir os custos com a produção, sobretudo, os custos com a força de trabalho.

Graça Druck e Thébaud-Mony (2007)⁵² apresentam elementos conceituais concernentes à caracterização da precarização e da flexibilização nas relações de trabalho nos países capitalistas. As autoras fazem uma distinção acerca dos processos de precariedade e precarização, bem como de flexibilidade e flexibilização, nos diversos momentos históricos de desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas nos países em análises.

Para as autoras supracitadas a precariedade e a flexibilidade consistem em etapas já estabelecidas no desenvolvimento das relações de trabalho, sob a égide do sistema capitalista de produção. Assim defendem que toda a forma de trabalho no modo produtivo do capital se processa mediante a precariedade e a flexibilidade no consumo da força de trabalho pelo capital. (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

Constatam ainda que os estudos acerca das relações sociais de trabalho, na realidade brasileira, afirmam existir uma relação de simbiose entre a institucionalização do trabalho assalariado no país e a instituição de relações de trabalho baseadas na precariedade. As autoras defendem que a precariedade é parte constitutiva das relações sociais de trabalho no Brasil. (DRUCK e THÉBAUD-MONY, 2007; DRUCK, 2011).

Já os processos de precarização e flexibilização das relações sociais de trabalho são concebidos como dinâmicas em curso. Conseqüentemente as autoras citadas compreendem que a precarização e a flexibilização são dinâmicas impostas pelo sistema capitalista de produção, a partir de suas novas exigências para o trabalho e para a classe trabalhadora, sobretudo, neste início de milênio. (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

Outrossim, nota-se que a precarização e a flexibilização aparecem no contexto atual materializadas nas novas formas de extração do mais-trabalho, por meio das modalidades de trabalho virtuais, informais, das formas contemporâneas do teletrabalho, dos trabalhos monitorados por plataformas digitais - trabalhos

⁵² As autoras Graça Druck e Thébaud-Mony (2007) trabalham uma análise comparativa acerca das condições de trabalho na França e no Brasil.

uberizados, dentre outros. As quais articulam estratégias novas e velhas para extrair mais-valia da classe trabalhadora. (DRUCK, 2011; THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

Ademais as autoras supracitadas defendem que a precarização do trabalho, no presente século, veem se consolidando como parte constitutiva das relações sociais de trabalho. Há uma tendência à intensificação e ao espraiamento da precarização das relações de trabalho no mundo, sobretudo, a partir dos impactos da flexibilização e da terceirização/subcontratação nas relações produtivas no atual cenário.

No Brasil, nas duas décadas iniciais do século XXI verifica-se que a precarização das relações de trabalho é instituída pela ampliação das condições de insegurança e instabilidade, articuladas com a erosão da proteção social do Estado, através das contrarreformas sofridas pela política de Seguridade Social, sobretudo, no que se refere à Previdência Social⁵³, e da ineficácia ou do fim das políticas de trabalho, emprego e renda.

Acentua-se que historicamente no país as relações de trabalho não foram estabelecidas por meio de políticas de proteção social para a classe trabalhadora, nem por meio de estratégias de organização política coletiva dos trabalhadores.

De acordo com Coutinho (1989), a revolução passiva no Brasil, representa um salto para o desenvolvimento capitalista sem a superação de elementos arcaicos. Tratou-se de um conjunto de transformações econômicas e políticas, orquestradas pela burguesia nacional, em articulação com a burguesia internacional, a fim de acelerar o desenvolvimento do capitalismo, sem alterar as bases políticas,

⁵³ Sob o mito da crise fiscal do Estado para a ampliação de empregos e, conseqüentemente, para a redução nas taxas de desemprego, as contrarreformas Previdenciária e Trabalhista foram aprovadas em 2016 e 2019, mas não apresentam melhorias para a classe trabalhadora, o que já se esperava! Longe disso, as contrarreformas apontam a direção do Estado brasileiro em articulação com os interesses do capital, no trato dos direitos trabalhistas. Reduzir os encargos trabalhistas dos empregadores; ampliar a idade mínima de contribuição para a aposentadoria; flexibilizar as relações de trabalho; expandir as condições para terceirização dos serviços; dentre outros aspectos, representam a redução com os custos da força de trabalho, numa direção que visa ampliar, cada vez mais, as taxas de acumulação. É nesse cenário que o discurso do atual presidente da República, senhor Jair Messias Bolsonaro, corrobora com a expansão do trabalho informal e precário, quando o mesmo afirma que “*_o brasileiro precisa escolher entre menos direitos e mais empregos [...]*” e que diante das legislações que protegem o trabalho “*_é difícil ser patrão nesse país [...]*” (Fonte: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/12/04/hoje-em-dia-e-muito-dificil-ser-patrao-no-brasil-nao-ha-duvida-diz-bolsonaro.htm>>; <<https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-trabalhador-tera-que-escolher-entre-direito-e-emprego/>> Acesso em: 31, Dez. 2020.)

econômicas e sociais, de dominação de classe. Trata-se de um movimento marcado por reações contrárias as mobilizações de classe, visando sempre à manutenção da ordem social.

Semelhantemente, o “fordismo à brasileira”⁵⁴ foi considerado um período de desenvolvimento das condições de trabalho no país, entretanto, as relações sociais de trabalho foram moldadas conforme os ditames da hegemonia do capital.

As raízes históricas das relações de trabalho no país apontam para a existência da precariedade e da flexibilidade como elementos constitutivos das condições de trabalho na realidade social brasileira. As particularidades do desenvolvimento econômico e produtivo, no Brasil, rebatem na formação das relações sociais de trabalho no país e, conseqüentemente, na configuração do trabalho na atualidade.

Constata-se que a precarização das relações de trabalho conduz a desvalorização do trabalho, sobretudo, do trabalho manual. Ademais, a legitimação das contrarreformas Trabalhista e Previdenciária, por parte do Estado brasileiro implica na subordinação econômica e política da classe trabalhadora, fragilização das lutas de classe e retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas.

Entretanto, o cenário atual representa um momento inédito de precarização das relações de trabalho no Brasil, materializado nas novas formas de gestão da força de trabalho, baseadas no modelo produtivo do toyotismo. Também chamado de acumulação flexível, na qual o capital financeiro, de escala global e caráter flexível imprime novas exigências para contratação da força de trabalho. (DRUCK, 2011; THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007; SANTOS, 2012).

As configurações do mundo do trabalho, nas particularidades brasileiras, apontam que o processo de precarização, em curso, contribui para expandir, diversificar e consolidar ainda mais as condições precárias de trabalho sempre presentes na nossa sociedade. As quais são fundamentadas na insegurança, na flexibilidade, na instabilidade, na informalidade, em trabalhos sem vínculos formais,

⁵⁴ Josiane Santos (2012) salienta que as configurações do fordismo como modelo produtivo dos países de economia central, não devem ser transportadas à realidade brasileira sem as devidas mediações. Assim, defende que o fordismo à brasileira não foi capaz de estabelecer relações sociais de produção baseadas na estabilidade, mas sim na precarização, flexibilização e alta rotatividade do trabalho. Destaca que não houve a universalização de garantias sociais. Tratou-se de um período de aumento das taxas de acumulação e ampliação da exclusão social. Em termos político participativo o fordismo no Brasil se desenvolveu sob o Regime Militar, no qual se restringiu a participação e organização coletiva da classe trabalhadora. Nota-se que o cenário atual apresenta características semelhantes à deste período, porém com intensidade e amplitude maiores.

os quais submetem os trabalhadores a extensas jornadas de trabalho, em condições insalubres, com dois ou mais vínculos, por meio de contratos intermitentes, parciais, temporários, sem contratos, dentre outros.

O elemento processual da precarização vivenciada pela classe trabalhadora brasileira, neste século, remete às condições de trabalho em momentos históricos anteriores. Entretanto, é possível verificar que a precarização das relações de trabalho na atualidade possui novos contornos, ou seja, não se trata de uma precarização efêmera, resultado de uma ocupação precária numa situação pós-desemprego. Também não se trata de uma precarização transitória, isto é, uma forma de trabalho precário enquanto se transita para emprego formal assalariado e protegido. Mas trata-se de uma condição imposta, no cenário atual, pelo capitalismo flexível, materializada num mercado de trabalho que exige precarização como condição permanente, para todas as categorias profissionais, para todos os empregos ou funções, que até então vivenciavam condições de trabalho estáveis e protegidas.

Observa-se que a precarização em curso atinge todos os trabalhadores, estando eles em empregos típicos ou atípicos, ou seja, trabalhos formais ou informais; qualificados ou não qualificados; trabalhadores dos diversos setores da economia, em diferentes Regiões do país. Em suma, compreende-se que estando o trabalhador assalariado, sobre o modo de produção do capital, no presente século, está permeado por precárias relações de trabalho. (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

Faz-se necessário destacar que a precarização, em curso, no Brasil, atinge níveis diferenciados, a partir do grau de desenvolvimento das forças produtivas e da organização social da classe trabalhadora. Nota-se um crescente nível de precarização nas relações de trabalho nas Regiões Sul e Sudeste do país. Verifica-se ainda um elevado nível de precarização em atividades mais desenvolvidas do ponto de vista produtivo e tecnológico, a exemplo das indústrias petroquímicas e automotivas. Em tais situações há um maior índice de desenvolvimento organizativo da classe trabalhadora, resultado das formas e condições de inserção no mercado de trabalho, que permitiu níveis elevados de cidadania e conquistas de direitos sociais e trabalhistas, que diferenciam a classe trabalhadora do sul e sudeste das

outras regiões do país, nas quais se vivencia corriqueiramente precárias relações de trabalho.

No Nordeste, verifica-se que a precariedade é um elemento constitutivo na formação das relações sociais de produção, desde a escravidão que se acentuou nesses territórios. Entretanto, a classe trabalhadora nordestina vivenciou a materialização e o avanço de alguns direitos sociais, institucionalizados por legislações e garantidos por Políticas Sociais, através da luta de classe, como por exemplo: o avanço no direito a educação, a moradia, a saúde, a transferência de renda, dentre outros. Tais avanços permitiu superar, em parte, as marcas deletérias da precariedade das relações de trabalho. Todavia, contraditoriamente no cenário atual a região nordestina vivencia o regresso dessas conquistas de direitos, que atinge as diversas categorias profissionais, bem como, os postos de trabalhos mais avançados da economia local, o que se caracteriza pelo espraiamento da precarização nas relações de trabalho.

Assim sendo, a relação de precarização que atinge diferentes formas de trabalho, diferentes categorias profissionais, em diferentes níveis, de acordo com as regiões do país, consiste em um dos elementos da trilogia da configuração do trabalho no Brasil para esse milênio.

Além da precarização, a lógica dialética do capital, articula a flexibilização como outro mecanismo de extração do mais-trabalho da classe trabalhadora, principalmente, no contexto atual. No Brasil o debate conceitual acerca da flexibilidade e flexibilização, realizado pela sociologia do trabalho aponta duas matrizes clássicas que abordam a temática. A especialização flexível, que considera a flexibilidade e flexibilização de forma articulada, como novo paradigma produtivo-industrial e alternativo à produção fordista. E o debate acerca da acumulação flexível, o qual entende a flexibilidade e a flexibilização como um novo regime de acumulação, em transição, em resposta a crise do fordismo. Um regime de caráter sistêmico, uma vez que, trata do capitalismo e de suas mudanças estruturais. (DRUCK, 2011; THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

Dessa forma, a partir dos estudos de Thébaud-Mony e Druck (2007), entende-se a flexibilidade em articulação com a concepção de precariedade, como mencionada anteriormente, trata-se de uma etapa já estabelecida, isto é, trata-se de

uma fase constituída e constituinte do processo de organização do trabalho, no quadro mais geral e sistêmico da economia e da sociedade capitalista.

Dito de outra forma, compreende-se que a flexibilidade é um dos elementos constitutivos do trabalho no sistema capitalista de produção, que perpassa todas as relações sociais de trabalho, desde os primórdios de sua constituição, quando o sistema capitalista de produção se apropriou da manufatura para inserir sua lógica produtivista e inseriu-se nesse movimento a flexibilidade como parte de seus diversos elementos constitutivos.

A flexibilização se articula com as transformações macroeconômicas e sociais, que estão interconectadas com a nova fase de mundialização do capital. Articula-se com a financeirização, a qual requer fluidez, nas relações sociais de trabalho, típica dos movimentos do mercado financeiro. Nota-se o desenvolvimento inédito dos processos de liberalização e liberdade dos mercados, sobretudo, financeiros.

Esse cenário determina os movimentos de flexibilização nos processos de trabalho, no mercado de trabalho, nas legislações trabalhistas, definindo assim o caráter atual da reestruturação produtiva. Essa nova fase de acumulação do capital combina precarização e flexibilização para extrair mais-trabalho da classe trabalhadora, a qual é submetida às relações de trabalho instáveis, inseguras, insalubres, precárias, sem legislação protetiva, sem salários estabelecidos. A força de trabalho é comprada por hora trabalhada, por peça, por produção. Os trabalhadores estão desprotegidos das políticas da Seguridade Social, não contribuem para a Previdência Social e, conseqüentemente, não recebem auxílios em caso de acidentes de trabalho, de doenças, de maternidade ou paternidade. Os vínculos de trabalho são extremamente frágeis e flexíveis. Essas condições se consolidam no universo do trabalho, mas se espraiam para outras esferas da vida social, para as condições de habitação e moradia, alimentação e segurança, ou seja, ampliam-se as condições de precarização e flexibilidade para o conjunto de determinantes da reprodução social da classe trabalhadora. (DRUCK, 2011; THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

A flexibilização é uma condição exigida, imposta ou constituída por uma nova configuração em transição, cuja materialidade dar-se pela *“instabilidade, incerteza, insegurança, imprevisibilidade, adaptabilidade e riscos”*. (DRUCK, 2011, p. 68;

THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007, p. 27). Para as autoras a flexibilização além de se constituir uma fase de transição, apresenta-se associada ao sistema capitalista de produção, bem como,

“[...] Às novas bases de competitividade e produção aos novos modelos produtivos e de organização do trabalho, à globalização, às novas políticas nacionais/neoliberais, às novas formas de regulação do Estado, às relações políticas entre capital-trabalho e, principalmente, à crise do fordismo e às tentativas de superá-lo.”. (DRUCK, 2011, p. 69; THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007, p. 29).

As autoras mencionadas defendem o caráter estrutural da flexibilização nas relações sociais de trabalho, no sistema capitalista de produção, o que se materializa através de: trabalhos domiciliares, considerados trabalho semiescravo, com jornadas de trabalho intensas e extensas e com remunerações que sequer dão conta da reprodução social básica da força de trabalho, ou seja, da alimentação.

As dimensões materiais da flexibilização nos processos de trabalho se apresentam através: de jornadas móveis, bancos de horas, salários flexíveis, regidos por metas, prêmios por produtividade, assiduidade, criatividade, etc. Em relação à flexibilização na gestão e organização do trabalho, nota-se pelas formas de controle dos processos e tempo da produção, “administração por estresse”, inspirada na lógica do *just-in-time*: hora certa, tempo certo, quantidade certa e, portanto, erro zero. (DRUCK, 2011; THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007, p. 30).

Atualmente a flexibilização e a precarização se articulam e formam os dois primeiros elementos da trilogia das relações de trabalho no Brasil. No atual cenário, metamorfoseiam-se assumindo novas roupagens, através de contratos flexíveis nos quais os trabalhadores se submetem a quaisquer condições para atender aos novos ritmos de trabalhos. Exige-se um trabalhador flexível que acompanhe a rápida transformação e informatização dos meios produtivos. Trata-se de um mercado de trabalho que deseja homens desempregados e empregáveis em curto prazo, por meio de precárias formas de contrato, dentre elas a terceirização/subcontratação. (DRUCK, 2011; THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

O núcleo central da flexibilização nos processos de trabalho no Brasil consiste na terceirização, que tem se consolidado no país, resultado das transformações produtivas e das políticas Neoliberais adotadas. Entende-se a terceirização/subcontratação como um fenômeno mundial que se generalizou para

todas as atividades e tipos de trabalhos seja na indústria, no comércio, nos serviços, no setor público e privado. (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

Trata-se de um fenômeno que se metamorfoseia entre elementos velhos e novos: velhos porque se apresentam desde a Revolução Industrial e permanece nos marcos do Capitalismo moderno. No Brasil apresenta-se desde a industrialização, com origem no trabalho rural sazonal e, permanece até os dias hodiernos na agricultura, por exemplo. Em relação aos elementos novos, considera-se essencial a transição que a terceirização/subcontratação vem ocupando nas relações de trabalho, passou do lugar periférico para a centralidade nas relações de produção, sobretudo, porque aparece como principal via para a flexibilização dos contratos de trabalho.

Assim a terceirização/subcontratação não pode ser concebida como elemento à parte da flexibilização e da precarização do trabalho, sendo peça-chave para as novas formas de gestão e organização do trabalho inspiradas no toyotismo.

Conforme definem Thébaud-Mony e Druck (2007) a terceirização é a

“[...] principal forma ou dimensão da flexibilização do trabalho [...] Viabiliza um grau de liberdade do capital para gerir e dominar a força de trabalho quase sem limites [...] Flexibilização dos contratos, transferência de responsabilidade de gestão e de custos trabalhistas para um “terceiro” [...] Tal prática encontra respaldo em vários mecanismos limitadores da regulação do mercado de trabalho, a exemplo das recentes mudanças na legislação trabalhista, cuja flexibilização ocorre no sentido de restringir o papel do Estado e fortalecer a liberdade de ação empresarial.” (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007, p. 27).

Isto é, a terceirização apresenta-se como uma forma do capital acumular mais com a apropriação do trabalho não pago, e de se responsabilizar menos com a reprodução social da classe trabalhadora.

Igualmente, as autoras supracitadas apontam elementos substanciais para compreensão do terceiro elemento da trilogia das condições de trabalho no Brasil, no século XXI, a saber, o processo de informalização das relações de trabalho.

A priori, destacam que a concepção de informalidade esteve por muito tempo associada a formas de trabalho desenvolvidas nos países da periferia do capital. Uma vez que os países desenvolvidos acreditavam que haviam superado a informalidade em duas relações de trabalho. Entretanto, sabe-se que o trabalho informal propagava-se nos países de capitalismo central, principalmente, realizado pela força de trabalho imigrante. A condição de trabalho informal para os imigrantes

era uma condição transitória, de instabilidade a qual deveria ser superada através do emprego formal, assalariado e protegido. (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

Todavia, a crise do capitalismo vivenciada desde o final do século XX, trouxe rebatimentos para as relações sociais de produção na virada do milênio, os quais contribuíram diretamente para a consolidação da informalização, enquanto processo em transição e expansão, não só nos países da periferia do capital, mas também nas economias consideradas desenvolvidas.

Assim como nos países desenvolvidos, a informalidade no Brasil era considerada uma fase transitória e efêmera, um período de ocupação da classe trabalhadora desempregada em busca de assalariamento. Entretanto, o cenário, que se desdobrou na virada do milênio, aponta que a informalidade enquanto tendência, expressa nas relações de trabalho em vários períodos do desenvolvimento econômico brasileiro, vem se consolidando através dos processos de informalização das relações sociais de trabalho no país.

A informalização tem se espalhado no mercado de trabalho brasileiro, atingindo vários setores da economia, várias categorias profissionais, em geral e atinge o conjunto de trabalhadores qualificados e não qualificados, jovens e adultos, homens e mulheres, através das novas formas de extração de mais-valia. Outrossim, a informalização tem sido imbuída como engodo nos discursos que abordam o empreendedorismo e o trabalho “autônomo” como novas panaceias para o desemprego estrutural vivenciado no âmbito global.

A informalização no Brasil consiste no último elemento da estrutura da trilogia das condições de trabalho, no século XXI. Diante disso, o debate conceitual urge romper com o dualismo entre a formalidade e a informalidade, uma vez que, as atividades consideradas informais, atualmente, assumem novos contornos e determinações no cenário do capitalismo. Os processos de informalização das relações de trabalho não são atrasos do desenvolvimento de produção capitalista, mas compõem parte de sua dinâmica contraditória, que articula novo e velho, atraso e desenvolvimento, formal e informal, como elementos do mesmo conjunto de relações sociais de trabalho, para obtenção de um único objetivo: ampliação das taxas de acumulação.

Antunes (2013) corrobora com a definição de informalização ao considerá-la como uma tendência atual imposta à força de trabalho, mediante os altos níveis de

precarização desde a década de 1970, com o processo de reestruturação produtiva, desencadeado em escala global. O autor defende que a informalização, a flexibilização e a precarização do trabalho formam elementos das novas formas de valorização do valor, novos mecanismos geradores de trabalho excedente, os quais expõem da produção um contingente de trabalhadores, torna-os sobrantes, descartáveis, desempregados, porém, simultaneamente empregáveis em condições de trabalho ainda mais expropriadas dos direitos. Ademais, impulsiona os trabalhadores ativos no mercado de trabalho, a aceitarem condições de vida e trabalho desumanas e desprotegidas.

Para o autor mencionado a informalização aparece nas relações de trabalho no Brasil, a partir de formas de contrato sem registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o que resulta em relações de trabalho extremamente precárias, insalubres, inseguras, flexíveis, com extensas jornadas de trabalho, em condições desumanas e materiais impróprias, com salários ínfimos, mas, sobretudo, sem garantia de direitos.

Antunes (2018, p. 68) aponta ainda que a fenomenologia da informalização consiste em parte da dinâmica capitalista de precarização estrutural do trabalho, que atinge em geral a classe trabalhadora e se materializa através de quatro formas distintas de trabalho: a primeira consiste no *trabalho informal tradicional*, que requer baixa qualificação, requisita o uso da força de trabalho familiar e, geralmente, objetiva apenas a aquisição de renda para reprodução social.

A segunda forma consiste nos *trabalhos informais eventuais e contingenciais*, sobretudo, de baixa remuneração, instáveis, que não permite o mínimo de segurança para os trabalhadores.

Os *trabalhos informais assalariados sem registro na CTPS*, neste caso o trabalhador realiza atividades de acordo com sua formação profissional, porém está às margens das legislações sociais do trabalho, perde os direitos individuais e coletivos, relacionados à sua categoria profissional, ou seja, trata-se de contratações frutos das relações sociais de trabalho flexibilizado e precário, as quais possuem extensas jornadas de trabalho e baixa remuneração.

E por último os *trabalhos informais por conta própria*, que são desenvolvidos por trabalhadores “autônomos”, detentores dos meios produtivos e da força de trabalho, incluindo a força de trabalho de sua família e de terceiros. Embora, no

âmbito da aparência, esses trabalhadores não considerem a vinculação com o capital, ao desvelar a essência do sistema capitalista verificamos que são trabalhadores inseridos na lógica capitalista de produção, que geralmente, trabalham ou prestam serviços para o capital e, portanto, têm a sua força de trabalho explorada, semelhantemente, aos demais trabalhadores.

Logo, a precarização, a flexibilização e a informalização formam a trilogia constitutiva das relações sociais de trabalho no Brasil. Trata-se de elementos que se metamorfoseiam na realidade do trabalho no país, e no atual cenário, estão em fase de atualização, e transição para consolidação nas relações de trabalho ao longo das duas décadas do século XXI.

Os trabalhadores brasileiros estão inseridos em relações sociais de produção, materializadas em trabalhos precários, flexíveis, terceirizados/subcontratados e informais. Os quais expressão a máxima negação de direitos sociais e trabalhistas.

Materializam-se os mecanismos orquestrados pelo capital contra o trabalho, e as novas formas de extração de “mais-trabalho”, as quais contribuem diretamente para ampliação das taxas de acumulação do capital. Estratégias como a redução dos custos com a força de trabalho por meio da desproteção social dos trabalhadores e da fragmentação da produção objetivam desarticular as organizações políticas dos operários e intensificar a produção. Assim, o capital se apropria de forma privada dos resultados do trabalho coletivo e socializa o desemprego, a pobreza, a miséria e o desalento para o conjunto da classe trabalhadora.

2.4 AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS PAÍSES DE CAPITALISMO PERIFÉRICO E AS NOVAS EXIGÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Existem elementos estruturais no desenvolvimento socioeconômico latino-americano, que fundamentam a dependência e a subordinação socioeconômica e política dos países de capitalismo periférico, para com os países de capitalismo central. Rui Mauro Marini (2011) defende que

“[...] A América Latina é uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como

se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis* que só adquire sentido se o contemplarmos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto e, principalmente, em nível internacional.” (MARINI, 2011, p. 132).

O autor compreende que o desenvolvimento econômico da América Latina deu-se a partir das necessidades dos países de capitalismo central e, sobretudo, para o abastecimento deles. Ademais, aponta duas formas pelas quais o Brasil contribuiu para o fortalecimento dos países desenvolvidos. A priori através da extração e exportação de seus metais preciosos e de suas matérias primas, ou seja, pela extração de seu capital constante. O que fortaleceu o desenvolvimento do capital comercial e bancário da Europa. A posteriori, por meio da criação de um mercado consumidor interno, o qual sustentou a produção dos países centrais, por meio da importação e do consumo de suas manufaturas. (MARINI, 2011).

Entretanto, Marini (2011) assinala que só deve ser considerada a dependência dos países da América Latina, para com os países da Europa, a partir da independência política desses países, ou seja, a exemplo do Brasil, a partir de sua independência política para com Portugal, no século XIX. Tratou-se de uma emancipação oligárquica rural, agrária e exportadora, que por outro lado firmou uma nova dependência política e econômica, com a Inglaterra, através da exportação de *commodities* e da importação de manufaturas de consumo.

Assim, Marini (2011) defende que a dependência do Brasil para com os países de capitalismo central desenvolveu-se a partir da divisão internacional do trabalho, no século XIX, sobretudo, a partir da inserção econômica do Brasil no comércio exterior,

“[...] É a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência, e sua superação, supõe necessariamente a superação das relações de produção nelas envolvida.” (MARINI, 2011, p. 134-135).

Tratou-se de um movimento contraditório de independência para a dependência. Com a divisão internacional do trabalho os países de base agrícola intensificaram o fornecimento de insumos para os países com desenvolvimento industrial, e assim se reestabeleceu e intensificou a dependência dos países periféricos para com os países desenvolvidos.

Marini (2011) aponta que essa relação entre nações, baseada na divisão internacional do trabalho esconde uma essência que se fundamenta na troca desigual. De acordo com o autor, essa troca desigual consiste na exploração da classe trabalhadora dos países latino-americanos, com a extração da mais-valia absoluta, com o prolongamento das jornadas de trabalho, sem a alteração dos salários, o que ocasiona uma precarização exacerbada das condições de vida e trabalho dessa população.

A força de trabalho dos países da América Latina é responsável por produzir, sempre em maior quantidade, alimentos para a classe trabalhadora dos países centrais. Essa a dependência da classe trabalhadora dos países desenvolvidos, para com a classe trabalhadora dos países periféricos, consiste na necessidade de sobrevivência e subsistência dos países centrais, ou seja, na necessidade de produção de alimentos, pelos países periféricos. (MARINI, 2011).

Verifica-se a redução dos custos dos produtos de subsistência da classe trabalhadora, e com isso, reduzem-se os valores dos salários e, simultaneamente, amplia-se a extração da mais-valia e do mais-trabalho da classe trabalhadora latina. Ademais, há a redução do valor do capital variável, isto é, da força de trabalho, e o aumento do valor do capital constante – maquinários, insumos, infraestrutura. Dessa forma, os valores dos insumos produzidos pela classe trabalhadora dos países latino-americanos são depreciados e acabam por fortalecer a expansão do capitalismo nos países centrais.

Outrossim, os produtos importados pelos países periféricos possuem valores exorbitantes, os quais oneram a classe trabalhadora local, uma vez que, ela produz a matéria prima para a exportação, em larga escala e com valores depreciados, e, contraditoriamente, importa os produtos industrializados, fabricados com as matérias primas produzidas e exportadas por eles, porém a preços superfaturados.

Para minimizar os efeitos dessa relação de troca desigual, Marini (2011) aponta que os países da América Latina ampliam a exploração da classe trabalhadora, com a intensificação e o aumento da produtividade do trabalho. A superexploração do trabalho consiste numa estratégia da classe dominante latino-americana, em função da troca desigual, para com os países centrais, e se dá pela exploração e extração da mais-valia absoluta e relativa da classe trabalhadora local.

Ressalta-se que essas estratégias do capital local, em explorar e extrair, cada vez mais, a mais-valia e o mais-trabalho da classe trabalhadora brasileira não consiste apenas numa estratégia para reaver as quedas nas taxas de lucros e os desajustes das trocas desiguais com os países centrais. Mais sim, fazem parte das raízes históricas das relações de trabalho no país e, apresentam maior intensidade a partir dos momentos de crise, estagnação ou desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente no país.

O capital local intensifica a produtividade do trabalho através da ampliação da jornada de trabalho, com isso requisita maior desgaste da força de trabalho. Além disso, o capital reduz o valor real dos salários e compromete a reprodução social dos trabalhadores, essas estratégias combinadas formam a superexploração do trabalho, tão bem vivenciada pela classe trabalhadora na atualidade e, sobretudo, pela classe trabalhadora brasileira.

As configurações atuais do mundo do trabalho apontam mudanças substanciais e definidoras de uma nova fase de desenvolvimento das relações sociais de produção. O sistema capitalista, em crise, lança mãos de novas estratégias para a retomada do crescimento de suas taxas de acumulação. Reitera-se que as transformações no mundo do trabalho ocorridas a partir da década de 1970, sobretudo nos países de capitalismo central, impactaram as relações de trabalho nos países da periferia do capital e contribuíram para a ampliação e na consolidação de formas de trabalho, já vivenciadas nesses países, centralizadas na precariedade, flexibilidade e informalidade.

Somam-se a isso, as transformações ocorridas nas configurações do mercado de trabalho brasileiro, o qual apresenta o aumento de empregos no ramo de serviços, em detrimento da indústria, o que representa o aumento do desemprego estrutural. Segundo Antunes (2007) trata-se do crescimento do proletariado do setor de serviços. Nota-se que a desindustrialização tem acompanhado o movimento de financeirização do capital, que exige fluidez e flexibilização dos processos produtivos e atinge os países capitalistas em escala global.

Diante disso, verifica-se que as novas formas de trabalho desempenhadas no setor de serviços, representa uma dentre as novas estratégias de subordinação e controle da força de trabalho empregada pelo capital. Para Dal Rosso (2008) a

intensidade e a produtividade do trabalho, sobretudo, nos tipos de trabalhos considerados “improdutivos e imateriais”⁵⁵, aparecem como novos mecanismos impostos pelo capital, a fim de recuperar o aumento das taxas de acumulação.

Para o autor, no cenário atual, o capital tem lançado mãos de estratégias subjetivas para intensificação do trabalho, as quais, não estão relacionadas apenas com a introdução de maquinários ou tecnologias para aumentar os níveis de intensidade e produtividade do trabalho material. Mas também, relacionam-se com a introdução de elementos que afetam os trabalhadores no âmbito físico, psíquico e intelectual. Assim, entende que o capitalismo tem intensificado a produtividade dos trabalhos imateriais como forma de extração de mais-valia nesses trabalhos, que geralmente, aparecem como trabalhos “improdutivos”.

Observa-se que as relações sociais de trabalho apresentam nova fase de desenvolvimento ou, como assinala Antunes (2007), vivencia-se uma *nova morfologia do trabalho*, baseada na *polissemia do trabalho*, que é resultado das transformações ocorridas nos países de capitalismo central, que atingem os países da periferia do capital e forma um novo desenho para as condições de trabalho. Assim, o autor, defende que a *nova morfologia do trabalho* caracteriza-se pela redução do trabalho industrial, fabril, tradicional, manual, estável, formal e especializado, e conseqüentemente, aumento de formas de trabalho desregulamentadas, instáveis e informais.

Verifica-se que a configuração do trabalho no século XXI, atinge as relações de trabalho de base fordista-taylorista, vivenciadas nos países centrais, e resultam na ampliação e consolidação do trabalho flexível de base toyotista, por intermédio dos vínculos precários, flexíveis, terceirizados/subcontratados, *part-time*. Ademais, transformam-se os processos de organização e gestão do trabalho, até então fordistas, com a inserção dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's) e dos

⁵⁵ Marx (1978, p. 36) afirma que o trabalho produtivo deve ser considerado aquele que diretamente produz a mais-valia, isto é, que no processo de produção contribui para a valorização do capital. Considera ainda que se trata de um tipo de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento de sua autovalorização. Entretanto, nota-se que no contexto atual de desenvolvimento das forças produtivas, do uso intensivo da tecnologia e de crescimento do setor de serviços, a literatura aponta que a produção de serviços deve ser considerada em sua totalidade, dessa forma, considera-se que o setor de serviços contribui para geração, ampliação e produção da acumulação de capital. Acerca das atividades imateriais e improdutivas, Antunes (2018) apresenta uma análise da produção de Marx no capítulo inédito de O Capital, e defende que o trabalho imaterial e improdutivo, no contexto atual, tem sido apropriado pela lógica da mercantilização do capital e se tornado trabalhos produtivos, geradores de mais valor para o capital.

sistemas de *just-in-time* e *kanban*, sob a forma de trabalhos como: telemarketing, *Call Center*, motoboys, digitalizadores bancários, em *fast-food*, hipermercados e etc. Trata-se de uma “[...] busca inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor.” (ANTUNES, 2007, pág. 14).

Além desses elementos, a *nova morfologia do trabalho* apresenta uma crise da identidade geracional, exigida pelo capital, isto é, o capital exclui do mercado formal de trabalho a força de trabalho mais jovem, sobretudo, em idade pós-escolar, pela falta de experiência e até de qualificação. Mas também, exclui os trabalhadores em idade superior aos 40 (quarenta) anos, que são considerados “idosos” para o sistema capitalista de produção, sobretudo, porque viveram experiências fordistas-tayloristas de contratação e organização coletiva. Essas duas gerações aumentam as fileiras do exército de reserva ou da superpopulação sobrance e, por outro lado, expandem as relações de trabalho informal, precário e flexível.

Trata-se do conjunto de força de trabalho excluído das relações formais de trabalho, que contraditoriamente não está excluído dos circuitos da produção das mercadorias. Uma vez que, esses trabalhadores são inclusos em relações de trabalho não assalariadas, ultraprecárias, informais, flexíveis, dentre outras. As quais contribuem diretamente para a acumulação do capital, por meio da extração integral da mais-valia e do mais-trabalho dessa parcela significativa da classe trabalhadora. Assim, conseqüentemente, contribuem para a expansão do capital produtivo e comercial, em escala local e global.

O capital requisita e contrata a força de trabalho em maiores proporções, a partir de contextos específicos de avanço produtivo. Como mencionado no capítulo anterior, Marx (1997) afirma que o capital ajusta as demandas pela força de trabalho, a partir de suas necessidades de acumulação. Em contrapartida, em momentos de estagnação e crise, o mercado de trabalho recua e o capital lança mão de estratégias para reduzir o quantitativo de força de trabalho ativa, a fim de economizar nos processos produtivos, através da exploração e intensificação de um número menor de trabalhadores, para avançar na retomada dos lucros e da acumulação.

Entretanto, o capital não elimina do circuito da produção a superpopulação relativa, pelo contrário, o capital cria e recria modalidades de trabalho para inserir esses trabalhadores como aparentemente “sobrantes”, no circuito da produção.

Assim, por hora expulsa e por hora incorporada no mercado de trabalho a superpopulação relativa que vive momentos de constante instabilidade, mas sempre está, cada vez mais, ocupada, sobretudo, em péssimas condições de trabalho, inserida no comércio e no ramo de serviços - na esfera da circulação, conforme determinação do capital em reduzir cada vez mais os custos com a manutenção da força de trabalho. (MARX, 1997).

Logo, exige-se uma geração apta ao trabalho multifuncional e polivalente em várias partes do mundo e, contraditoriamente, o capital exclui relativamente os jovens e adultos dos processos produtivos, mas tem espreado a inserção precoce e criminosa de crianças e adolescentes no mercado de trabalho produtivo. (ANTUNES, 2007)

Há de se considerar outros elementos da *nova morfologia do trabalho no Brasil*, no século XXI, trata-se do crescimento do Terceiro Setor, considerado modo não mercantil de trabalho, como resposta focalizada e efêmera às demandas do capital e do desemprego. O qual insere uma parcela de trabalhadores desempregados em relações voluntárias de trabalho, bem como, no crescimento dos trabalhos domiciliares, através da desconcentração das unidades produtivas e expansão das pequenas unidades produtivas, nas quais as famílias são contratadas, geralmente, por terceirização. Repercute diretamente no aumento da exploração do trabalho feminino, das crianças e dos adolescentes, os quais são imersos em relações de trabalho que articulam o lar e a produção, sem romper com os limites do tempo de trabalho e não trabalho.

Diante do atual cenário de desemprego estrutural ampliado, de precarização exacerbada, de rebaixamento salarial acentuado e constante, além das perdas de direitos sem precedentes, o capital exige transformações nas relações de trabalho nos países periféricos, Antunes (2007) afirma que se trata de um *novo tipo de trabalho*, no qual se verifica os seguintes contornos: um trabalho polivalente e multifuncional, o que equivale a uma desespecialização multifuncional do trabalho, que se expressa pela intensificação dos ritmos, dos tempos e dos processos de trabalho.

Trata-se de um trabalho imaterial, que se articula quase invisivelmente com os trabalhos materiais, realizado na esfera da comunicação, da publicidade, do marketing, dos símbolos, configurando-se como forma contemporânea de extração

de mais valor. Trabalho mercantilizado, sobretudo, nos setores públicos, a exemplo dos serviços de saúde, assistência social, previdência, educação, segurança entre outros. Trata-se ainda, de trabalho virtual, verifica-se a erosão dos espaços presenciais e estáveis de trabalho, sobretudo, regulamentados e formais, vivenciados em meados do século XX. O que se observa no cenário atual são trabalhos precários, flexíveis, informalizados e informatizados. Essa tipologia está longe de ser completa, as análises e abstrações do real podem somar-se a ela outras características acerca da constituição do trabalho no Brasil, no atual cenário. (ANTUNES, 2007).

Nota-se que o desenho da polissemia e das metamorfoses na morfologia do trabalho, no final da segunda década deste século, imprime novas exigências para a classe trabalhadora brasileira, que segundo Antunes (2007), é formada por trabalhadores assalariados, não proprietários dos meios de produção, homens e mulheres, que vivem da venda da sua única mercadoria: a força de trabalho. Ademais é formada por trabalhadores produtivos, constituintes dos núcleos centrais dos setores da indústria e de serviços, bem como, por trabalhadores improdutivos, proletários rurais, moderno, fabril e de serviços. Além da totalidade de trabalhadores desempregados, desocupados e desalentados.

Exige-se que os trabalhadores sejam proativos, resilientes, flexíveis, polivalentes, que tenham iniciativa de participação e liderança, que atuem na autogestão do trabalho, no controle do tempo de produção, que trabalhem em equipe, controlando diretamente o trabalho dos outros. As novas formas de gestão do trabalho acirram disputas entre os trabalhadores, através de metas inatingíveis, de intensificação da produção por intermédio de assédios, de comparações, premiações, e etc. Em suma, trata-se de medidas que visam forçar o trabalhador a desenvolver cada vez mais seu trabalho, em menor período de tempo, em maior quantidade e recebendo o mesmo salário. Assim, o capital acumula mais e investe menos nos processos materiais de intensificação da produção.

Antunes (2007) afirma que a precarização, a flexibilização e a informalização se articulam na formação do desenho multifacetado e heterogêneo de relações sociais de trabalho, que atingem os trabalhadores estáveis e instáveis, todos precários, independente dos recortes de gênero, gerações, nacionalidades, raça/etnias, escolaridade, além de atingir também, aqueles que estão

desempregados, mas se reconhecem enquanto participantes da classe-que-vive-do-trabalho.

3. O TRABALHO AMBULANTE NOS ESPAÇOS DO METRÔ DO RECIFE: ENTRE A REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA E A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

3.1 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS ACERCA DO TRABALHO AMBULANTE

O debate conceitual acerca do trabalho ambulante é inconsensual, e envolve múltiplas transformações ao longo dos anos. Do ponto de vista teórico, o trabalho ambulante se insere nas diversas tentativas que buscam definir o trabalho informal.

As produções teóricas acerca do trabalho informal concebem unanimemente que existem vários desafios ao estudar essa temática. Dentre os desafios, reside à dificuldade de sistematização de um conceito ou definição para o tema, uma vez que, o trabalho informal consiste num conjunto bastante diversificado de atividades. Sempre haverá um conceito que tangencie um aspecto do tema e deixe escapar outros tantos elementos importantes.

Nos anos finais do século XX foram desenvolvidas as primeiras investigações acerca do trabalho informal, sobretudo, por intermédio das pioneiras produções teóricas e relatórios técnicos acerca das condições de emprego e renda no mundo, especialmente, na América Latina. Tais produções elucidaram, para as análises da época, as questões concernentes à informalidade, ao trabalho informal e precário que se espalhava nos países, sobretudo, em desenvolvimento⁵⁶. (DURÃES, 2006).

Convencionou-se considerar como o marco conceitual do trabalho informal o relatório técnico produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1970, sobre as relações de trabalho em Gana e no Quênia - África, o qual denominou pela primeira vez o conjunto de trabalhos informais como: “setor informal”. A expressão “setor informal” para a OIT, em 1970, representava o: *“conjunto de atividades precárias, instáveis, ocasionais, [...] (com) níveis de renda*

⁵⁶ As missões econômicas desenvolvidas pelos organismos internacionais, sobretudo, pelo Banco Mundial foram fundamentais para a construção das primeiras interpretações acerca do trabalho informal e precário nos países no final do século XX. Esses estudos pioneiros ocorreram por intermédio do Programa Mundial de Emprego, o qual objetivava gerar estratégias de desenvolvimento econômico e empregos em diversos países, bem como, pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), o qual objetivava dar ênfases as análises sobre as condições de trabalho e renda nos países em desenvolvimento.

[...] baixos [...] (que) mal conseguem suprir as necessidades mínimas do trabalhador". (SOUZA, 1982, p. 33).

Na ocasião, constatou-se que o crescimento do trabalho informal nos países em desenvolvimento ocorria no limiar das condições mínimas consideradas para a relação capital-trabalho, ou seja, não havia o estabelecimento de regras contratuais entre os trabalhadores e os contratantes da força de trabalho. Além disso, eram realizadas em condições precárias, com intensas jornadas de trabalho e sem a garantia de direitos sociais e trabalhistas. Abarcava os grupos mais pobres dos trabalhadores urbanos, os quais possuíam rendas relativamente baixas, as quais eram destinadas á manutenção da família. (SOUZA, 1982; DURÃES, 2006; GARCIA, 2012; KREIN e PRONI, 2010; SAGGIN, 2009).

Entretanto, ainda no final do século XX, alguns teóricos iniciaram um processo de crítica às concepções acerca do "setor informal". Esses teóricos críticos apontavam que os estudos setoriais da economia possuíam limitações e fragilidades, uma vez que, as relações de produção, comercialização e trabalho informal operavam juntas numa mesma economia e num mesmo sistema capitalista de produção.

Para Malaguti (2000) considerar a economia a partir de setores distintos é alimentar um dilema teórico. Segundo o autor, não existem parâmetros para distinguir os limites entre os setores: "formal" e "informal", uma vez que, uma empresa multinacional pode desenvolver relações de trabalho informais, e um vendedor ambulante pode desenvolver relações comerciais formalizadas. Assim, não existem elementos quantitativos nem qualitativos que imprimam limites entre esses setores. Dessa forma, o autor supracitado considera que

"[...] a formalidade penetra o "setor" informal e o "setor" informal nutre-se da informalidade. A existência de uma sem a outra, de um "setor" em o "outro", parece-nos, na prática, incabível. [...] a formalidade e a informalidade coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis." (MALAGUTI, 2000, p. 101.).

Francisco de Oliveira (1972) corrobora com a crítica a setorialização da economia e defende que o trabalho informal deve ser compreendido como dinâmica constitutiva do sistema capitalista de produção, e o subdesenvolvimento como uma face necessária desse sistema. As relações de trabalho "formal" e "informal" e as modalidades de trabalho "modernas" e "arcaicas" devem ser compreendidas como

articulações necessárias para o desenvolvimento do capitalismo. De acordo com o autor, “[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo [...]” (OLIVEIRA, 1972, p.32, *apud*, DURÃES, 2006).

Ademais, o trabalho informal também foi conceituado pela perspectiva jurídico-legal, concebido como trabalho ilegal e ilícito, do ponto de vista jurídico, denominado de: trabalho subterrâneo, submerso e/ou não registrado. Essas denominações caracterizavam as modalidades de trabalho que surgiam e/ou se intensificavam com a reestruturação produtiva, principalmente, nos países subdesenvolvidos e que não garantiam os mínimos legais para a classe trabalhadora. (DURÃES, 2006).

No Brasil, o trabalho informal é uma atividade centenária e perpassa as diversas fases históricas do desenvolvimento econômico do país. Foi por muito tempo considerado uma forma de ocupação transitória e efêmera, isto é, um período de ocupação da força de trabalho desempregada, enquanto se buscava o retorno ao assalariamento. Entretanto, o cenário, que se desdobrou na virada do milênio para o século XXI, apontou e aponta que o trabalho informal se expressa como tendência nas relações sociais de trabalho e está consolidado por intermédio dos processos de informalização, terceirização e precarização das relações sociais de produção, conforme foi discutido no capítulo anterior.

Dentre as diversas atividades que compõem o trabalho informal, destaca-se o trabalho ambulante, como objeto desta investigação, o qual pode ser definido etimologicamente, como um conjunto de atividades desenvolvidas por “[...] trabalhadores, sem local fixo de trabalho ou atividade, que andam de lugar a lugar oferecendo seus próprios produtos e ou serviços.”. (GARCIA, 2012, p.73).

Assim, como o próprio termo sugere, os trabalhadores ambulantes são aqueles que deambulam de um lugar a outro em busca por consumidores finais para as mercadorias que comercializam. Além da denominação de trabalhador ambulante têm-se as denominações: trabalhador de rua e/ou *camelôs*⁵⁷.

O trabalho ambulante se materializa por:

57 O termo camelôs é originário da Língua Francesa e refere-se ao trabalhador de rua que possui poucas mercadorias.

“[...] Atividades precárias, instáveis, ocasionais, cujos níveis de renda, em geral baixos, mal conseguem suprir as necessidades mínimas do trabalhador que as exerce. Receptáculo para aqueles que possuem baixa qualificação e não têm meio de vida e\ou por não serem absorvidos de forma regular por algum empregador, ali se inserem.”. (SOUZA CACIAMALLI, 1982, p.33).

Segundo Pamplona (2013), o trabalho no comércio ambulante também pode ser considerado como o trabalho no comércio de rua que é:

“[...] um fenômeno vigoroso, que resiste há séculos de mudanças econômicas e urbanas, e ao contrário do que se imaginava, não sucumbiu à modernidade capitalista, mas foi alimentado por ela, por suas iniquidades. Nas grandes cidades brasileiras, o comércio de rua envolve diretamente uma quantidade de pessoas [...] grande demais para ser ignorada.”. (PAMPLONA, 2013, p. 226).

Para Durães (2006) o trabalho ambulante, na atualidade, representa o resgate histórico de elementos do trabalho de rua desenvolvido no século XIX. O autor adota o conceito trabalho de rua, para caracterizar as modalidades de trabalho que se desenvolvem na comercialização ambulante. Uma vez que, considera amplo o conceito de trabalho informal, o qual representa um conjunto diversificado de atividades que podem ocorrer na rua, nas empresas, no comércio, nas indústrias, nos trabalhos em domicílios, enfim numa diversidade de relações de trabalho.

Conforme o autor supracitado os trabalhadores de rua, na atualidade representam o conjunto de

“[...] trabalhadores expropriados historicamente de meios de autorreprodução, que se veem obrigados a lançarem-se freneticamente ao mercado de trabalho, na busca por uma colocação regular, segura, mas que terminam por comporem o grupo dos desempregados, dos subempregados ou dos sem emprego, lançando suas fichas nas atividades incertas das ruas, como mera prática atenuante de trabalho [...]”. (DURÃES, 2006, p. 29).

Para Pamplona (2013), a parcela da classe trabalhadora desempregada, que engrossa as fileiras do trabalho ambulante ou do trabalho de rua é composta por trabalhadores que realizam vendas diretas aos consumidores. Os quais oferecem uma variedade de mercadorias, geralmente, miudezas, ou ainda, realizam a prestação de serviços de alimentação, em espaços públicos, como vias, com ou sem permissão oficial. (PAMPLONA, 2013).

A ausência de construções ou instalações físicas permanentes é uma característica inerente ao trabalho ambulante. Dessa forma, os trabalhadores ambulantes ocupam os espaços públicos e privados, realizando seus trabalhos de modo itinerante.

O trabalho ambulante representa, para a classe trabalhadora, a possibilidade de atender as necessidades de sobrevivência do trabalhador e de sua família. Inicialmente trata-se de uma busca por recursos provisórios. Todavia, em sua essência o sistema capitalista de produção não incorpora toda a força de trabalho disponível, assim, os trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho, geralmente, permanecem exercendo o trabalho informal, nesse caso, o trabalho ambulante, por maior período, isto é, permanentemente.

Trata-se de uma modalidade de trabalho que se desdobra a partir de um emaranhado de relações socioeconômicas que envolvem desde o grande capitalista ao mais simples vendedor ambulante, que adquire as mercadorias e realiza as vendas, muitas vezes, sem compreender a amplitude destas relações de troca. As mercadorias vendidas pelos trabalhadores ambulantes são submetidas a vários processos de trocas, envolvendo redes transnacionais legais e ilegais, formais e informais, lícitas e ilícitas, podendo o ambulante nem compreender a totalidade e a essência das tramas que envolvem o seu trabalho. (GARCIA, 2012, P.84).

Como visto no capítulo antecedente, defendemos que o trabalho ambulante deve ser considerado uma modalidade de trabalho inserido no circuito produtivo do capital, particularmente na esfera da circulação das mercadorias. Consideramos ainda que o trabalho ambulante é fruto dos movimentos do capital em crise. O qual lança mão de diversas estratégias para ampliar suas taxas de acumulação e crescimento, dentre elas, tem-se a ampliação das modalidades de trabalho não assalariados. Estratégia capitalista para explorar cada vez mais a classe trabalhadora, então expropriada do mercado de trabalho formal, dos direitos sociais e trabalhistas, do trabalho protegido, dentre outros.

Trata-se de trabalho não assalariado e não protegido, que ocupa a superpopulação relativa, excluída do mercado formal de trabalho. Modalidade de trabalho essa que consome a força de trabalho integral do exército de reserva, sem onerar o capital (industrial e comercial).

O trabalho ambulante é uma modalidade de trabalho que conjuga os elementos novos e velhos exigidos pelo capital, nos processos de trabalho, a saber: flexibilidade/flexibilização, informalidade/informalização e precariedade/precarização os quais caracterizam as condições impostas pelo capital à parcela da classe trabalhadora desempregada, porém, não desocupada!

Atualmente, o trabalho ambulante não se apresenta mais como atividade transitória, da qual o trabalhador desempregado se ocupava até ser novamente inserido no mercado de trabalho formal. Tornou-se uma atividade central, uma modalidade de trabalho não transitória, isto é, permanente para a classe trabalhadora desempregada.

Entre as crises e renovações do sistema capitalista de produção o trabalho ambulante permanece uma modalidade de trabalho centenária, que se reconfigura ao longo dos anos e articula elementos novos e tradicionais, conservando sempre em sua essência a estratégia de acumulação do capital em detrimento das mínimas condições de reprodução social para a classe trabalhadora.

3.2 DOS MASCATES AOS VENDEDORES AMBULANTES: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO ACERCA DA COMERCIALIZAÇÃO AMBULANTE NOS ESPAÇOS DO RECIFE

A história da formação social, econômica e política do Brasil aponta como a atividade do comércio desenvolveu-se de forma peculiar no solo brasileiro, e, especialmente no Recife. Freyre, 2003, descreve com riquezas de detalhes, o desenvolvimento do comércio de rua local, em articulação com o desenvolvimento social e com as relações econômicas internacionais, sobretudo entre Brasil e Portugal. O autor mencionado aborda como o comércio de rua se formou no país, a partir da comercialização de alimentos, principalmente nos Estados de Pernambuco, Bahia e Maranhão. Tratava-se do trabalho de produção e circulação de doces e quitutes, fabricados por negras escravizadas, que deambulavam, com tabuleiros, pelos centros das cidades, em busca de mercado consumidor para a circulação e venda e consumo das mercadorias produzidas.

A presença do comércio de rua compunha parte do cenário brasileiro, desde a economia escravista até a consolidação do capitalismo no país, a partir das

diferentes perspectivas que apontam como a economia do Brasil se desenvolveu ao longo dos anos. A existência dos trabalhadores ambulantes no país perpassa deste o trabalho escravo ao trabalho dito livre. Todavia, compreende-se que o trabalho no comércio de rua passou a ter mais visibilidade após constituição do trabalho “livre”. A instituição do trabalho “livre” no contexto da abolição da escravatura tornou-se determinante para o crescimento do comércio ambulante no país. (DURÃES, 2006).

O comércio de rua, no Recife, se desenvolveu desde meados do século XVII, através da chegada de portugueses, em busca da “sorte”. Esses portugueses não possuíam capital para investir em terras e na agricultura e, como eram homens livres, diante da dificuldade de inserção no restrito mercado de trabalho pernambucano, restava-lhes o trabalho na comercialização de mercadorias importadas. Assim instituiu-se o trabalho no comércio ambulante, na cidade do Recife. (RIBEIRO, 2019).

O comércio ambulante se consolidou no Recife e, embora, a atividade permanecesse com marcas pejorativas, por ser um trabalho considerado para negros escravizados, alguns comerciantes conseguiram, através dos lucros, granjear capital e tornaram-se influentes agiotas nas cidades, e assim emprestavam dinheiro para a aristocracia rural olindense. Posteriormente, a cidade do Recife tornou-se símbolo dos “mascates”. De acordo com Ribeiro,

“[...] mascate era o nome dado aos vendedores ambulantes que percorriam as entradas e ruas do Recife anunciando as manufaturas vindas do além-mar. (ofereciam) peças exclusivas que eram proibidas de serem produzidas (e comercializadas) na colônia.” (RIBEIRO, 2019, p. 33 [grifo meu]).

O autor mencionado ressalta que o termo mascate era usado de forma pejorativa, por parte da elite olindense, e estava relacionado aos comerciantes portugueses, residentes no Recife. Tratava-se de um termo usado para classificar um tipo de comércio de rua, com baixos rendimentos.

O comércio dos mascates era realizado nas feiras livres e nos mercados públicos, dentre eles, no Recife, o mercado da Ribeira, que atualmente é o Mercado de São José, e o Mercado da Polé, que hoje é a Praça da Independência. (RIBEIRO, 2019, p. 33).

O caráter ilegal do trabalho ambulante possui raízes históricas. Ribeiro, 2019, aponta que os mascates foram considerados comerciantes ilegais, até 1950⁵⁸. O autor supracitado caracteriza, ainda, como se desenvolvia o trabalho de comercialização de mercadorias realizado pelos mascates: “[...] *em baús, pendurados nos ombros ou em caixas de madeira, aberta, conduzida pelas mãos, anunciando com gritos e sons de instrumentos artesanais através das ruas da cidade*”. (RIBEIRO, 2019, p. 33).

A escassez de mercadorias, principalmente, as especiarias e os produtos de gênero alimentício, fez sobressair à figura do mascate no Recife, o qual se tornou o principal agente de circulação dessas mercadorias. Assim, o trabalho dos mascates expandiu-se do centro do Recife para as cidades circunvizinhas. (RIBEIRO, 2019).

O autor supracitado destaca ainda que, a composição da classe trabalhadora do comércio ambulante, no Recife, no século XIX, estava marcada pela diversidade, “[...] *eram escravos, e trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, famílias com recursos e pessoas pobres. Trabalhando diretamente nas ruas, dando-lhes vida, eram responsáveis pelo movimento e sons do centro da cidade e arredores*”. (RIBEIRO, 2019, p. 35).

Nota-se que aparentemente, o cenário do trabalho ambulante nos séculos XVIII, XIX e XX, nos espaços da cidade do Recife foi transportado para a atualidade, conservando as particularidades de cada contexto, mas, perpetuando em sua essência as relações de trabalho dos vendedores ambulantes, para o início do século XXI. A imagem acerca do trabalho ambulante continua sendo pejorativa. Os trabalhadores ambulantes continuam estigmatizados pelo trabalho ilegal que exerciam e exercem. Os trabalhadores ambulantes continuam improvisando seus instrumentos de trabalho e de divulgação das mercadorias. Continuam sendo explorados pelo capital!

⁵⁸ A relação legal e ilegal sempre se fez presente no trabalho dos mascates, e até o século XX diversas legislações, decretos e portarias foram aprovados para impedir o crescimento da comercialização ambulante na cidade do Recife. (RIBEIRO, 2019). Verificam-se semelhantes elementos na atualidade, sobretudo, neste início do século XXI. Há o crescimento e a consolidação do trabalho ambulante na cidade do Recife, e especialmente, nos espaços do metrô, em detrimento das legislações e portarias aprovadas: O Decreto Federal 1.832 de março de 1996 e a portaria 054 de 2007, elaborada pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), os quais versam pela proibição da comercialização nesses espaços. A relação entre cidadania e trabalho formal, reitera para a classe trabalhadora que vive da comercialização ambulante a imagem de subalternidade, de marginalidade e de classe “perigosa”.

As estratégias que são usadas pelos trabalhadores ambulantes, na atualidade, remontam as usadas pelos mascates, a fim de atrair um mercado consumidor, “[...] costumavam utilizar-se dos pregões, combinação de palavras com melodia, que propagavam a qualidade do produto que ofereciam. Quebrando o silêncio das ruas os pregões acabavam-se incorporando ao cotidiano da cidade.” (RIBEIRO, 2019, p. 35-36).

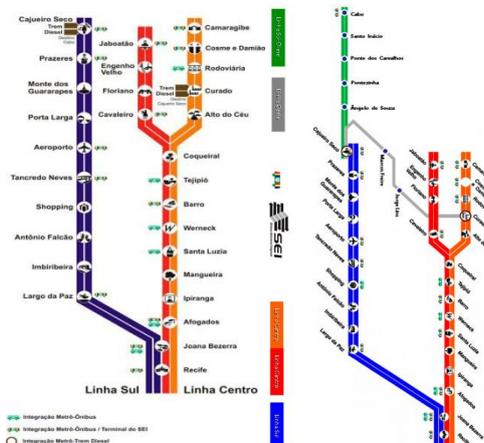
Semelhantemente, os jargões criados e usados pelos vendedores ambulantes, quebram o silêncio das viagens no metrô do Recife. As cantigas, os alto-falantes, os microfones, são usados, numa disputa sem fim, para alcançar cada vez mais, um maior número de passageiros/consumidores. Dos mascates aos vendedores ambulantes, das ruas, das feiras livres e dos mercados públicos aos espaços do metrô do Recife a comercialização ambulante percorre os séculos.

Nesse cenário, os espaços do metrô do Recife aparecem, na atualidade, como espaços de circulação de passageiros - potenciais consumidores, mas também, como espaços de trabalho e território de disputa pela garantia da reprodução social, de uma parcela significativa da superpopulação relativa do Recife e da Região Metropolitana do Recife (RMR).

O metrô do Recife foi inaugurado no ano de 1985, e atualmente, conta com 04 (quatro) linhas no sistema metroviário e 36 (trinta e seis) estações e integrações as quais articulam metrô/ônibus. Segundo os dados divulgados pelo metrô do Recife, há na circulação mais de 400 mil (quatrocentas mil) pessoas diariamente nesses espaços. Advindas de 03 (três) municípios da RMR, a saber: Jaboatão, Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho. Além dos ônibus que circulam em articulação com as estações do metrô. Assim, o espaço do metrô do Recife apresenta um potencial mercado consumidor, no qual se desenvolve o trabalho dos vendedores ambulantes. (METRÔ DO RECIFE, 2021).

O mapa 01, a seguir, apresenta o sistema integrado de transporte metroviário do Recife. Os contornos nas cores laranja e vermelho mostram os trajetos da linha Centro, que perpassam os municípios de Jaboatão e Camaragibe, e liga-os a Cidade do Recife. No contorno azul, tem-se o trajeto da linha Sul, que liga os municípios de Jaboatão e Cabo de Santo Agostinho (na extensão do contorno verde) a cidade do Recife. (METRO RECIFE, 2021).

Mapa 01: Sistema Integrado do Transporte Metroviário do Recife.



Fonte: Metrô do Recife, 2021.

3.3 A HISTORICIDADE DO TRABALHO AMBULANTE NOS ESPAÇOS DO METRÔ DO RECIFE: O DESAFIO DA REPRODUÇÃO SOCIAL FRENTE À EXPLORAÇÃO DO CAPITAL

3.3.1 O processo de pesquisa de campo nos espaços do metrô do Recife

A pesquisa de campo ocorreu nos dias: 19 (dezenove) e 28 (vinte e oito) de agosto de 2020, bem como, nos dias: 08 (oito) e 15 (quinze) de setembro de 2020⁵⁹, nos turnos da manhã e da tarde⁶⁰. Nesses dias foram realizados os procedimentos metodológicos adotados na investigação: a observação sistemática⁶¹ e as entrevistas semiestruturadas⁶², com os vendedores ambulantes nos espaços do metrô do Recife.

⁵⁹ Conforme o cronograma da investigação a pesquisa de campo foi adiada por 60 (sessenta) dias, devido ao contexto da pandemia causada pela Covid-19. Entretanto a ida a campo acabou sendo realizada ainda no período da pandemia da Covid—19 e sobre as medidas de restrições – *Lockdown* adotadas pelo Governo do Estado de Pernambuco.

⁶⁰ Conforme determinado pela metodologia da pesquisa não foi realizada visita de campo no horário noturno, por questões de segurança pessoal.

⁶¹ A observação sistemática foi mediada pelo instrumental de observação, disponível no apêndice 01. Realizada em dias e horários alternados, a saber: nos dias 19 e 28 de agosto, nos horários da manhã e da tarde e no dia 08 de setembro, no horário da manhã.

⁶²As entrevistas semiestruturadas foram mediadas pelo instrumental de formulário, disponível no apêndice 02. A coleta de dados ocorreu nos dias: 08 de setembro, no horário da tarde e no dia 15 de setembro, no horário da manhã.

O procedimento de seleção da amostra da pesquisa corresponde ao método de amostragem não probabilística, que segundo Mattar (1996) trata-se de uma amostragem, na qual a seleção dos elementos da população da pesquisa depende, em parte, das escolhas do pesquisador, e por isso, tem limitações no que tange à generalização dos resultados para outros grupos.

Ademais, a seleção da amostragem desenvolveu-se pelo método acidental, no qual os critérios são previamente estabelecidos pelo pesquisador. A amostragem dessa pesquisa foi delimitada pelos seguintes critérios: **vendedores ambulantes das estações do metrô - Joana Bezerra e Recife, sem distinção de sexo, raça/etnia, maiores de 18 anos de idade, que se disponham livremente a participar da pesquisa.** Essas estações do metrô foram selecionadas como critério para a amostragem por serem as estações aonde circula o maior quantitativo de trabalhadores.

A pesquisa contou com a participação voluntária de 11 (onze) entrevistados – trabalhadores ambulantes dos espaços do metrô do Recife, que se disponibilizaram livremente a participar da entrevista após a apresentação dos objetivos da pesquisa e dos termos (TCLE⁶³).

Após a coleta de dados mediada pelos instrumentais de observação sistemática e entrevista semiestruturadas foi realizada a transcrição das 11 (onze) entrevistas e elaborado um banco de dados da dissertação. O banco de dados da dissertação foi construído no Programa Excel com base nas perguntas das entrevistas e nas respostas dadas pelos 11 (onze) entrevistados. A planilha construída possibilitou a função de filtro das respostas individuais e coletivas. Assim, foi possível verificar os dados construídos acerca de cada entrevistado, bem como, comparar os dados coletivos com os demais dados.

Com base no método materialista histórico e dialético os processos de coleta de dados (observação e entrevista), transcrição, sistematização e análise dos dados coletados resultaram na construção de um panorama acerca do trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife.

A exposição a seguir apresentará a priori os dados acerca dos vendedores ambulantes entrevistados – o perfil, as condições de vida e as trajetórias pessoais de inserção no trabalho ambulante. Em seguida serão apresentados os dados

⁶³ Disponíveis nos apêndices 03 e 04.

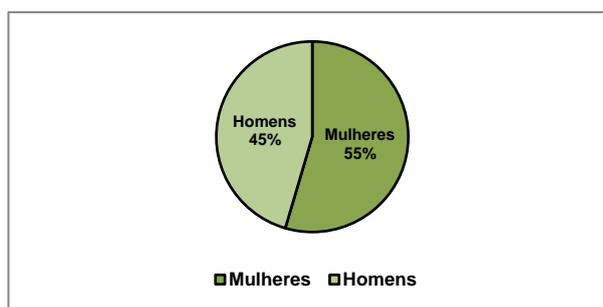
acerca das particularidades do trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife: a historicidade do trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife (o tempo de permanência no trabalho ambulante, a jornada diária de trabalho, a exploração do trabalho pelo capital - o consumo da força de trabalho, os valores apurados⁶⁴ com a comercialização ambulante, os valores gastos com a aquisição das mercadorias, os valores que sobram para a sobrevivência dos trabalhadores ambulantes e as condições do trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife - organização do trabalho, espaços de trabalho, atividades desenvolvidas, etc.).

E por fim será abordada a historicidade das mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife – suas origens e como contribuem para a acumulação do capital nos circuitos comercial e produtivo (local e global).

3.3.2 Os trabalhadores ambulantes dos espaços do metrô do Recife: quem são? Como vivem?

A pesquisa está composta por 11 (onze) entrevistados. Sendo 06 (seis) mulheres e 05 (cinco) homens, os quais somam respectivamente, 55% e 45% dos entrevistados. Conforme exemplifica o Gráfico 01, a seguir.

Gráfico 01: Quantidade de participantes da pesquisa por gênero (%)

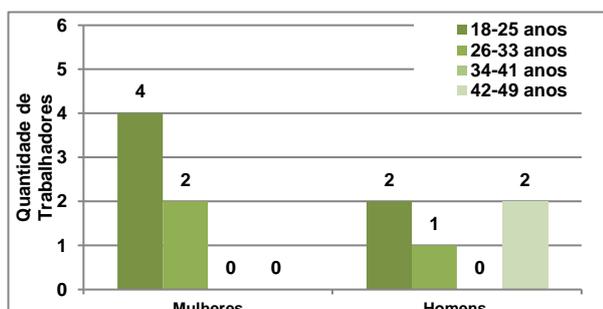


Fonte: Elaboração própria, 2021.

⁶⁴ O termo *apurado* é usado pelos trabalhadores ambulantes para denominar os valores adquiridos com a comercialização ambulante. Conforme o dicionário Aurélio apurar significa granjear, juntar e arrecadar uma quantia de dinheiro proveniente de trocas e comercialização. Não consideramos que os ganhos adquiridos com a comercialização ambulante se caracterizam como lucros e/ou renda, uma vez que, os trabalhadores ambulantes não são capitalistas, mas sim, força de trabalho ativa, desempregada e não desocupada, ou seja, explorada pelo capital, que atua na esfera da circulação de mercadorias e que por meio das relações de troca conseguem extrair uma parte residual do capital comercial nas franjas do mercado.

Os entrevistados possuem idades entre: 19 (dezenove) anos e 45 (quarenta e cinco) anos⁶⁵. No Gráfico 02, abaixo, as idades foram sistematizadas por faixas etárias a partir do sexo dos entrevistados.

Gráfico 02: Relação entre sexo e idade dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Observa-se a concentração de trabalhadoras ambulantes jovens, com idades entre 18-25 anos. Destaca-se também a presença de homens – trabalhadores ambulantes, com idades entre 42-49 anos, em detrimento da ausência de mulheres nessa idade.

No tocante a escolaridade desses trabalhadores ambulantes, o Quadro 01, abaixo, apresenta os dados coletados nas entrevistas sobre os níveis de instrução dos entrevistados.

Quadro 01: Nível de escolaridade dos entrevistados

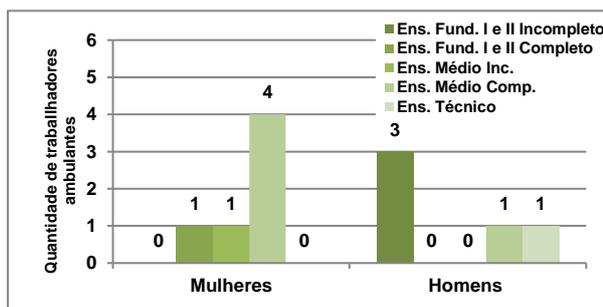
Nível de escolaridade	Quantidade de entrevistados
ensino fundamental I incompleto (4ª série incompleta)	02
ensino fundamental I completo (4ª série)	01
ensino fundamental II incompleto (8ª série incompleta)	01
ensino fundamental II completo (8ª série)	00
ensino médio incompleto	01
ensino médio completo (3ª série de II Grau)	05
Ensino profissionalizante e técnico	01
TOTAL	11

Fonte: Elaboração própria, 2021.

⁶⁵ As idades dos 11 (onze) entrevistados são: 19 (dezenove), 20 (vinte), 22 (vinte e dois), 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco), 28 (vinte e oito), 30 (trinta), 32 (trinta e dois), 43 (quarenta e três) e 45 (quarenta e cinco) anos. Sendo 02 (dois) entrevistados com 25 (vinte e cinco) anos.

Observa-se que 05 (cinco) vendedores ambulantes concluíram o ensino médio completo, bem como, 01 (um) vendedor ambulante concluiu o ensino técnico. O Gráfico 03, apresenta a relação entre o nível de escolaridade e o sexo dos participantes da pesquisa.

Gráfico 03: Nível de escolaridade a partir do sexo



Fonte: Elaboração própria, 2021.

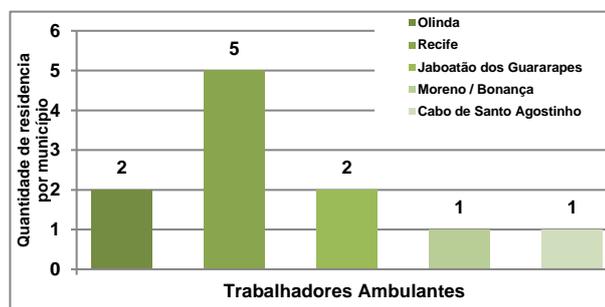
Observa-se que as mulheres possuem maior nível de instrução, em relação aos homens, (a maioria das mulheres possui ensino médio completo). A maioria dos homens possui o ensino fundamental I e II incompleto. Com exceção de um participante do sexo masculino que possui o ensino técnico completo (telemarketing e técnico em optometria).

Em relação à formação familiar, os dados coletados apontam que os núcleos familiares são compostos por: pai, mãe, filhos (as), enteados (as), tios (as), padrasto, madrasta e avós. Assim, as composições dos grupos familiares variam entre: 01 (um) a 07 (sete) membros, por família.

No tocante ao número de filhos, 03 (três) vendedores ambulantes entrevistados relataram que não possuem filhos, dentre eles: 02 (dois) homens e 01 (uma) mulher. Os demais, 08 (oito) entrevistados informaram que possuem entre 01 (um) a 04 (quatro) filhos. Em média são 02 (dois) filhos por participante da amostra da pesquisa, independente do sexo.

Já em relação à localização das moradias verificou-se que os trabalhadores ambulantes entrevistados residem no Recife e nos municípios que compõem a Região Metropolitana (RMR) ⁶⁶, conforme o Gráfico 04, abaixo.

⁶⁶ A Região Metropolitana do Recife (RMR) é composta por 15 municípios, a saber: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata. Disponível em: <<https://www.pdui-rmr.pe.gov.br/municipios>>. Acesso em: 05, abr. 2021.

Gráfico 04: Localização das moradias dos trabalhadores ambulantes

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os entrevistados que residem na capital do Estado de Pernambuco – Recife - moram nos seguintes bairros: Várzea, Ibura, Ilha de Joana Bezerra (Coque), São José e Estância. Os demais entrevistados residem nos municípios da RMR, a saber: Olinda, nos bairros de Águas Compridas e Centro; Jaboatão dos Guararapes, nos bairros de Cavaleiro e Jordão; Moreno, no distrito de Bonança e Cabo de Santo Agostinho, no bairro de Pontezinha.

Os dados coletados apontam que 10 (dez) entrevistados residem em casa construída em alvenaria (tijolo e cimento) e 01 (um) reside em casa construída com barro e em zona rural - no distrito de Bonança-Moreno/PE. Todos os entrevistados relataram que suas residências possuem os seguintes cômodos: quarto, cozinha e banheiro. Em média a estrutura das casas possui 04 (quatro) cômodos.

No tocante aos serviços públicos verificou-se que em relação ao serviço da rede de energia elétrica, todos os entrevistados pontuaram que possuem acesso aos serviços da Companhia Elétrica de Pernambuco (CELPE/NEOENERGIA). Entretanto, desse total, 06 (seis) entrevistados relataram que possuem o acesso por ligação regular, com pagamento das tarifas de consumo e os demais - 05 (cinco) entrevistados sinalizaram que possuem o acesso ao serviço de forma irregular, com ligações clandestinas, o que põe em risco a vida desses trabalhadores, de suas famílias e dos moradores dos entornos, sobretudo, no tocante aos riscos de acidentes elétricos, como: choques elétricos e incêndios.

Igualmente, em relação ao serviço de abastecimento de água encanada, todos os participantes da pesquisa responderam que têm o acesso aos serviços da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). Todavia, 09 (nove) dos

entrevistados relataram que o acesso ao abastecimento hídrico acontece por ligações clandestinas, sem pagamentos das tarifas de consumo e, apenas 01 (um) relatou que acessa de forma regular.

Quanto à coleta de resíduos sólidos 05 (cinco) dos trabalhadores ambulantes entrevistados relataram que têm acesso ao serviço de coleta de resíduos sólidos em seus domicílios. Os demais, 06 (seis) vendedores ambulantes entrevistados informaram que não há o serviço de coleta de resíduos sólidos em seus domicílios. Destaca-se que todos os entrevistados relataram que não possuem acesso a rede de esgotamento sanitário, isso revela uma realidade vivenciada pela maioria da classe trabalhadora pernambucana.

Acerca dos dados socioeconômicos, no tocante aos recursos financeiros gastos com a alimentação familiar, 09 (nove) entrevistados informaram que os gastos mensais com a alimentação familiar (feira) variam entre: R\$ 400,00 (quatrocentos) a R\$ 800,00 (oitocentos) mensais, conforme apresenta o Quadro 02, a seguir. Dentre os entrevistados da pesquisa, 02 (dois) participantes relataram que não realizam compras de alimentos (feira), semanal, quinzenal, nem mensal, eles informaram que compram a alimentação do dia.

Quadro 02: Valor gasto com a aquisição de alimentos (feira/mês)

Entrevistados	Feira mensal (R\$)
Entrevistado 01	R\$ 600,00
Entrevistado 02	R\$ 400,00
Entrevistado 03	R\$ 800,00
Entrevistado 04	R\$ 400,00
Entrevistado 05 *	---
Entrevistado 06	R\$ 600,00
Entrevistado 07	R\$ 200,00
Entrevistado 08 *	---
Entrevistado 09	R\$ 200,00
Entrevistado 10	R\$ 450,00
Entrevistado 11	R\$ 500,00
TOTAL	R\$ 4.150,00

Fonte: Elaboração Própria, 2021.

Os relatos nas entrevistas dos trabalhadores ambulantes 05 e 08 revelam à ausência de recursos financeiros para a aquisição sistemática de alimentos (feira). A vendedora ambulante 05 relatou durante a entrevista que,

“_ Não dá para fazer feira, né? A gente compra o que falta no mercadinho lá perto de casa, um feijão, um peito de frango, uma bolsa de leite. Assim vai... Pago aluguel, que é R\$ 300,00 [trezentos] por mês. Aí vem fraude, para

meu bebê, leite, e tudo. Tudo que eu ganho aqui é para as coisas de casa, não dá para luxar com esse dinheiro, né?”. (sic)

Já o entrevistado 08 declarou que só consegue comprar a alimentação para uma refeição no dia: o jantar, haja vista que é o horário em que ele retorna para a sua casa. Pontua que trabalha diariamente nos espaços do metrô do Recife e que durante a sua jornada de trabalho realiza as refeições com a ajuda dos demais trabalhadores ambulantes que lhes oferecem lanches. Quando questionado acerca da garantia da sobrevivência pelo trabalho ambulante o entrevistado respondeu que consegue minimamente adquirir recursos para comprar a sua comida diária, mesmo que de forma precária: “ *_ Aqui eu ganho um trocadinho por dia, pelo menos compro minha comida*”. (sic).

Ressalta-se que durante as entrevistas os trabalhadores ambulantes sinalizaram que os valores mensais gastos com a alimentação familiar (feira) haviam aumentado nos últimos meses – referentes ao segundo semestre de 2020, devido ao acesso aos Benefícios Sociais, sobretudo, ao Auxílio Emergencial.

Outro gasto mensal significativo trata-se do pagamento de aluguel das residências, dentre os entrevistados, 03 (três) trabalhadoras ambulantes referiram que não residem em casa própria.

As entrevistadas 03, 05 e 09 relataram que pagam mensalmente os aluguéis nos valores de: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta), R\$ 300,00 (trezentos) e R\$ 400,00 (quatrocentos). Respectivamente essas vendedoras ambulantes informaram que dos valores que “apuram” com a comercialização de mercadorias nos espaços do metrô do Recife restam mensalmente: R\$2.000,00⁶⁷ (dois mil), R\$ 552,00 (quinhentos e cinquenta e dois), e R\$552,00 (quinhentos e cinquenta e dois), para a reprodução social. Observa-se que para essas trabalhadoras o gasto mensal com o pagamento de aluguel representa, respectivamente, 24%, 54% e 72% dos valores que restam para a sobrevivência. Destaca-se que dentre essas trabalhadoras, a entrevistada 05, referiu não ter recursos financeiros para comprar a alimentação da família (feira), conforme os dados apresentados anteriormente.

Além dos gastos com a alimentação os entrevistados relataram que gastam com as tarifas básicas de consumo, tais como: aluguel, energia elétrica, abastecimento de água, internet, gás de cozinha, remédios e etc. O valor mensal

⁶⁷ A entrevistada informou os apurados referentes ao trabalho ambulante desempenhado juntamente com seu esposo.

gasto com esses serviços varia entre: R\$ 100,00 (cem) a R\$ 1.000,00 (um mil), de acordo com o Quadro 03, que detalha os valores reais informados pelos entrevistados.

Quadro 03: Valor mensal gasto com tarifas de consumo

Entrevistados	Feira mensal (R\$)
Entrevistado 01	R\$ 1.000,00
Entrevistado 02	R\$ 700,00
Entrevistado 03	R\$ 1.000,00
Entrevistado 04	R\$ 800,00
Entrevistado 05 *	não há gastos
Entrevistado 06	R\$ 700,00
Entrevistado 07	R\$ 500,00
Entrevistado 08	R\$ 200,00
Entrevistado 09	R\$ 100,00
Entrevistado 10	R\$ 200,00
Entrevistado 11	R\$ 300,00
TOTAL	R\$ 5.500,00

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Em relação ao acesso ao Benefício Social de Transferência de Renda - o Programa Bolsa Família verificou-se que 05 (cinco) entrevistados relataram que estão inseridos no programa supracitado e, na ocasião da entrevista, informaram que estavam recebendo os recursos do Auxílio Emergencial. Ademais, 01 (um) entrevistado relatou está recebendo o Auxílio Emergencial, mas, não está inserido no Programa Bolsa Família. Outro entrevistado pontuou que está recebendo o benefício social e trabalhista do Seguro Desemprego. Entretanto, 04 (quatro) entrevistados relataram dificuldades em acessar o Auxílio Emergencial, por ausência de aprovação e/ou irregularidades documentais, sobretudo, irregularidades junto a Receita Federal - no documento de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou pela ausência de documentações, como: Registro Geral (RG) e CPF. O Quadro 04, a seguir, apresenta os dados acerca da inserção ou não em Programas Sociais.

Quadro 04: Acesso aos Programas Sociais

Entrevistados	Programas Sociais de Transferência de Renda	Valores Recebidos (R\$)
Entrevistado 01	Bolsa Família + Auxílio Emergencial	R\$ 1.200,00
Entrevistado 02	Bolsa Família + Auxílio Emergencial	R\$ 1.200,00
Entrevistado 03	Bolsa Família + Auxílio Emergencial	R\$ 1.200,00
Entrevistado 04	Não obteve aprovação no Auxílio Emergencial por ausência de documentação	----
Entrevistado 05	Bolsa Família + Auxílio Emergencial	R\$ 1.200,00
Entrevistado 06	Não	----
Entrevistado 07	Não	----
Entrevistado 08	Auxílio Emergencial	R\$ 600,00
Entrevistado 09	Bolsa Família + Auxílio Emergencial	R\$ 1.200,00
Entrevistado 10	Seguro Desemprego	R\$ 1.045,00
Entrevistado 11	Não	----
TOTAL	-----	R\$ 7.645,00

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Ressalta-se que os valores recebidos em referência ao Auxílio Emergencial variam pela inserção ou não no Programa Bolsa Família, assim, verifica-se que o entrevistado 08, recebe a metade do valor recebido pelos demais entrevistados que acumulam as transferências de renda do Programa Bolsa Família e do Auxílio Emergencial.

No tocante a contribuição previdenciária, todos os entrevistados relataram que não contribuem com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Dos 11 (onze) entrevistados apenas 05 (cinco), ou seja, menos da metade, já havia contribuído com o INSS em outras ocasiões, quando trabalhavam com a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) registrada. Esses reconhecem a importância da contribuição previdenciária e lamentam por não poderem continuar com a contribuição, ademais relatam se sentirem inseguros quanto ao trabalho ambulante, uma vez que, estão desprotegidos dos direitos sociais e trabalhistas.

Dentre esses 05 (cinco) entrevistados, a vendedora ambulante 02 relatou que desejava formalizar o registro como Microempreendedor Individual (MEI)⁶⁸ e que

⁶⁸ No Brasil, o empreendedorismo tem atuado como o “formalizador” da informalidade. Isto é, muitos trabalhadores assumem a condição de empreendedor ou de micro empreendedor individual (MEI), o que representa, no plano ideal, o estabelecimento de relações e condições de trabalho conforme os parâmetros legais. Todavia, as condições reais, em que se processam o trabalho e as relações de trabalho denunciam a conjugação da: precarização/precariedade, flexibilização/flexibilidade, informalização/informalidade, a qual expressa às condições indignas de trabalho e de reprodução social. (PERUZZO e VALENTIM, 2018). O empreendedorismo é “um canto de sereia” forjado pelo capital, que visa responder as necessidades da reprodução social da classe trabalhadora desempregada, por intermédio da esfera individual/privada. Tal estratégia faz incidir sobre o trabalhador a única e exclusiva responsabilidade por sua reprodução social. Entretanto, o capital mantém a exploração sobre o trabalhador/empreendedor, uma vez que, todas as modalidades de trabalho integrantes do sistema capitalista estão inclusas no movimento de produção e reprodução do capital. Ainda que ela (a exploração) apareça de forma velada e camuflada pela falsa ideia de

estava com os documentos necessários, aguardando apenas o retorno das atividades dos órgãos competentes, diante do contexto da pandemia da Covid-19 e do *lockdown*, para formalizar o seu registro (MEI). Os demais, 06 (seis) trabalhadores relataram que não contribuem com a Previdência Social e/ou desconhecem a importância da contribuição com o INSS. Outros referiram indiferença quanto à necessidade de realizar a contribuição previdenciária.

Os dados supracitados, acerca do perfil e das condições de vida dos vendedores ambulantes entrevistados, nos revela que há uma inserção significativa da força de trabalho feminina no trabalho ambulante nas plataformas do metrô do Recife.

As mulheres entrevistadas relataram que acumulam as rotinas do trabalho doméstico e do cuidado com a família, com as atividades relacionadas a venda ambulante nos espaços do metrô do Recife, dentre elas: à aquisição, a confecção e a organização das mercadorias, antes, durante e depois dos processos de comercialização nas plataformas do metrô, o que materializa, o consumo integral do tempo de vida e a subsunção desse tempo em tempo de trabalho, a sobrecarga de trabalho.

Verificou-se ainda que as plataformas do metrô do Recife configuram espaços de trabalho, mas também são, contraditoriamente, espaços de permanência, de higienização e de alimentação dos filhos⁶⁹ das entrevistadas. A entrevistada 03 relatou

“_ saí daqui em trabalho de parto, aí fui para casa, andando. Arrumei a casa e o quarto do bebê, depois fui para a maternidade. Hoje ele está com 04 [quatro] meses, e já estamos aqui. Foi bom que quando ele nasceu veio a pandemia, aí fiquei esses meses em casa, com ele [...]” (sic). (ENTREVISTADA 03).

Compreende-se que a inserção da força de trabalho feminina nos espaços de trabalho, no sistema capitalista de produção, materializa-se pela crescente inserção precária, em relações de trabalho ultraexplorados, a exemplo do trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife.

“trabalho autônomo” e ainda que os empreendedores tenham a alienada ideia de que são “empregadores de si mesmo”, são na verdade força de trabalho consumida pelo capital.

⁶⁹ A presença de crianças e adolescentes nos espaços do metrô do Recife denuncia a existência do trabalho infantil, o qual não é tema central dessa dissertação, mas não pode deixar de ser mencionado.

Outrossim, os dados revelam que há a inserção expressiva dos jovens, na comercialização ambulante no metrô do Recife, conforme o debate teórico apresentado anteriormente, nos capítulos 01 e 02, a classe trabalhadora tem sofrido os rebatimentos das transformações do mundo do trabalho, desencadeadas pelos movimentos do capital em crise. A reestruturação produtiva e a financeirização do capital trazem um agenda de mudanças nas relações de trabalho, principalmente, com o crescimento dos índices de desemprego e, simultaneamente, com o crescimento de modalidades de trabalhos precários e informais. Tais mudanças atingem severamente a classe trabalhadora dos países de capitalismo dependente e rebate nas condições de vida e trabalho, sobretudo, para a força de trabalho jovem.

Logo, a relação entre a juventude e o mercado de trabalho brasileiro se materializa em condições precárias de trabalho, desemprego, alta rotatividade no mercado de trabalho formal, elevada taxa de informalidade, extensas jornadas de trabalho (superiores às 44 horas semanais de trabalho garantidas pela Legislação Trabalhista – CLT, 1943), desigualdade de gênero e baixa remuneração. (TRABALHO DECENTE E JUVENTUDE, 2015).

Conforme foi discutido no capítulo 01, a LGAC explicita que os movimentos do capital em crise são responsáveis por criar e recriar uma parcela da classe trabalhadora sobrando, atualmente composta, principalmente, pela força de trabalho jovem. A qual está apta para o trabalho, mas, torna-se constantemente expropriada pelo capital. Trata-se de uma parcela considerável da força de trabalho que compõem o exército de reserva e se torna força de trabalho fluída, inserida pelo capital num processo constante e contraditório de inclusão e expulsão do mercado de trabalho formal⁷⁰.

Essa força de trabalho, sobretudo, jovem, que ora é excluída pelo capital das relações “formais” de trabalho, torna-se sujeita, digo, inclusa pelo capital em modalidades de trabalhos ainda mais precário, com vínculos fragilizados, flexíveis e desprotegidos do alcance das políticas públicas, a exemplo do trabalho ambulante.

Trata-se de um processo articulado de exclusão e inserção precária nos circuitos produtivos do capital. Esse processo, por sua vez, garante a reprodução do capital – a acumulação pela exploração e consumo da força de trabalho e, por outro

⁷⁰ As relações de trabalho regidas por Legislações Trabalhistas e Sociais são consideradas relações “formais” de trabalho. Entretanto, ressalta-se que atualmente tais relações de trabalho apresentam condições precárias e flexíveis, semelhantemente as relações de trabalho consideradas “informais”.

lado, permite minimamente a reprodução social dos trabalhadores – pelos valores apurados com a comercialização das mercadorias no comércio ambulante, nos espaços do metrô do Recife.

Constata-se que o trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife representa uma estratégia do capital em inserir de forma ultra precária uma parcela significativa da força de trabalho desempregada, sobretudo, feminina e jovem, na esfera da circulação das mercadorias – no comércio ambulante. Com o objetivo de explorar em níveis mais elevado essa parcela da classe trabalhadora (sobrante) desprotegida das Legislações que regem o trabalho.

Todavia, a Política Nacional da Juventude (PNJ, 2006), aborda em suas diretrizes e perspectivas, a categoria trabalho como inerente ao desenvolvimento integral da juventude. Defende o trabalho como fundamental para a sociabilidade do jovem, ou seja, uma atividade que deve superar os interesses econômicos e, sobretudo, o mero suprimento das necessidades sociais imposta pelo capitalismo. Considera ainda que o trabalho da juventude deve ser articulado com a educação, à cultura e o acesso a tecnologias de informação, os quais são concebidos como elementos basilares para a formação da juventude.

Essa proposição se articula com as concepções da teoria social crítica marxista, ao considerar o trabalho como parte constituinte do ser social, como elemento indispensável para o seu desenvolvimento e fundamental para a transformação mútua do ser social e da natureza, conforme discutimos no capítulo 02.

Entretanto, verifica-se que o trabalho enquanto ontologia do ser social foi e continua sendo constantemente reconfigurado pelo capital. A constituição da sociedade dividida em classes sociais, a subsunção do trabalho pelo capital, o surgimento do trabalho assalariado e, todas as demais transformações sociais, econômicas e políticas apresentadas nos capítulos anteriores, fazem parte constitutiva da essência do sistema econômico e produtivo do capital, bem como: as crises de produção, a criação do desemprego, as precárias condições de trabalho, a informalidade, os baixos salários, dentre outros.

Nesse contexto, a articulação entre o trabalho (precário e informal) e a formação profissional tem se estabelecido como desafio constante para a classe trabalhadora brasileira e, em especial para a juventude.

Conforme a PNJ (2006) a formação profissional da juventude se articula com o nível de renda sociofamiliar, conseqüentemente, os jovens com rendas familiares inferiores possuem um baixo nível de formação, os quais são inseridos numa atividade laborativa antes mesmo de concluírem a sua formação profissional, conforme nos revelam os dados coletados nessa pesquisa. (PNJ, 2006).

Conseqüentemente, verifica-se que “[...] *O desemprego atinge mais fortemente os jovens de renda mais baixa e as possibilidades de encontrar um trabalho com salário e condições adequadas diminuem conforme aumenta a desigualdade social [...]*”. (POLÍTICA NACIONAL DA JUVENTUDE, 2006, p 24.).

Outrossim, o desemprego estrutural crescente tem levado muitos trabalhadores (jovens), com formação e experiências profissionais, a situação de desemprego. Conseqüentemente, engrossam as fileiras do exército de reserva e da inserção precária em condições de trabalho insalubres, informais, parciais, intermitentes, flexíveis, multifuncionais, que não são equivalentes as suas experiências e formação profissional. Estrategicamente, essa inserção no trabalho precário, contribui para a acumulação do capital, sobretudo, pela exploração da força de trabalho qualificada, em condições de trabalho que não condizem com a formação profissional e, simultaneamente, com o pagamento de salários ínfimos, que permitem apenas a reprodução social básica desses trabalhadores. Constatase conforme verificamos nos dados coletados na pesquisa, a presença de um vendedor ambulante com formação técnica em optometria, o qual não atua em sua área de formação.

Os dados socioeconômicos revelam as condições precárias da reprodução social dos trabalhadores ambulantes entrevistados, sobretudo, no tocante a negação ou a precarização no acesso aos direitos e serviços básicos, tais como: moradia e alimentação. Os trabalhadores ambulantes que não possuem uma casa própria revelam a luta diária pela sobrevivência e o dilema entre: o pagamento do aluguel e/ou a compra da alimentação familiar. 02 (dois) vendedores ambulantes entrevistados declararam que não conseguem sequer realizar a compra sistemática da alimentação básica (feira).

As condições socioeconômicas dos entrevistados determinam as contradições e/ou a negação no acesso aos serviços públicos essenciais, tais como: energia elétrica, água encanada, coleta de resíduos sólidos e saneamento básico.

Em relação ao acesso aos programas sociais verificou-se que a maioria dos entrevistados estão inseridos nos benefícios sociais de transferência de renda, a saber: bolsa família, auxílio emergencial⁷¹ e seguro-desemprego.

O Auxílio Emergencial representa uma medida de caráter focalizado, pontual e efêmero, que não garantirá o atendimento as necessidades sociais do público-alvo, em longo prazo (principalmente no período pós-pandemia). Possui um valor relativamente irrisório, diante da elevada inflação, que reverbera na elevação dos custos da reprodução sociofamiliar para os trabalhadores. Entretanto, ainda sim, representa um ganho real nas condições materiais da classe trabalhadora, sobretudo, em relação ao consumo. Os entrevistados apontaram que o auxílio emergencial possibilitou o aumento do nível de consumo de suas famílias, sobretudo, possibilitou o consumo de alimentos.

Outrossim, compreende-se que a aprovação do Auxílio Emergencial corresponde também aos interesses do capital (produtivo, comercial e financeiro). A instituição do benefício eventual proporcionou o poder de compra, consumo e acesso aos bens e serviço, para a classe trabalhadora. Por outro lado, possibilitou a continuidade e efetivação do circuito produtivo do capital, sobretudo, através do consumo das mercadorias pela classe trabalhadora.

A negação no acesso a política de previdência social, mediante seu caráter contributivo, eleva a condição de desproteção social desses trabalhadores. As condições do trabalho ambulante são tão precárias que os entrevistados sequer contribuem com o INSS. A possibilidade de reaver um benefício previdenciário, seja por doença, invalidez, ou mesmo por idade, torna-se uma realidade intangível para os entrevistados.

⁷¹ A formulação do Auxílio Emergencial foi um grande desafio para o governo Federal, sobretudo, pela amplitude da atividade informal no país. Podemos considerar que se trata de uma pioneira e abrangente sistematização de dados da população inclusa no trabalho informal, no Brasil. Diante dos desafios houve a demora nos processos de aprovação do benefício emergencial, inclusive, nos muitos casos de trabalhadores que não receberam o Auxílio. Destaca-se que o auxílio emergencial foi aprovado nos valores de R\$600,00 (seiscentos) e R\$1.200,00 (um mil e duzentos). Entretanto, após a liberação de 05 (cinco) parcelas esse valor foi reduzido pela metade, ou seja, respectivamente, R\$300,00 (trezentos) e R\$600,00 (seiscentos).

3.3.3 As trajetórias pessoais e os processos de inserção dos entrevistados no trabalho ambulante

As trajetórias pessoais e os processos de inserção dos trabalhadores ambulantes nos espaços do metrô do Recife são complexos, diversificados e repletos de significados sociais, conforme verificaremos a seguir.

O processo de inserção no trabalho ambulante para o entrevistado 01 aconteceu diante da situação de desemprego. Ele relatou que na ocasião em que iniciou o trabalho ambulante no metrô do Recife, não havia muitos trabalhadores ambulantes no metrô e, conseqüentemente, havia baixa concorrência. Destacou que no decorrer dos anos foi conquistando o seu espaço de trabalho nas plataformas do metrô. Sobre sua trajetória pessoal destacou:

“_Trabalhei formalmente durante alguns tempos, na minha vida. Poucos tempos... É difícil trabalhar fichado durante muitos tempos seguidos, nesse país! Vou lhe dizer uma coisa: _eu trabalho há quase 07 (sete) anos, nesse metrô. Contando das idas e vindas de uma carteira fichada à outra. Agora faz uns 03 (três) anos que eu tô aqui. Devido o desemprego que é grande. Se bem que aqui estou quase empregado. Só falta a carteira assinada.” (sic).

Diferentemente, do processo de inserção supracitado, no atual contexto, a entrada de novos trabalhadores ambulantes, nos espaços do metrô do Recife é permeada por relações de conflitos. Os espaços do metrô tornam-se territórios de luta pela sobrevivência. Conforme relatou a entrevistada 02,

“_ No dia que a gente chegou à gente ficou ali [apontou para o local na plataforma do metrô], lá já tinha uma moça vendendo lanches. A gente conversou com ela e se conheceu. Uns meninos vieram ver nossas mercadorias e conversar com a gente, de boa [com tranquilidade], eles disseram que não ia ter treta [problemas], porque a gente estava vendendo uma coisa bem diferente dos outros vendedores ambulantes daqui. No outro dia, aquela senhora [apontou] veio querer ‘causar’ [questionar] aqui, porque a gente estava lá, naquele canto [local] que te mostrei, mas aí eu fui falar com ela e disse: _eu cheguei aqui ontem e não tinha ninguém, eu vou ficar aqui e pronto! A gente é as mais recentes aqui, temos muitos problemas, mas, isso é o machismo, porque somos mulheres, e tal... Mas eu tenho ‘sangue quente’ [agitada, nervosa] e não abaixo a cabeça não. Se é para discutir? A gente discute. Se vier na ‘boa’ [com tranquilidade], a gente conversa. Isso aqui [os espaços do metrô] é de todo mundo. Se sair sai todo mundo, né não?” (sic).

Acerca de sua trajetória pessoal, a supracitada, referiu que já desenvolveu o trabalho ambulante em outros espaços da cidade do Recife. Conforme relato:

“_Estamos desempregadas, eu e ela [refere à companheira], e havíamos tentado de tudo, para sobreviver. Fizemos kit festa, mas, o povo não quer pagar o valor devido das mercadorias. Então, decidimos não fazer mais [o kit festa]. Após isso, minha mãe queria fazer um laço, de cabelo, para a minha sobrinha, mas, não conhecia ninguém que fizesse. Então, eu vendi o botijão de gás de cozinha, da minha casa, paguei a internet, para assistir vídeos no Youtube e, com a outra parte do dinheiro comprei os materiais para fazer o laço. Aí fiz o laço e ficou bom! Sobraram uns materiais, aí fiz mais outras unidades e minha mãe saiu vendendo no bairro. Porém, não teve muito sucesso. Nesse tempo, ela [refere à companheira] vendia outras mercadorias, como: roupas, pela internet. Aí um dia ela veio fazer uma entrega aqui [na plataforma do metrô do Recife] e viu a movimentação de vendedores ambulantes. Quando chegou em casa ela [a companheira] me falou e assim resolvemos fazer mais laços e trouxemos para cá. E cá estamos desde setembro do ano passado [2019]. Paramos um pouco de vir para o metrô, na metade de março desse ano [2020], por conta da pandemia, mais há um mês e meio retornamos as atividades aqui. Estamos aqui porque ficamos desempregadas”. (sic).

Para a entrevistada 03, a sua trajetória pessoal e o processo de inserção no trabalho ambulante possuem caminhos cruzados. Ela contou que ainda quando era criança começou a trabalhar nos espaços do metrô do Recife e desde então nunca vivenciou outra modalidade de trabalho senão a inserção precoce e permanente no trabalho ambulante.

“_Me criei trabalhando aqui no metrô, há muito tempo estou por aqui, na verdade, desde que eu era de menor, que eu vendo coisas aqui. Já trabalhei em todas as estações, sou muito conhecida aqui.” (sic).

O entrevistado 04 relatou que iniciou o trabalho ambulante, diante das necessidades de sobrevivência de sua família. No tocante a sua trajetória pessoal pontuou que possui a expectativa de retornar ao mercado formal de trabalho. Destacou também a existência de conflitos nos territórios do metrô. Vejamos:

“_Não gosto de pedir nada a ninguém e tenho uma família para sustentar, né? Antes eu trabalhava na PE15 e no T.I Xambá⁷², mas, teve treta [confusão] lá, aí para não arrumar mais problema e sujar minhas mãos com o crime, eu vim para cá e ‘tou de boa’ [tranquilo] aqui. Eu só saio daqui para trabalhar de carteira fichada, aí sim é outro patamar.” (sic).

Já a entrevistada 05 trabalha para terceiros como “assalariada”⁷³, a sua inserção no trabalho ambulante do metrô do Recife ocorreu por indicação. Ela possui uma trajetória consolidada no trabalho ambulante na feira livre do bairro de

⁷² São Terminais Integrados de ônibus da RMR.

⁷³ Sem registro na CTPS.

Afogados-Recife/PE. Quando questionada sobre a permanência do trabalho ambulante em sua trajetória pessoal ela destaca:

“_Não tenho alternativa, preciso levar a ‘bolacha’ [a alimentação] dos meninos. Se eu não trabalhar, não como [alimento], não sobrevivo! Minha mãe é doente do coração, tem hipertensão, diabetes, depressão e não pode trabalhar, somos nós duas. Eu não tenho estudo, então, trabalho aqui, porque não posso trabalhar em outro lugar. Até para casa de família hoje querem os estudos completos!”. (sic).

O entrevistado 06 considera que a sua inserção no trabalho ambulante é recente⁷⁴. Todavia, declarou que em sua trajetória pessoal sempre recorre ao trabalho ambulante do metrô quando fica desempregado.

“_Eu estou aqui há pouco tempo em relação aos ‘caras’ [homens] daqui. Na verdade, eu estou aqui enquanto não arrumo um trabalho fixo [trabalho formal], não gosto de ficar ‘parado’ [desocupado], sabe? Sempre que fico desempregado venho trabalhar aqui”. (sic).

Semelhantemente ao relato da entrevistada 03, o entrevistado 07 revelou que trabalha nos espaços do metrô do Recife desde quando era criança.

“_Eu venho para cá desde meus 10 (dez) anos, só sei trabalhar aqui mesmo. Eu comecei vir para cá com meu tio Timóteo, mas, ele acabou se envolvendo com drogas e foi assassinado lá perto de casa. Eu continuei vindo para cá, para ajudar mainha, até que ela arrumou um marido e deixou de pagar aluguel. Mas, eu venho para ajudar ela e meus irmãos e pra comprar minhas coisas e sustentar meus vícios”. (sic).

No tocante a inserção nos espaços do metrô do Recife o entrevistado 08 destacou que quando iniciou o trabalho ambulante demorou muito para vender sua mercadoria, que na ocasião era água mineral. Destacou no relato que há muita concorrência em relação a venda desse produto. Concernente a sua trajetória pessoal o entrevistado declarou

“_ Estou desempregado há 08 (oito) anos. A construção civil está numa crise, então, vim para cá na esperança de conseguir meu ‘ganhar pão’ [trabalho], e graças a Deus estou conseguindo!”. (sic).

O desemprego estrutural também aparece na fala da entrevistada 09, a sua inserção no trabalho ambulante aconteceu em 2011, e há 09 (nove) anos ela não

⁷⁴ O entrevistado encontra-se no trabalho ambulante há 01 (um) ano e 06 (seis) meses.

conseguiu mais retornar ao mercado formal de trabalho. Acerca da sua trajetória pessoal assinalou que

“_Desde que eu fiquei desempregada em 2011 estou aqui, de lá para cá, ainda não consegui arrumar outro emprego. Na verdade, eu nunca trabalhei de carteira assinada, quando eu trabalhava era contrato.”. (sic).

A entrevistada 10 expressou que ficou desempregada há 02 (dois) meses, destacou que perdeu o emprego em decorrência da pandemia da Covid-19. Assim, diante das necessidades de sobrevivência houve a inserção familiar no trabalho ambulante nas plataformas do metrô do Recife.

“_Trabalho junto com meu marido, porque estamos desempregados e temos dois filhos, trazemos eles [os filhos] para cá porque não tem com quem deixar.”. (sic).

A vendedora ambulante, entrevistada 11, revelou os desafios de sua trajetória pessoal:

“_a falta de oportunidades de trabalho e as necessidades de sobrevivência, influenciam diretamente para eu estar aqui no trabalho no metrô. Estou aqui pela falta de oportunidade de trabalho com carteira assinada e por necessidade mesmo!”. (sic).

No tocante aos processos de inserção dos vendedores ambulantes nos espaços/territórios do metrô do Recife verificou-se a partir dos relatos supracitados que se trata de um processo complexo e diversificado, que envolve até mesmo situações de conflitos. Os espaços do metrô do Recife são também territórios de disputas na busca pela sobrevivência, espaços de conflitos entre os trabalhadores ambulantes (antigos e novos).

Constata-se que os vendedores ambulantes entrevistados relataram em suas trajetórias pessoais que estão inseridos no trabalho ambulante, nos espaços do metrô do Recife, diante da situação de desemprego, isto é, pela ausência de oportunidades de inserção ou de retorno ao mercado de trabalho formal.

Dentre os entrevistados 05 (cinco) trabalhadores ambulantes mencionaram, que em suas trajetórias pessoais já trabalharam formalmente - com a CTPS registrada, antes da inserção no trabalho ambulante. Outros 04 (quatro) entrevistados assinalaram em suas falas que nunca trabalharam com a CTPS

registrada e, conseqüentemente nunca acessaram os direitos sociais e trabalhistas garantidos. Ademais, 02 (dois) entrevistados informaram que sempre trabalharam no comércio ambulante, ou seja, trabalham desde a infância.

O trabalhador ambulante 01, ao expressar acerca da sua trajetória pessoal, considera a relação entre o desemprego e o trabalho ambulante, a partir dos constantes processos de demissão e admissão da força de trabalho no Brasil. Expressa as dificuldades de retorno ao mercado de trabalho formal, no contexto atual, quando refere que há 03 (três) anos segue no trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife.

Conforme a LGAC, abordada no capítulo 01, o desemprego e, a simultânea inserção, da superpopulação relativa, em trabalhos precários e informais é um movimento do capital na busca por mais acumulação. O capital exige uma força de trabalho volátil, que esteja apta ao emprego e ao desemprego constantemente. O retorno ao mercado de trabalho formal, geralmente, ocorre quando o capital encontra-se em momentos de crescimento e auge, assim, ele requisita o retorno da superpopulação relativa aos postos de trabalho formal. Todavia, dada a crise estrutural do capital, a tendência é que a superpopulação relativa permaneça inserida nos trabalhos precários e informais, tal como, o trabalho ambulante.

Percebe-se ainda, na fala do entrevistado supracitado uma concepção alienada de suas condições de trabalho ultra precário e explorado (informal), ao expressar que está: “*quase empregado*” (*sic*). Observa-se que, para o entrevistado, a única diferença entre - o trabalho formal e o trabalho ambulante - consiste na formalização do vínculo de trabalho, por meio do registro na CTPS. Por outro lado, sua fala descortina a existência de uma linha tênue entre as condições reais do trabalho formal (registrado e protegido legalmente) e as condições reais do trabalho informal (sem garantias sociais e trabalhistas).

No tocante a trajetória pessoal da entrevistada 02 nota-se que a situação de desemprego expõe a classe trabalhadora à expropriação do trabalho protegido, dos meios materiais para a sua sobrevivência, dos direitos sociais, dentre outros. A força de trabalho desempregada torna-se expropriada pelo capital e, conseqüentemente, impelida a inserção em diversas formas de trabalho ultraprecário e informal, os quais não garantem a proteção social do trabalhador. A entrevistada destaca que, diante da ausência de recursos para iniciar a produção de suas mercadorias, precisou se

desfazer de um utensílio doméstico básico e indispensável - um botijão de gás. Isto representa a materialização da expropriação dos meios materiais de sobrevivência do trabalhador e a ultra dependência do trabalhador para com o capital.

Nas falas dos trabalhadores ambulantes 04, 06, 08 e 09 constata-se a condição de desemprego estrutural em que estão inseridos. Eles foram expulsos do mercado formal de trabalho, pelo capital, há mais de um ano de meio. Embora estejam na situação de desemprego permanente os entrevistados 04 e 06 mantêm expectativas de reinserção no mercado de trabalho formal. Já os entrevistados 08 e 09, encontram-se no desemprego estrutural por mais tempo e, após as suas demissões não conseguiram retornar ao mercado formal de trabalho. O entrevistado 08 pontua que a crise econômica que assola o país, e afeta a construção civil, consiste num elemento basilar para a sua inserção no trabalho ambulante. Defende ainda que o trabalho ambulante consiste numa saída diante da crise do capital – numa forma de sobrevivência.

Além da situação de desemprego as necessidades sociais de sobrevivência impõe a classe trabalhadora o imperativo do trabalho (da ocupação) independente das condições deste, tal situação se evidencia nas falas das entrevistadas 10 e 11.

Verifica-se ainda que a inserção no trabalho ambulante torna-se um imperativo diante da negação no acesso aos direitos sociais, conforme a entrevistada 05. A busca pela sobrevivência eleva a condição de vulnerabilidade em que esses trabalhadores são expostos, assim, acabam inseridos em condições de trabalho que garantem minimamente a alimentação, ainda que de forma precária.

Ademais, verificou-se que os entrevistados 03 e 07 referem que sempre trabalharam como vendedores ambulantes, tanto, nos espaços do metrô, quanto em outros espaços da cidade do Recife. Inclusive assinalam que a inserção no trabalho ambulante ocorreu ainda quando eram crianças, ou seja, que vivenciam permanentemente a realidade do trabalho ambulante, desde o trabalho infantil até a fase da juventude. Destaca-se que esses entrevistados são: 01 (um) trabalhador ambulante de 19 (dezenove) anos e 01 (uma) trabalhadora ambulante de 25 (vinte e cinco) anos. Ambos referem que não possuem outras experiências de trabalho, bem como, não possuem expectativas de adentrarem no mercado de trabalho formal⁷⁵.

⁷⁵ Assim compõem a força de trabalho desalentada conforme os critérios do IBGE.

Evidencia-se as marcas deletérias da inserção precoce e precária, bem como ilegal desses jovens (e crianças) no trabalho ambulante. Observa-se que as objetivações humanas são reduzidas ao nível do trabalho ultra precário que exercem. Ao passo que o trabalhador, nesse caso, o jovem trabalhador destaca que não sabe trabalhar com outra atividade, apenas no trabalho ambulante.

Nas entrelinhas das falas dos vendedores ambulantes entrevistados observa-se que o contexto atual socioeconômico do país não tem sido favorável para a classe trabalhadora e o elevado nível de desemprego contribui decisivamente para a inserção no trabalho ambulante.

Conforme foi discutido nos capítulos 01 e 02, a LGAC evidencia que os movimentos do capital em crise exigem o enxugamento do mercado formal de trabalho – dos trabalhos protegidos pelas legislações sociais e trabalhistas. A criação do exército de reserva é basilar para a dinâmica capitalista. Consequentemente, o desemprego imposto à classe trabalhadora não consiste num movimento conjuntural e efêmero do capital. Trata-se de um movimento nuclear e fundante do modelo produtivo capitalista.

Entretanto, simultaneamente, o capital exige a reinserção dessa parcela da classe trabalhadora expulsa do mercado formal de trabalho, em relações de trabalho cada vez mais precárias, flexíveis e informais. A fim de que haja a exploração, sem precedentes, da classe trabalhadora geral (força de trabalho ativa e sobrança).

As determinações socioeconômicas que conduzem os trabalhadores desempregados a inserção no trabalho ambulante, nos espaços do metrô do Recife explicitam a essência do sistema produtivo do capital: a criação da superpopulação sobrança, a ampliação da pobreza e o aumento da dependência da classe trabalhadora para com o capital.

Os vendedores ambulantes entrevistados compõem o exército de reserva – trabalhadores expulsos dos postos de trabalho formal, ou ainda integram a parcela da classe trabalhadora que nunca ingressou no mercado formal de trabalho. Contraditoriamente, estão desempregados e integram a força de trabalho supérflua para o capital, porém, não estão desocupados! Estão inseridos de forma precária no circuito produtivo do capital (nos processo de produção e circulação de mercadorias).

A superpopulação relativa ou do exército de reserva representa a parcela da classe trabalhadora desempregada. No Brasil, em 2020 os dados apontam o crescimento de 2.000.000 (dois) milhões de pessoas desempregadas. Assim, a quantidade de pessoas desempregadas no país, soma 14.000.000 (quatorze) milhões de pessoas. Esse desemprego atinge a classe trabalhadora em geral, porém com maior impacto os jovens e os adultos⁷⁶. (IBGE, 2021).

Considera-se que a metodologia empregada pelo IBGE acerca da ocupação e da desocupação da força de trabalho⁷⁷, insere o trabalho ambulante, no universo da força de trabalho ativa e ocupada. Portanto, compreendido como trabalho autônomo ou informal, isto é, trabalho não assalariado.

Os dados revelam que há uma associação direta entre o crescimento da ocupação da força de trabalho e a redução no número do desemprego ou da desocupação. O que não representa uma inserção no mercado formal de trabalho. Isto é, não representa o crescimento de empregos protegidos, mas sim, o aumento da ocupação da força de trabalho ativa - não assalariada⁷⁸. Os dados acerca da população ocupada revelam que atualmente existem 86.179 (oitenta e seis mil cento e setenta e nove) pessoas ocupadas. (IBGE, 2021).

⁷⁶ A taxa de desemprego da população entre 18 (dezoito) e 39 (trinta e nove) anos, em 2019, foi de 34,9%, ou seja, 4.176.000 (quatro milhões, cento e setenta e seis mil) jovens desempregados. Já em 2020, foi de 47,7%, o que representa um crescimento de 3,85%, e um total de 6.678.000 (seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil) jovens desempregados. No Nordeste, em 2020, a taxa de desemprego dessa população foi de 49%, o que representa 6.924.400 (seis milhões, novecentos e vinte e quatro mil) pessoas desempregadas e uma elevação de 1,3% em relação ao índice de desemprego nacional. Em Pernambuco, a taxa de desemprego dessa faixa etária foi de 47,4%, o que representa um índice semelhante à taxa de desemprego nacional. No Recife, a taxa de desemprego da população jovem e adulta chegou a 46,4%. (IBGE, 2021).

⁷⁷ A classe trabalhadora no Brasil é dividida entre pessoas: na força de trabalho e fora da força de trabalho. As pessoas na força de trabalho são subdivididas entre: ocupadas e desocupadas. As pessoas ocupadas são consideradas: empregados independentes do setor (formalizados ou não), trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores domésticos (com ou sem contrato formal) e os trabalhadores familiares auxiliares (com ou sem remuneração). Já as pessoas desocupadas são consideradas desempregadas, que estão à procura e disponível para um emprego. (IBGE, 2020). Assim, os trabalhadores ambulantes, diante dessa metodologia, são trabalhadores ocupados e não desempregados, uma vez que, estão desenvolvendo uma atividade com ou sem remuneração.

⁷⁸ Para o IBGE (2020) o trabalho é toda atividade laboral desempenhada pela força de trabalho ativa ou ocupada no mercado de trabalho (com ou sem remuneração). A força de trabalho ativa compreende: os trabalhadores assalariados e os trabalhadores não assalariados, "autônomos", ou informais. Dentre eles, têm-se: os empregados assalariados (contratos). Já a desocupação ou o desemprego consiste na situação de trabalho potencial – força de trabalho disponível, os trabalhadores fora do mercado de trabalho: desempregado, desocupado ou inativo.

Essa população ocupada, ativa e não assalariada representa uma parte crescente⁷⁹ da superpopulação relativa que foi expulsa do mercado formal de trabalho, pelo capital, diante do desemprego. Mas, contraditoriamente, foi reinserida em trabalhos precários, insalubres, com extensas jornadas de trabalho e sem a proteção social do Estado. Tais condições de trabalho reverberam as situações de miserabilidade e vulnerabilidade social em que sobrevivem.

Com base nessas metodologias adotadas pelos órgãos de pesquisa supracitados considera-se que os trabalhadores ambulantes compõem a força de trabalho ocupada, ativa, porém não assalariada - força de trabalho ultraexplorada pelo capital!

3.3.4 Como e em quais condições o trabalho ambulante se realiza nos espaços do metrô do Recife?

O tempo de permanência dos vendedores ambulantes, no comércio do metrô do Recife varia entre: 02 (dois) meses a mais de 15 (quinze) anos, conforme os dados coletados nas entrevistas e sistematizados no Quadro 05, a seguir.

Quadro 05: Tempo de trabalho ambulante no metrô do Recife

Entrevistados	Tempo de Trabalho Ambulante no metrô do Recife (anos/meses)
Entrevistado 01	03 anos
Entrevistado 02	01 ano e 06 meses
Entrevistado 03	+ de 15 anos
Entrevistado 04	1 ano e 06 meses
Entrevistado 05	02 anos
Entrevistado 06	01 ano e 06 meses
Entrevistado 07	09 anos
Entrevistado 08	08 anos
Entrevistado 09	09 anos
Entrevistado 10	02 meses
Entrevistado 11	04 anos

Fonte: Elaboração própria, 2021.

⁷⁹ No Brasil, em 2019, houve um crescimento de 303 (trezentos e três) mil pessoas em trabalhos não assalariados e informais. O que representa um crescimento de 3,6%, se comparado ao ano de 2018. Isto é, mais 861 (oitocentos e sessenta e um) mil pessoas na informalidade. (PNAD CONTÍNUA VARIÁVEL, 2020). Em 2019, a ocupação em trabalho informal bateu recordes: 04 (quatro) a cada 10 (dez) trabalhadores não possuíam a CTPS registrada ou trabalhavam por conta própria. Já o índice de trabalho informal, no Brasil, chegou a superar 41% (quarenta e um), do total de pessoas ocupadas, ultrapassando os índices divulgados desde o ano de 2016. (IPEA, 2020).

Observou-se ainda que esse tempo de permanência no trabalho ambulante apresenta particularidades a partir do sexo, da idade e da escolaridade dos entrevistados. O Gráfico 05, abaixo, apresenta o tempo de permanência no trabalho ambulante do metrô, a partir do sexo dos entrevistados.

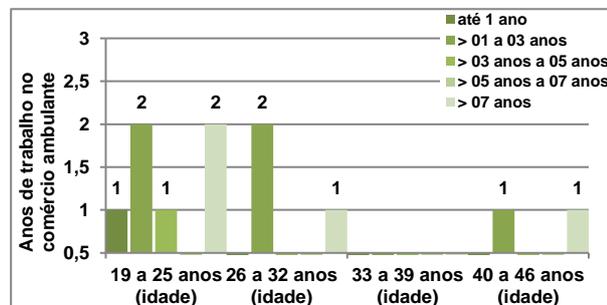
Gráfico 05: Tempo de trabalho ambulante (por sexo)



Fonte: Elaboração própria, 2021.

A relação entre o tempo de permanência no trabalho ambulante, a partir das idades dos entrevistados pode ser verificada no Gráfico 06, a seguir.

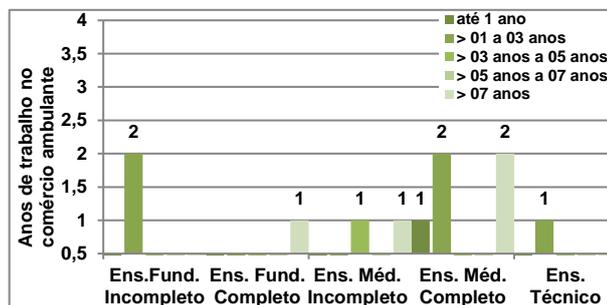
Gráfico 06: Tempo de trabalho ambulante (por idade)



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Observa-se que os jovens entre 19-25 anos concentram a inserção recente no trabalho ambulante e caminham para a permanência nesse trabalho. Já os entrevistados entre 26-32 anos concentram maior período no trabalho ambulante.

O nível de escolaridade dos entrevistados e o tempo de trabalho ambulante no metrô do Recife podem ser verificados no Gráfico 07.

Gráfico 07: Tempo de trabalho ambulante (pela escolaridade)

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os dados revelam que a permanência no trabalho ambulante não é proporcional ao nível de escolarização dos entrevistados, ou seja, há entrevistados com maior nível de instrução, com o mesmo tempo de trabalho no comércio ambulante em relação aos entrevistados com menor nível de escolarização.

Os entrevistados trabalham nos espaços do metrô de 05 (cinco) a 07 (sete) dias na semana, conforme, apresenta o Quadro 06, abaixo.

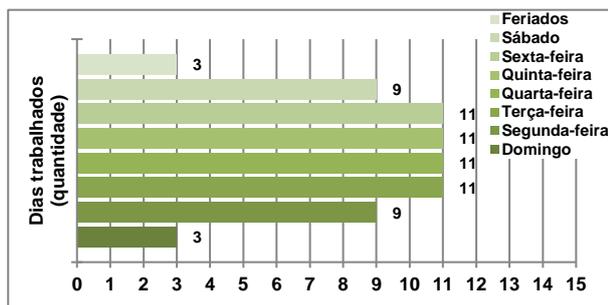
Quadro 06: Quantidade de dias de trabalho (por semana)

Entrevistados	Quantidade de dias de trabalho
Entrevistado 01	06 dias
Entrevistado 02	05 dias
Entrevistado 03	05 dias
Entrevistado 04	06 dias
Entrevistado 05	06 dias
Entrevistado 06	06 dias
Entrevistado 07	07 dias
Entrevistado 08	07 dias
Entrevistado 09	06 dias
Entrevistado 10	05 dias
Entrevistado 11	06 dias

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Já o Gráfico 08, a seguir, detalha a concentração dos dias de trabalho dos vendedores ambulantes, conforme os dias da semana.

Gráfico 08: Concentração dos dias trabalho (na semana)

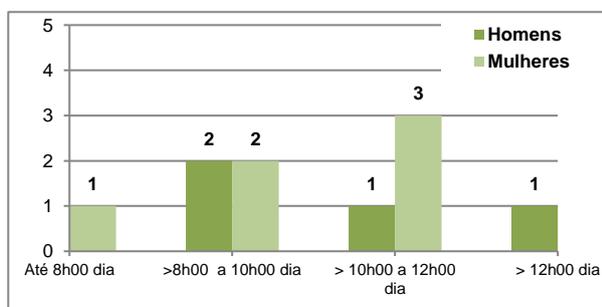


Fonte: Elaboração própria, 2021.

Dentre os entrevistados, 03 (três) vendedores ambulantes sinalizaram que trabalham nos dias de feriados, porém apresentaram algumas condicionalidades, a saber: se estiverem com muitas mercadorias, se houver dificuldades para o armazenamento das mercadorias, se as mercadorias estiverem em datas críticas, e, por último, mas não menos importante se estiver com muita necessidade financeira.

Acerca da jornada de trabalho, os entrevistados assinalaram que trabalham entre 08h00 e 12h00 diárias. O Gráfico 09, a seguir, apresenta a jornada diária de trabalho dos trabalhadores ambulantes entrevistados, conforme o sexo.

Gráfico 09: Jornada diária de trabalho (horas) (por sexo)



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Nota-se que as mulheres concentram uma jornada diária de trabalho superior a 10h00, em relação aos homens.

O Quadro 07, a seguir, apresenta os valores diários apurados pelos vendedores ambulantes com a comercialização de mercadorias nas plataformas do metrô do Recife⁸⁰.

⁸⁰ Reitera-se que os valores apurados variam muito a depender de cada mês, das vendas, dos movimentos, não são valores fixos, podendo os trabalhadores ambulantes apurarem mais ou menos em cada mês.

Quadro 07: Valor apurado (por dia) pelos trabalhadores ambulantes

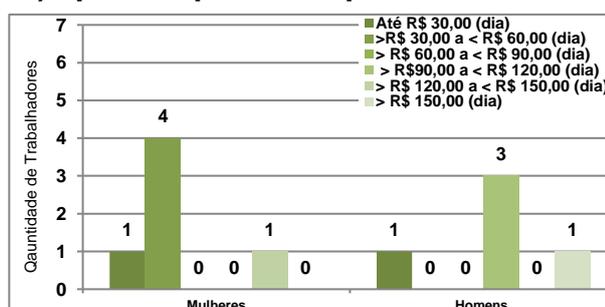
Entrevistados	Valor diário apurado (R\$)
Entrevistado 01	R\$ 200,00
Entrevistado 02	R\$ 45,00
Entrevistado 03	R\$ 150,00
Entrevistado 04	R\$ 100,00
Entrevistado 05	R\$ 23,00* valor recebido
Entrevistado 06	R\$ 100,00
Entrevistado 07	R\$ 100,00
Entrevistado 08	R\$ 25,00
Entrevistado 09	R\$ 50,00
Entrevistado 10	R\$ 50,00
Entrevistado 11	R\$ 55,00
TOTAL	R\$ 898,00

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Ressalta-se que os recursos financeiros arrecadados pelos vendedores ambulantes, por intermédio, da circulação das mercadorias, não devem ser considerados como renda ou lucros. Haja vista, que não se trata de uma atividade que propicia a acumulação de capital.

A remuneração dos vendedores ambulantes representa o apurado diário, semanal e/ou mensal, que conforme mencionamos anteriormente na nota de rodapé de número 64. O apurado consiste numa parte residual do capital comercial, adquirido pelos vendedores ambulantes, com a circulação das mercadorias, nas franjas do mercado. Isto é, os vendedores ambulantes revendem as mercadorias adquiridas, com um pequeno aumento em relação ao valor adquirido. Essa diferença consiste no apurado diário dos trabalhadores. O Gráfico 10, apresenta os valores apurados diariamente pelos trabalhadores ambulantes, a partir do sexo.

Gráfico 10: Valor (R\$) apurado por dia, a partir do sexo dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Constata-se que a maioria das mulheres apuram cerca de R\$ 60,00 (sessenta) por dia. Em relação aos homens a maioria apura cerca de R\$ 120,00 (cento e vinte) por dia.

O Quadro 08, a seguir, apresenta os valores: do apurado mensal, dos gastos com a aquisição das mercadorias e o que resta para a reprodução social dos vendedores ambulantes entrevistados.

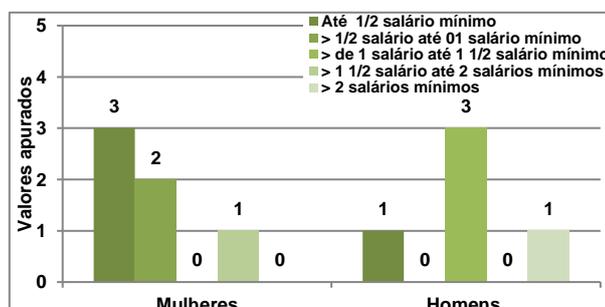
Quadro 08: Valor mensal (apurado, gastos com mercadorias e para a reprodução social)

Entrevistados	Valor apurado (R\$) mês	Valores gastos com as mercadorias (R\$) mês	Valor da reprodução social do trabalhador (R\$) mês
Entrevistado 01	R\$ 4.800,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
Entrevistado 02	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 00,00*
Entrevistado 03	R\$ 3.000,00	+ R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00
Entrevistado 04	R\$ 2.400,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Entrevistado 05	R\$ 552,00	não adquiri as mercadorias ⁸¹	R\$ 552,00
Entrevistado 06	R\$ 2.400,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Entrevistado 07	R\$ 2.800,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
Entrevistado 08	R\$ 700,00	R\$ 300,00	R\$ 400,00
Entrevistado 09	R\$ 1.200,00	R\$ 648,00	R\$ 552,00
Entrevistado 10	R\$ 1.000,00	R\$ 500,00	R\$ 550,00
Entrevistado 11	R\$ 1.320,00	R\$ 850,00	R\$ 470,00
TOTAL	R\$ 21.072,00	R\$ 10.398,00	R\$ 9.524,00

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Acerca dos valores que restam para a reprodução social dos entrevistados o Gráfico 11, compara os valores apurados mensalmente com o salário-mínimo.

Gráfico 11: Valor da reprodução social dos vendedores ambulantes (por sexo) e o salário-mínimo de R\$1.045,00/2020



Fonte: Elaboração própria, 2021.

⁸¹ A entrevistada 02 destacou que está investindo todo o seu apurado para a fabricação das mercadorias que comercializa, haja vista que está recebendo o auxílio emergencial para a sua reprodução social.

Os dados coletados acerca das relações sociais de trabalho revelam que os entrevistados se reconhecem enquanto trabalhadores autônomos ou informais⁸². Apenas, 01 (uma) entrevistada relatou que trabalha para terceiros. Durante a entrevista social, a trabalhadora ambulante 05 informou que foi “contratada” para o trabalho ambulante, entretanto, a relação de trabalho se desenvolve sem vínculos na CTPS, sem a proteção social e sem o pagamento do salário mínimo. A entrevistada destacou que recebe R\$ 23,00 por dia, trabalha durante 06 (seis) dias por semana, em jornada de trabalho de 12h00 diárias.

As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores ambulantes vão além da comercialização nos espaços do metrô do Recife, elas perpassam os processos de aquisição (compra), fabricação e organização das mercadorias.

Os entrevistados destacam que a atividade de compra das mercadorias envolve deslocamentos e viagens até os fornecedores das mercadorias. Nesse processo prevalece o poder de articulação e barganha com fornecedores, bem como, a pesquisa de preços, a consulta aos fornecedores concorrentes, etc.

Já no processo de fabricação das mercadorias, além da compra das matérias-primas (mercadorias), o trabalhador ambulante que também é produtor, desenvolve vários processos de trabalho, antes de chegar aos espaços do metrô do Recife.

Ademais, todos os entrevistados relataram que desenvolvem uma série de trabalhos, antes, durante e depois da comercialização ambulante nos espaços do metrô, tais como: organização das mercadorias (nos tabuleiros, nas bancas, nas caixas etc.), embalagens das mercadorias (antes, durante e depois da comercialização), transportes das mercadorias (antes, durante e depois da comercialização), dentre outros. Entretanto, geralmente, os entrevistados não mensuram o tempo gasto nessas atividades e não as consideram como processos de trabalhos.

O trabalho ambulante, do metrô do Recife, se desenvolve nos seguintes espaços: portões, escadas, rampas e plataformas que dão acesso ao embarque e ao desembarque de passageiros, bem como, dentro das composições do metrô - nos vagões.

⁸² Ressalta-se que os vendedores ambulantes não discernem a diferença entre o trabalho autônomo e o trabalho informal. Para eles ambos são sinônimos. Entretanto, em linhas gerais, o trabalho dito “autônomo” é formalizado pela Legislação trabalhista brasileira, através da contribuição previdenciária e do pagamento de impostos. Já o trabalho informal é desempenhado sem a contribuição previdenciária e sem formalização trabalhista.

Nos portões, escadas e rampas que dão acesso ao metrô, os trabalhadores ambulantes possuem maior quantidade de mercadorias, as quais são organizadas nas estruturas disponíveis, tais como: grades dos portões, calçadas, bancos e etc. Ademais, nesses espaços os vendedores ambulantes também acondicionam as mercadorias em caixotes, carros de mão, carroças, bancos, barracas, cobertas por guarda sol, toldos, etc. Esses trabalhadores deambulam menos, pelos espaços do metrô do Recife, haja vista que dispõem da estrutura do espaço público.

Nas plataformas e nos vagões do metrô do Recife, os vendedores ambulantes circulam com sobrecarga de mercadorias, as quais são posicionadas estrategicamente em seus corpos – presas por meio de fitas adesivas, cordões, bolsas, caixas de isopor e/ou de papelão.

Para garantir a atenção dos passageiros/consumidores, os trabalhadores ambulantes estrategicamente compõem jargões que envolvem a realidade social, conjuntural e as mercadorias comercializadas, a fim de levar entretenimento e despertar a necessidade e o interesse pelo consumo das mercadorias. Trata-se das estratégias de “*marketing*” dos trabalhadores ambulantes, tais como: “*_Vem comprar no bom, bonito e barato!*”. (sic) “*_Só no metrô shopping você leva do bom e paga barato!*”. (sic). Na ocasião da pesquisa de campo os jargões também envolviam o contexto da pandemia da Covid-19 e o uso do Auxílio Emergencial, tal como: “*_Vem pro metrô shopping! Aqui é o lugar promocional para tu gastar o teu auxílio emergencial!*”. (sic).

Os vendedores ambulantes desenvolvem diversas formas de resistências às proibições da comercialização ambulante nos espaços do metrô do Recife. Muitos vendedores utilizam sacolas, de cor escura, para guardar as mercadorias, a fim de que não sejam identificados. Outros desembarcam nas estações que antecedem os Terminais Integrados de Ônibus (TI), uma vez que, são espaços de concentração da equipe de fiscalização. Alguns vendedores ambulantes escondem suas mercadorias embaixo das cadeiras do metrô e se disfarçam entre os passageiros.

Assim, os vendedores ambulantes permanecem nos espaços do metrô do Recife, mesmo diante do risco das abordagens da fiscalização e, conseqüentemente, diante do risco de recolhimento de suas mercadorias. Os trabalhadores ambulantes lutam pela sobrevivência e permanecem nesses espaços

de trabalho, à espera de uma oportunidade para realizar a comercialização das mercadorias.

As condições precárias do trabalho ambulante expõem os vendedores a uma série de riscos. Nos acessos de entrada e saída de ônibus, os trabalhadores ficam expostos aos riscos de acidente de trânsito. Para obter acesso as plataformas de embarque e desembarque de passageiros, os vendedores ambulantes trafegam de um lado ao outro, pela linha férrea do metrô, expondo-se ao risco de choque elétrico e de atropelamento pelas composições do metrô. Para acessar os vagões do metrô, os vendedores ambulantes ultrapassam as sinalizações e entram nas composições, quando as portas estão se fechando, ou até mesmo quando o metrô está em movimento.

Ademais, estão expostos às condições insalubres nos espaços do metrô do Recife. Durante a pesquisa de campo notou-se que os entrevistados realizarem as suas refeições e higiene pessoal, nos espaços do metrô do Recife, sem as mínimas condições de higiene e salubridade.

Acerca da alimentação, durante a jornada de trabalho, notou-se a presença de trabalhadores ambulantes que comercializam pratos feitos, que são vendidos em marmitas, com baixo valor comercial, geralmente, por R\$ 7,00, R\$ 10,00 e R\$ 12,00. Tanto os passageiros/consumidores quanto os vendedores ambulantes compram essas refeições. Concernente à higienização durante o tempo de trabalho, os vendedores ambulantes relataram que usam os banheiros públicos disponíveis na estação do metrô do Recife⁸³. Assim, os vendedores ambulantes articulam o tempo de trabalho com o tempo da alimentação, sem intervalos. Todo o tempo de estadia nos espaços do metrô do Recife é tempo de trabalho!

No contexto da pandemia da Covid-19, verificou-se que os trabalhadores ambulantes estavam expostos a contaminação pelo SARS-CoV-02 (vírus da Covid-19). A maioria dos vendedores ambulantes não fazia o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) tais como: máscaras e álcool gel a 70%, embora houvesse a comercialização de máscara de proteção facial artesanal e álcool a 70% (gel e líquido), nos espaços do metrô. Os trabalhadores ambulantes que estavam com as máscaras de proteção individual (artesanal, confeccionadas à laser) não faziam o

⁸³ Salienta-se, que apenas as estações que compõe os terminais do metrô dispõem de banheiros públicos.

uso correto do EPI, posicionando-as na altura do queixo, expondo a boca e o nariz à contaminação e/ou a propagação do vírus da Covid-19.

Foram instalados lavatórios para as mãos (com água e detergentes), nas estações do metrô do Recife. Porém, as pessoas que circulavam nesses espaços, sobretudo, os trabalhadores ambulantes, não usavam os lavatórios disponibilizados. Todavia, mesmo diante das medidas de isolamento social e de higienização dos espaços do metrô, os trabalhadores ambulantes aglomeravam-se juntamente com os passageiros/consumidores, nas plataformas do metrô do Recife e nos Terminais Integrados de Ônibus (TI), sem considerar as medidas de distanciamento social.

Diante do contexto da pandemia da Covid-19, verificou-se que a quantidade de passageiros/consumidores e de trabalhadores ambulantes, nos espaços do metrô do Recife estava consideravelmente inferior, em comparação com a quantidade de pessoas que circulam corriqueiramente nesses espaços. Assinala-se que a redução de pessoas nos espaços do metrô do Recife foi decorrente da adoção de medidas restritivas de distanciamento social, adotadas pelo governo do Estado. Assim, durante a pesquisa de campo, notou-se a movimentação moderada de trabalhadores ambulantes, sobretudo, de jovens trabalhadores nos espaços do metrô do Recife.

Entretanto, destaca-se que a redução dos trabalhadores ambulantes, nos espaços do metrô do Recife, não representa a eliminação do trabalho ambulante, nem mesmo a superação da condição de desemprego e das precárias condições de vida desses trabalhadores. Considera-se que, diante do contexto da pandemia da Covid-19, os vendedores ambulantes se relocaram para outros espaços da cidade, na busca pela aproximação com o mercado consumidor, a exemplo, da expansão dos trabalhos ambulantes nas adjacências das agências bancárias (mediante a movimentação de pessoas devido o pagamento do auxílio emergencial). Ademais, destaca-se que eles também migraram para outras atividades, a fim de garantir a sobrevivência, a exemplo, do trabalho de entregas de: comidas, de mercadorias, de documentos, os quais são vinculados às plataformas digitais.

Os dados supracitados reiteram que os entrevistados se encontram na situação de desemprego estrutural - há mais de 01 (um) ano e 6 (seis), não conseguem retornar ao mercado de trabalho formal e, geralmente, recorrem aos espaços do metrô do Recife, após as demissões. Revelam ainda a consolidação do

desemprego estrutural e a consolidação do trabalho ambulante como modalidade ocupação para a força de trabalho-desempregada, em ambos os sexos.

A maioria, dos entrevistados (jovens e adultos) está no trabalho ambulante há menos de 03 (três) anos. Evidencia-se que há a tendência desses trabalhadores permanecerem no trabalho ambulante, por mais tempo, conforme os demais entrevistados (jovens e adultos) que estão inseridos no trabalho ambulante há mais de 07 (sete) anos.

Percebe-se ainda que, o tempo de permanência no trabalho ambulante independe do grau de instrução dos entrevistados. Os dados revelam, por exemplo, que há entrevistados com maior grau de escolaridade, inseridos no trabalho ambulante, por mais tempo.

No tocante, a quantidade de dias de trabalho, por semana, observa-se que de terça a sexta-feira há maior concentração de trabalhadores entrevistados, nos espaços do metrô do Recife. Em média eles trabalham 06 (seis) dias, por semana. Assinala-se que o trabalho ambulante consome o tempo integral dos entrevistados, eles não podem faltar, nem se ausentar, ou sequer adoecer, haja vista que não possuem garantias quanto ao trabalho desenvolvido nos espaços do metrô do Recife, ou seja, só apuram quando estão no trabalho ambulante.

Verifica-se que os entrevistados desempenham uma extensa jornada diária de trabalho. Apenas 01 (uma) entrevistada informou que trabalha 08h00 (oito horas) por dia. A maioria das mulheres trabalha mais de 08h00 (oito horas) diárias, dentre elas, 03 (três) entrevistadas trabalham por até 12h00 (doze horas) diariamente. Observou-se ainda, a presença de 01 (um) trabalhador ambulante que possui uma jornada diária de mais de 12h00 (doze horas) de trabalho. A média da jornada de trabalho, por vendedor ambulante entrevistado é de 10h00 (dez horas), por dia.

Ademais, as mulheres arrecadam menos, em relação aos valores apurados pelos homens. Embora a jornada diária de trabalho das mulheres seja mais extensa, os dados mostram que elas apuram em média R\$ 60,00 (sessenta) por dia. Já em relação aos homens, os dados apontam que eles apuram R\$105,00 (cento e cinco) por dia, ou seja, quase o dobro do valor apurado pelas mulheres, na mesma atividade.

Conseqüentemente, a maioria, das mulheres entrevistadas sobrevive com até 01 (um) salário mínimo – R\$ 1.045,00. Em relação aos homens, os dados revelam

que a maioria, sobrevive com até 01 (um) salário mínimo e meio, ou seja, R\$ 1.567,50.

Os valores apurados no trabalho ambulante refletem a situação precária de vida e trabalho em que esses trabalhadores estão inseridos. Os dados supracitados revelam que dentre os entrevistados, 03 (três) trabalhadores ambulantes sequer conseguem apurar metade do salário mínimo, ou seja, apuram menos de R\$522,50, (quinhentos e vinte e dois), por mês. Outros 03 (três) entrevistados apuram mais de meio salário mínimo, porém, os valores não chegam a 01 (um) salário mínimo, por mês. Assim, a metade dos entrevistados sobrevive com menos de 01 (um) salário mínimo, por mês. Observou-se no item anterior, que esses trabalhadores estão inseridos nos programas sociais de transferência de renda diante da condição de pobreza e vulnerabilidade social em que vivem.

No âmbito da **aparência**, o trabalho ambulante que se desdobra nos espaços do metrô do Recife se mostra como trabalho autônomo, destituído de vinculações diretas com o capital. As relações sociais que se estabelecem entre os vendedores ambulantes e os fornecedores das mercadorias comercializadas se manifestam como transações de comercialização - de compra e venda de mercadorias (M-D-M) ou (D-M-D).

Evidencia-se, que as concepções aparentes acerca do trabalho ambulante, se manifestam nas compreensões dos vendedores ambulantes entrevistados, os quais não se reconhecem enquanto força de trabalho (explorada pelo capital). Mas, mediante a condição de alienação que estão inseridos, esses trabalhadores se reconhecem enquanto autônomos, livres, donos de seus próprios negócios e patrões de si mesmo.

Entretanto, na sua **essência**, o trabalho ambulante revela que as relações sociais que se estabelecem entre: os vendedores ambulantes e os fornecedores das mercadorias são **relações sociais de trabalho**, relações entre capital-trabalho. Nas quais, os vínculos entre o trabalhador e o capitalista aparecem camuflados, na falsa ideia de autonomia, assim, o vendedor ambulante (força de trabalho) aparece como trabalhador autônomo e unicamente responsável pela sua reprodução social.

Logo, nessas relações sociais de trabalho (ambulante) não há uma relação direta de compra e venda da mercadoria força de trabalho. Isto é, o capital não realiza formalmente a compra da força de trabalho dos vendedores ambulantes – a

contratação. Todavia, a **essência** do trabalho ambulante evidencia que os fornecedores das mercadorias (capitalistas comerciais e industriais) consomem a mercadoria - força de trabalho dos vendedores ambulantes, no metrô do Recife, embora, não haja uma relação direta de compra e venda da força de trabalho. Conseqüentemente, materializam-se as relações sociais de trabalho, nos espaços do metrô do Recife, sem ônus ao capital. O trabalhador ambulante torna-se agente fundamental para a acumulação do capital, em detrimento das mínimas condições de sua reprodução social.

O consumo da mercadoria - força de trabalho dos vendedores ambulantes, na esfera da circulação não desempenha a produção direta da mais-valia para o capital, conforme foi abordado anteriormente nos capítulos 01 e 02: o trabalhador da esfera da produção é responsável por produzir diretamente a mais-valia, para o capital.

Porém, o trabalho ambulante, na esfera da circulação possibilita a expansão do consumo das mercadorias, logo, o capital expande o seu circuito produtivo, bem como, expande a apropriação da mais-valia direta produzida pelos trabalhadores da esfera produtiva. Estrategicamente o capital acumula com o trabalho ambulante: pela ampliação da produção da mais-valia direta (com o aumento da produção) e pelo consumo gratuito da força de trabalho ambulante.

Outrossim, diante do exercício do trabalho ambulante - não assalariado pelo capital, os vendedores ambulantes desenvolvem extensas jornadas diárias de trabalho, nas plataformas do metrô do Recife, a fim de arrecadar recursos para a reprodução social. A extensão da jornada de trabalho permite ao capital acumular com o mais-trabalho dos vendedores ambulantes. Além da apropriação do trabalho não pago aos vendedores ambulantes, o capital se apropria também do trabalho excedente desempenhado por esses trabalhadores. O trabalho integral (necessário e excedente) dos vendedores ambulantes é apropriado pelo capital. O trabalho desempenhado pelos vendedores ambulante nos espaços do metrô do Recife consiste em trabalho ultra explorado pelo capital!

Conseqüentemente, os trabalhadores ambulantes sobrevivem com condições precárias, sem acesso a direitos básicos, lutam diariamente pelo acesso a alimentação e moradia, conforme foi discutido anteriormente. Os valores ínfimos apurados com a comercialização das mercadorias denunciam a ultra exploração do trabalho pelo capital. As condições ultra precárias do trabalho ambulante, nos

espaços do metrô do Recife apontam para a brutalização da vida desses trabalhadores.

A LGAC se materializa nas condições precárias de vida e trabalho dos vendedores ambulantes e, contraditoriamente o trabalho ambulante impulsiona o crescimento da acumulação do capital, bem como em proporções relativamente iguais e/ou superiores impulsiona a exploração da força de trabalho.

Trabalho esse abstrato, o qual gera a produção e a valorização do capital, enquanto sistema produtivo hegemônico. Por outro lado, o trabalhador ambulante não se realiza nos trabalhos que exerce. Não se enxergam nas relações de troca e venda das mercadorias (e da mercadoria força de trabalho). Ademais, cada vez mais, o tempo de vida e trabalho são consumidos pelo capital vorazmente, trata-se da subsunção formal e real do trabalho pelo capital.

A intensa e extensa jornada de trabalho, que estão submetidos os vendedores ambulantes no metrô do Recife, elimina quaisquer possibilidades de realização e materialização da práxis do ser social. Consequentemente, limita o trabalhador ambulante a mercantilização da sua vida social e a materialização de uma vida para o trabalho, que seja, para o trabalho informal, insalubre, ambulante, explorado, abstrato, precário etc.

Trabalho esse que coaduna com os interesses do capital, que exige a redução da força de trabalho empregada diretamente nos processos de produção das mercadorias e simultaneamente, exige a inserção precária, dessa mesma parcela da força de trabalho “exclusa”, em processos de comercialização das mercadorias, em condições de intensificação e produtividade do trabalho, sem precedentes. A imagem 01, a seguir, mostra o trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife.

Imagem 01: O Trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife



Fonte: Acervo da pesquisa, 2020. (trabalhadores ambulantes no metrô do Recife).

3.4 A historicidade das mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife

O comércio ambulante, nos espaços do metrô do Recife, oferece aos passageiros/consumidores diversas mercadorias, dentre elas: alimentos, cosméticos, produtos de limpeza, vestuários, utensílios domésticos, ferramentas, produtos tecnológicos etc.

O Quadro 09, a seguir, sistematiza as mercadorias comercializadas, pelos vendedores entrevistados e a quantidade de vendas por dia.

Quadro 09: Mercadorias comercializadas pelos entrevistados

Entrevistados	Mercadorias Comercializadas	Quantidade vendida por dia (unidades)
Entrevistado 01	Pão	150
Entrevistado 02	Laço, tiara para cabelo	30
Entrevistado 03	Sapato, calção e camisa	30
Entrevistado 04	Máscaras de proteção facial	200
Entrevistado 05	Batata frita	150
Entrevistado 06	Picolé	400
Entrevistado 07	Picolé	400
Entrevistado 08	Água mineral	60
Entrevistado 09	Barra de chocolate	100
Entrevistado 10	Pipoca	100
Entrevistado 11	Bandeja de iogurte	120 bandejas

Fonte: Elaboração própria. 2021.

O quadro 10, abaixo, apresenta os valores pagos na compra das mercadorias, os valores que as mercadorias são revendidas e os valores que os vendedores ambulantes apuram com a comercialização.

Quadro 10: Valores pagos, revendidos e apurados com as mercadorias

Mercadorias Comercializadas	Valor de compra (unidades)	Valor de revenda (unidades)	Valor apurado (unidades)
Pão	R\$ 2,00	R\$ 5,00	R\$ 3,00
Laço, tiara para cabelo	R\$ 3,00	R\$ 6,00	R\$ 3,00
Sapato, calção e camisa	R\$ 40,00, R\$ 20,00 e R\$ 25,00	R\$ 45,00, R\$ 25,00 e R\$ 30,00	R\$ 5,00
Máscaras de proteção facial	R\$ 1,00	R\$ 2,00	R\$ 1,00
Batata frita	Não se aplica	R\$ 2,00	Não se aplica ⁸⁴
Picolé	R\$ 0,25	R\$ 0,50	R\$ 0,25
Picolé	R\$ 0,25	R\$ 0,50	R\$ 0,25
Água mineral	R\$ 0,58	R\$ 1,00	R\$ 0,42
Barra de chocolate	R\$ 2,00	R\$ 2,50	R\$ 0,50
Pipoca	R\$ 0,50	R\$ 1,00	R\$ 0,50
Bandeja de iogurte	R\$ 1,50	R\$ 2,00	R\$ 0,50
TOTAL	R\$96,08	R\$ 111,50	R\$ 14,42

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os entrevistados informaram que não recebem descontos quando compram as mercadorias, não podem devolver aos fornecedores as mercadorias que sobram e pagam à vista, ou seja, não há compra consignada. Os vendedores ambulantes que vendem os picolés ressaltaram que podem guardar as sobras das mercadorias, nos espaços (*freezers*) das sorveterias – fornecedoras das mercadorias.

⁸⁴ O trabalhador ambulante que comercializa a mercadoria batata frita é “assalariado” e, conseqüentemente, o valor recebido pelo trabalho desenvolvido não consiste em valor apurado.

Acerca das escolhas das mercadorias, os entrevistados assinalaram que selecionam, a partir de alguns critérios: da época do ano (estações do clima e datas comemorativas), dos valores no mercado, principalmente, quando há promoções e da baixa concorrência no comércio ambulante.

As mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife possuem origens diversas: indústria, comércio e fabricação doméstica. São adquiridas na indústria de bens de consumo (não duráveis e semiduráveis), bem como, no comércio varejista e atacadista. Além disso, verificou-se que há a produção doméstica de mercadorias, pela vendedora ambulante 02. A entrevistada assinalou que adquiri matérias-primas, no comércio varejista (têxtil), e as transforma pelos processos de trabalho, em outras mercadorias como: laços e tiaras para cabelo. As origens das mercadorias podem ser observadas no Fluxograma 01, a seguir.

Fluxograma 01: Origens das mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife⁸⁵



Fonte: Elaboração própria, 2021.

As particularidades do comércio ambulante dos espaços do metrô do Recife evidenciam que os vendedores ambulantes são consumidores produtivos, os quais adquirem as mercadorias (M) tanto na esfera da circulação – ao capital comercial,

⁸⁵ Destaca-se que as mercadorias apresentadas nessa ilustração formam o conjunto de mercadorias comercializadas pelos trabalhadores ambulantes que compõem a amostra da pesquisa. Reitera-se que há um conjunto complexo e amplo de mercadorias que são comercializadas nos espaços do metrô do Recife e que não foram mencionadas nas entrevistas.

conforme nosso pressuposto, quanto adquirem as mercadorias na esfera da produção – ao capital industrial.

De acordo com os dados fornecidos pelos entrevistados, constata-se que o **capital comercial** se divide em: comércio varejista de alimentos (bombonieres, depósitos de bebidas e sorveterias), situado nas adjacências das estações do metrô do Recife. Comércio varejista têxtil (lojas de aviamentos situadas centro do Recife, sobretudo, a Avil e a Continental). Comércio atacadistas de alimentos e de vestuários, respectivamente, as grandes redes de supermercados (atacadistas) situadas no Recife e RMR, e o complexo têxtil do agreste pernambucano.

Já o **capital industrial** está materializado na indústria de alimentos– *PlusVita*, situada no município de Jaboatão dos Guararapes –PE e na indústria têxtil que fabrica máscaras de proteção facial, situada no centro do Recife-PE.

Observou-se que a diversidade e o volume de mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife apontam para a movimentação do capital comercial, como pressuposto dessa investigação, mas também, do capital industrial. As mercadorias (M) são produzidas e direcionadas a: esfera da circulação – comércio (C), ou vendidas diretamente aos consumidores – finais e produtores (vendedores ambulantes).

Ademais, com base nas investigações acerca das origens das mercadorias comercializadas verificou-se que se trata de uma movimentação do capital comercial e industrial a nível local, mas também a nível global, com o escoamento de mercadorias de empresas/indústrias locais, regionais, nacionais e multinacionais. O Quadro 11, a seguir, sistematiza as mercadorias comercializadas, a partir das marcas dos produtos e das origens de sua produção.

Quadro 11: Origens da produção das mercadorias comercializadas pelos entrevistados⁸⁶

Mercadorias Comercializadas	Marcas dos produtos	Origens da produção
Pão	<i>PlusVita</i> - Grupo Bimbo (México)	Indústria Multinacional. Produção Local
Laço, tiara para cabelo	Não se aplica	Produção Local doméstica
Sapato, calção e camisa	Réplicas de 1ª linha	Indústria Local (agreste de PE). Produção Local
Máscaras de proteção facial	Não se aplica	Produção Local
Batata frita	<i>Elma Chips</i> - Grupo PepsiCo (Estados Unidos)	Industria Multinacional. Produção Nacional: em Sete Lagos – MG
Picolé	Não se aplica	Indústria Local. Produção Local
Picolé	Não se aplica	Indústria Local. Produção Local
Água mineral	<i>Santa Joana e Indaiá</i> – Grupo Edson Queiroz (Brasil)	Industria Local e indústria Nacional. Produção local e regional (Paraíba, Ceará e Bahia)
Barra de chocolate	<i>Nestlé</i> (Suíça) e <i>Lacta</i> – Grupo Mondelez (Estados Unidos)	Indústrias Multinacionais. Produção Nacional
Pipoca	<i>Karintó, Veneza e Ki-Delícia</i>	Industria e Produção: Local e Regional (Paraíba)
Bandeja de logurte	<i>Danone</i> (Espanha) e <i>Nestlé</i> (Suíça)	Indústrias Multinacionais. Produção Nacional

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os dados do Quadro 11 revelam que as produções das mercadorias comercializadas, pelos vendedores ambulantes no metrô do Recife são de origens: local, regional e nacional, e movimentam o capital produtivo e comercial de origens: local, regional, nacional e internacional.

Com base na historicidade das mercadorias de gênero alimentício constata-se que o **pão** é fabricado indústria de alimentos **PlusVita**, situada na RMR. A origem do capital (industrial e comercial) dessa empresa é internacional, situada no México. Essa indústria é integrante do **grupo Bimbo**, o qual tem 16 (dezesesseis) anos, no mercado de panificação e faturou em 2016, US\$ 14 bilhões (quatorze bilhões de dólares), conforme dados divulgados em seu site oficial.

Semelhantemente, as **batatas fritas** comercializadas no metrô do Recife são predominantemente, da marca **Ruffles**, a qual é integrante da **Elma Chips – Grupo PepsiCo (Brasil)**, o qual possui origem nos Estados Unidos e encontra-se no Brasil há 68 (sessenta e oito) anos. A origem da mercadoria é a indústria de alimentos nacional, situada em Sete Lagos - Minas Gerais. A produção e comercialização dessa mercadoria movimentam o capital de origem internacional e nacional.

A produção do **picolé** é de **origem local**, a fábrica está situada na feira livre do bairro de Cavaleiro, na cidade de Jaboatão dos Guararapes-PE, conforme os dados coletados nas entrevistas. Assinala-se que, não há rótulos nos picolés, e, conseqüentemente, não há descrições de informações como: local e data de

⁸⁶ Os dados acerca das marcas dos produtos estão disponibilizados nos sites oficiais das marcas. Dados de domínio público.

fabricação, lote e validade das mercadorias. Essa mercadoria movimenta o capital (produtivo e comercial) local.

As **águas minerais** vendidas nas plataformas do metrô do Recife são produzidas pelas indústrias de alimentos e bebidas: **Santa Joana**, de origem local, com 04 (quatro) fontes distribuídas pelo Estado de Pernambuco, a produção dessa mercadoria abastece também o comércio internacional, por meio das exportações. Além da indústria de alimentos e bebidas - **Indaiá (Minalba Brasil)**, de nível nacional, que faz parte do grupo **Edson Queiroz**⁸⁷, mas, mantém a sua produção de água mineral a nível regional nos estados do Nordeste (Paraíba, Bahia e Ceará) e atende as demandas de consumo do comércio nacional e internacional (exportações). Verifica-se que a produção e comercialização de água mineral envolvem o capital (comercial e industrial) local, nacional e internacional.

Já os iogurtes e os chocolates são produzidos por **empresas multinacionais** como: **Danone (Espanha)**, **Nestlé (Suíça)** e **Lacta – Mondelez (Estados Unidos)**. Todavia, antes de chegar aos espaços do metrô do Recife, essas mercadorias são comercializadas nas grandes redes de supermercados atacadistas, tais como: *Atacadão, Deskontão e Açai*. Além, das lojas *Americanas*.

Conforme os dados coletados nas entrevistas, quando os produtos estão em datas críticas, os gerentes e representantes comerciais, dessas marcas acionam os trabalhadores ambulantes para uma negociação. Os trabalhadores ambulantes, por sua vez, se unem em grupos para adquirem as mercadorias, em grandes volumes, uma vez que, diante do volume de recursos financeiros eles (os vendedores ambulantes) não conseguem adquirir as mercadorias, sozinhos.

Essas mercadorias são comercializadas nos espaços do metrô do Recife, movimentam o capital (comercial e industrial) local e internacional. Os valores apurados com a comercialização ambulante são repartidos de forma igualitária entre os grupos de trabalhadores. Observou-se que os vendedores ambulantes oferecem essas mercadorias com jargões que esboçam, para os passageiros/consumidores: a oportunidade de adquirirem um produto de “qualidade” por baixo do custo. Destaca-se que essas mercadorias são comercializadas sem nenhum tipo de refrigeração.

⁸⁷ O grupo Edson Queiroz é um conglomerado de 15 (quinze) empresas nacionais, fundado há 70 (setenta) anos, que atua na produção nacional e no comércio nacional e internacional. Disponível em: < <https://grupoedsonqueiroz.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 28, abri. 2021.

As pipocas são produzidas nas indústrias de alimentos, a nível local e regional, respectivamente, **Karintó**, a qual é formada pela associação entre duas empresas - *Hacata e Ikeda*, ambas possuem as fábricas nos municípios de: **Abreu e Lima - PE e Olinda – PE**⁸⁸. São também produzidas pela indústria de alimentos **Veneza**, localizada no bairro de **Afogados, Recife-PE**, além da produção na indústria de alimentos **Ki-Delícia**, localizada no município do **Caaporã – Paraíba**.

No tocante as demais mercadorias, a historicidade dos produtos comercializados revela que os **laços e tiaras** são de **origem local**, possuem fabricação doméstica, que é desenvolvida na residência da vendedora ambulante 02. As matérias-primas que são adquiridas para a fabricação dos laços são: produtos de aviamento, tecidos, linhas, agulhas, colas, etc. Comprados no comércio local (Recife e RMR). Os dados acerca dos recursos apurados pela entrevistada 02 foram divulgados no item anterior.

Já as mercadorias da categoria de vestuário: **camisa, calção e sapatos** possuem origem na produção da **indústria local** – as facções situadas no Pólo de confecções do agreste de Pernambuco, mas precisamente nos município de Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, dentre outros.⁸⁹. Movimentam o capital (industrial e comercial) local, regional e nacional, haja vista que são produzidas e comercializadas no Polo de confecções de Caruaru/PE, no Pátio dos *Jeans* em Toritama/PE e no município de Santa Cruz do Capibaribe/PE - no Moda Center Santa Cruz, que é o maior centro atacadista de confecções do Brasil. Nesses locais essas mercadorias são adquiridas por consumidores produtivos, os quais possibilitam a circulação dessas mercadorias pelo comércio nacional.

As **máscaras** de proteção facial fabricadas a *laser* são produzidas pela **indústria local**, situada no centro do Recife, conforme o entrevistado 04. A produção e a comercialização dessa mercadoria movimentam o capital (industrial e comercial) local. Ampliou-se o volume de produção e comercialização de máscaras faciais, diante do contexto da pandemia da Covid-19, e sua comercialização chegou aos espaços do metrô do Recife, uma vez que, o uso do EPI tornou-se obrigatório para a circulação nos espaços públicos, inclusive, nos espaços do metrô do Recife.

⁸⁸ Dados coletados na página principal da empresa, disponível em: < <http://www.karinto.com.br/akarinto.htm>>. Acesso em: 28, abri. 2021.

⁸⁹ O documentário: *“Estou me Guardando para Quando o Carnaval Chegar”*, dirigido por Marcelo Gomes e estreado em: 2019 revela a realidade social as condições de vida e trabalho, da classe trabalhadora inserida na produção têxtil, das facções de *jeans*, no agreste pernambucano.

A imagem 02, abaixo, apresenta as mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife.

Imagem 02: Mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife



Fonte: Acervo da pesquisa, 2020. (mercadorias comercializadas no metrô do Recife).

Conforme a discussão apresentada no capítulo 01, acerca do circuito produtivo do capital, as mercadorias (M) passam pelo processo de produção (P) – na indústria, ou na produção doméstica, depois seguem para a esfera da distribuição (D), na qual são vendidas ao capital comercial ou mesmo aos consumidores produtores. Após a aquisição das mercadorias, o capital comercial e/ou os produtores consumidores direcionam-nas (M) para a esfera da circulação (C), na qual são comercializadas aos consumidores (finais). (Produção P - Mercadorias M- Distribuição D- Circulação C -Consumo Final).

Assim, as mercadorias (M) são distribuídas pelo capital industrial, em troca do dinheiro (D) adiantado pelo capital comercial e/ou pelos consumidores produtores. Para o capital industrial o valor recebido com a venda das mercadorias (M) representa (D') (mediante a extração da mais-valia na produção), esse valor retorna ao ciclo inicial da produção, como valor acrescido, ou seja, valor maior do que o valor inicialmente gasto na produção.

Após a aquisição das mercadorias (M), na esfera da distribuição, o capital comercial realiza a comercialização delas, na esfera da circulação(C). Ao dinheiro (D), investido inicialmente e adiantado ao capital industrial é adicionado um acréscimo que se desdobra no aumento dos valores das mercadorias (M), assim, as mercadorias (M) compradas ao capital industrial são revendidas por um valor a mais (M'). O capital comercial acumula com o acréscimo no valor das mercadorias, mas também com a apropriação do mais-trabalho desempenhado pelos trabalhadores do comércio.

Os vendedores ambulantes adquirem as mercadorias (M) na esfera da distribuição, diretamente aos produtores, ou ainda, adquirem as mercadorias (M'), na esfera da circulação, ao capital comercial. Em ambos os casos tem-se o adiantamento do dinheiro(D) aos fornecedores das mercadorias. Já na esfera da circulação as mercadorias (M ou M') compradas na indústria ou no comércio são revendidas pelos trabalhadores ambulantes aos consumidores finais com um acréscimo mínimo de valor (M+). Esse acréscimo mínimo do valor das mercadorias representa a origem do apurado dos trabalhadores.

Entretanto, para além de simples relações comerciais tem-se o desempenho de trabalho de circulação de mercadorias, pelos vendedores ambulantes. Os quais não são detentores de capital (industrial e/ou comercial). Mas, sim, força de trabalho que desempenha o papel de agentes de circulação de mercadorias, conforme discutimos no item anterior.

Observa-se que as mercadorias comercializadas nos espaços do metrô do Recife integram os circuitos da produção capitalista, que envolvem a produção (origem das mercadorias), o consumo (de matéria-prima e de força de trabalho), a distribuição (do produtor ao comerciante e/ou aos consumidores produtores) e a circulação ou troca (do comércio ao trabalhador ambulante/ do trabalhador ambulante ao consumidor final). Os produtos comercializados percorrem diversos trajetos até chegar aos espaços do metrô do Recife para por fim, se realizarem enquanto mercadorias através dos processos de comercialização realizados pelos vendedores ambulantes aos consumidores finais.

No que tange as mercadorias comercializadas pelos trabalhadores ambulantes, nos espaços do metrô do Recife, nota-se que elas movimentam o capital (industrial e comercial), nos processos de fabricação e nos demais circuitos

da produção capitalista. Trata-se de mercadorias fabricadas pela força de trabalho explorada, com vínculos e sem vínculos trabalhistas. Essas mercadorias possuem em sua essência a extração da mais-valia e do mais-trabalho apropriados pelo capital, na esfera da produção.

No trabalho ambulante que se desenvolve na esfera da circulação, as mercadorias são comercializadas aos consumidores finais, os quais são passageiros/consumidores que circulam nos espaços do metrô do Recife. O trabalho de comercialização ambulante imprime nessas mercadorias a exploração do capital comercial sobre os trabalhadores ambulantes, pelo consumo de sua força de trabalho, sem que haja o pagamento de salários. Assim, essas mercadorias também incorporam o mais-trabalho dos vendedores ambulantes nos espaços do metrô do Recife. Esse mais-trabalho é apropriado e repartido entre o capital (industrial e comercial), de âmbito, local, regional, nacional e internacional, conforme se constatou na historicidade das mercadorias.

Verifica-se que há articulações entre o capital comercial e o capital industrial, (local e global), nos processos de produção, distribuição, comercialização e circulação das mercadorias. Nota-se que essa articulação contribui para a acumulação global do capital, com o desenvolvimento do trabalho de circulação de mercadorias nos espaços do metrô do Recife (trabalho ambulante).

O capital global explora direta e indiretamente os trabalhadores ambulantes e se apropria do trabalho integral (necessário e excedente) desenvolvido por esses trabalhadores, nos espaços do metrô do Recife. Os vendedores ambulantes tornam-se trabalhadores gratuitos para o capital global. Trabalhadores que não oneram ao capital. Mas, sim que contribuem para a sua expansão e acumulação.

Por intermédio da circulação das mercadorias, nos espaços do metrô do Recife, os vendedores ambulantes contribuem com a expansão da produção, ao passo que possibilitam a ampliação do consumo das mercadorias – no varejo.

Estrategicamente o trabalho ambulante está inserido no circuito produtivo do capital, na esfera da circulação das mercadorias, as quais são direcionadas a um público específico: a classe trabalhadora, que circula nos espaços do metrô do Recife. O capital produtivo espraia as suas mercadorias para o comércio formal, mas também, alcança o comércio informal (ambulante), assim atinge os diversos públicos, bem como, extrai os lucros correspondentes ao poder de compra dos

consumidores. Conseqüentemente, ampliam-se as demandas por consumo. Logo, amplia-se a produção de mais mercadorias. O que representa a ampliação da extração de mais-valia direta (produção) e indireta (circulação). Digo, ampliam-se os movimentos do capital para a sua acumulação!

Assim, o capital cria as condições necessárias para o desenvolvimento do comércio ambulante, a exemplo, da criação de redes de comercialização que se formaram nas adjacências das estações do metrô, bem como, na articulação entre os trabalhadores do mercado formal (gerentes e representantes comerciais) e os trabalhadores ambulantes, para as negociações de grandes cargas de mercadorias.

Evidencia-se o papel importante dos trabalhadores ambulantes para o crescimento e a acumulação do capital, sobretudo, por endossar as redes da informalidade. As relações de compra e vendas de mercadorias, nos espaços do metrô do Recife camuflam as trocas e transações de mercadorias em larga escala, pela articulação de produtores, compradores e consumidos de vários lugares do mundo. Articulação essa entre o capital local e o capital global.

Conforme Garcia (2012), os trabalhadores desempregados – neste caso, os trabalhadores ambulantes (desempregados e ocupados), possuem um duplo papel essencial no trabalho ambulante, pois tanto são consumidores normais (consumidores finais, conforme Marx), como são também agentes de vendas (consumidores produtores, conforme Marx).

O trabalhador ambulante para o comércio informal é o principal agente da dispensa dos produtos na sociedade, submetendo-se a uma imediata responsabilização dos diferentes e inúmeros circuitos que podem envolver o produto de sua venda. Entretanto, conforme os dados acima, para o produto chegar às mãos dos trabalhadores ambulantes, muitas redes e processos são previamente ativados e mobilizados, incluindo grandes e pequenos produtores, grandes e pequenos facilitadores. Contudo, as autoridades legais tendem a resumir a questão da ilegalidade da comercialização no próprio ambulante (agente situado na ponta do *iceberg*), em vez de traçar alternativas de larga escala, que incidam inclusive nas grandes tramas do processo. (GARCIA, 2012).

O Estado burguês, enquanto ente abstrato e representativo das classes sociais é pressionado pelos interesses do capital. Assim, legitima a exploração da força de trabalho pelo capital (global), sobretudo, com o esvaziamento de sua função

social de proteção à classe trabalhadora. Conforme defende Wacquant (2001) ao passo que o Estado penal admite a existência de trabalhos precários, flexíveis e informais, simultaneamente desempenha ações punitiva contra a classe trabalhadora inserida nessas modalidades de trabalho.

Assim, ampliam-se as formas de repressão para a classe trabalhadora desempregada ou ocupada em atividades não assalariadas, como os trabalhadores ambulantes, os quais são constantemente reprimidos e expulsos dos espaços do metrô do Recife, pelos aparelhos repressores estatais (polícia militar, fiscais da prefeitura e segurança metroviária). Trata-se da articulação entre a desproteção e a punição social, conforme Wacquant (2001). Nessa relação contraditória, o Estado em articulação com o capital desprotege e pune a classe trabalhadora.

O caráter autoritário e repressivo no trato do trabalho ambulante no Brasil é uma marca que prejudica diretamente o trabalhador ambulante. Este é visto, como o motivador do problema central do trabalho ambulante, sendo que, na verdade, é um trabalhador expropriado, a mercê dos desdobramentos excludentes do sistema capitalista e produção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando da questão norteadora dessa investigação, temos como questionamento e pressuposto inicial: **o trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife consiste em estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora?** Sim. Diante dos movimentos excludentes do sistema capitalista de produção e do desemprego estrutural consolidado, a classe trabalhadora desempregada encontra no trabalho ambulante, que se desdobra nos espaços do metrô do Recife, uma estratégia/alternativa de ocupação de sua força de trabalho e de luta pela sobrevivência.

Evidentemente, os dados apresentados nessa pesquisa revelam que as condições materiais da reprodução social dos vendedores ambulantes são ultra precárias. Os trabalhadores assinalaram as dificuldades enfrentadas para o acesso aos direitos fundamentais, tais como: alimentação, moradia e acesso ao saneamento básico. Diante desse cenário, constata-se que a situação de pobreza e extrema pobreza se materializam na inserção dos entrevistados nos benefícios sociais de transferência de renda, sobretudo, no Bolsa Família e no Auxílio Emergencial.

Outrossim, o contexto atual e a pandemia da Covid-19 intensificam as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores, no tocante as residências adensadas e os limites no acesso aos serviços públicos básicos, como: a água encanada e luz elétrica. Os valores apurados com a comercialização ambulante descortinam as condições reais de vida e trabalho desses vendedores ambulantes (a maioria apura menos até 01 [um] salário-mínimo por mês). Contata-se que mesmo de forma precária o trabalho ambulante representa uma estratégia de sobrevivência para os trabalhadores desempregados.

Logo, questiona-se: **o trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife consiste em estratégia de acumulação do capital comercial (local)?** Sim. Para além da estratégia de acumulação do capital comercial (local), conforme o pressuposto dessa investigação, o trabalho ambulante, consiste, simultaneamente, em estratégia articulada de acumulação do capital industrial, em níveis: local, regional, nacional e internacional, isto é, o que chamamos de estratégia de acumulação do capital global.

Destarte, o trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife conjuga os movimentos do capital global: comercial e industrial, na busca por acumulação. Os vendedores ambulantes, dos espaços do metrô do Recife são agentes da circulação das mercadorias do capital. Todavia, não são diretamente contratados, nem assalariados pelo capital. Nesse movimento contraditório, os vendedores ambulantes desempenham trabalho integral para o capital. Trabalho lucrativo, e gratuito para o capital global comercial!

Ademais, o vendedor ambulante, no trabalho de circulação de mercadorias, materializa a extração de mais-valia (direta e indireta) e do mais-trabalho (integral), pelo capital comercial e industrial (global). Ao passo que, o trabalho ambulante eleva o escoamento das mercadorias, possibilita a ampliação das demandas de consumo e, conseqüentemente, amplia-se a demanda pela produção de mais mercadorias. Com a ampliação da produção, tem-se extração ampliada de mais-valia direta (na produção) e com a ampliação do trabalho de circulação, tem-se a ampliação da extração do mais-trabalho (necessário e excedente – trabalho integral) do vendedor ambulante – não assalariado.

A historicidade das mercadorias revela o volume de recursos movidos pelo trabalho ambulante, nos espaços do metrô do Recife, nos fluxos de compra e revenda das mercadorias. Todavia, em contrapartida, também revela que a maioria dos entrevistados apura menos de R\$ 1,00 (um), a cada mercadoria comercializada. Assim, esses trabalhadores sobrevivem com menos de 01 (um) salário-mínimo mensal e têm dificuldades no acesso aos direitos básicos, como: alimentação e moradia, como supracitado. Constatam-se os movimentos explicitados pela LGAC, que ao passo que o capital amplia suas estratégias de acumulação, ampliam-se as estratégias de exploração, pobreza e dependência da classe trabalhadora, em proporções semelhantes.

A historicidade do trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife deslumbra a sua **essência**: fruto da consolidação e hegemonia do capitalismo, enquanto sistema de produção e reprodução social. Está inserido no circuito produtivo do capital, mas especificamente, na esfera da circulação das mercadorias. Corresponde aos movimentos da Lei Geral de Acumulação do Capital (LGAC), os quais buscam a ampliação da riqueza social do capital, em proporções semelhantes e correspondentes, a ampliação da miséria para a classe trabalhadora. Materializa-

se no movimento contraditório de redução dos postos de trabalho formal, e de ampliação das modalidades de trabalho ultraprecário e não assalariado. Acentua-se nos momentos de crises sistêmicas e estruturais do capital. No contexto atual tem se consolidado nos espaços do metrô do Recife como alternativa para a ocupação da classe trabalhadora desempregada.

Representa uma forma de trabalho reconfigurada pelo capital, na qual o trabalhador não se reconhece, isto é, trata-se de trabalho alienado e subsumido ao capital. Objetiva, em sua **totalidade**, por um lado, a reprodução social do trabalhador, mesmo que em precárias condições e, por outro lado, a crescente acumulação do capital global.

Ademais, consiste numa atividade centenária que perpassa os vários momentos históricos da cidade do Recife, incorpora mudanças, atualização e modernização, sem perder a sua **essência** – trabalho ultra explorado pelo capital, trabalho manual, pejorativo, estigmatizado, ilegal, informal, essência essa que carrega ao longo dos séculos.

Trata-se de uma modalidade de trabalho que expressa às estratégias do capital, na busca pela retomada das taxas de acumulação, bem como, as estratégias usadas para explorar, sem limites, a classe trabalhadora, sobretudo, por materializar trabalho flexível, precário, informal e desprotegido das legislações social e trabalhista. Representa ainda, as estratégias do capital global, em orquestrar mudanças nas relações de trabalho dos países de capitalismo periféricos, nas quais reside e conjuga-se a máxima exploração da classe trabalhadora (ativa e supérflua).

O trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife se desenvolve diariamente, nos vagões, plataformas, escadas, rampas e portões das estações. Embora seja coibido pelos agentes de fiscalização do Estado. No atual contexto de pandemia da Covid -19, mesmo diante das medidas de restrições à convivência social, verificou-se a presença dos trabalhadores ambulante, nos espaços do metrô do Recife.

Inclui jovens, adultos e idosos, além da presença de crianças e adolescentes. Conforme os dados coletados nas entrevistas, os trabalhadores ambulantes, em sua maioria, são mulheres, jovens, que possuem o ensino médio completo e encontram-se desprotegidas do alcance da política de previdência social, ou seja, não contribuem com o INSS. Trabalham diariamente, em jornadas de trabalho

superiores a 14 (quatorze) horas. Em condições precárias, sem infraestruturas, sem acesso a alimentação e higiene pessoal de forma adequada. Circulam pelos espaços do metrô com suas mercadorias em sacos plásticos, bolsas, caixas, carros, caixotes, ou até mesmo presas em seus corpos.

O trabalhador ambulante é um trabalhador produtivo, isto é, um trabalhador muito produtivo, haja vista que, desempenha um trabalho gratuito para o capital global de comércio de mercadorias.

Defendemos que o trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife, ao passo que representa uma alternativa, imposta pelo capital, para a sobrevivência da classe trabalhadora, que compõem o exército de reserva é, contraditoriamente, uma estratégia do capital (comercial e industrial - global) em explorar e extrair mais-trabalho e mais-valia (indireta) dessa parcela da classe trabalhadora expulsa das relações formais e legais de trabalho. A qual se encontra desempregada, porém, não desocupada! Assim o capital consome a força de trabalho dos vendedores ambulantes, nos espaços do metrô do Recife, entretanto, não há o pagamento da contraprestação pelo consumo da mercadoria - força de trabalho, isto é, o que se processa é o desenvolvimento de trabalho não assalariado, trabalho gratuito para o capital local e global.

6. REFERENCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1985.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da Precarização Estrutural do Trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletário de serviços na era digital**. São Paulo: Biotempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. [recurso eletrônico] Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARCOVERDE, A. C. B. (org). **Estado & Sociedade**: contribuição ao debate sobre políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9. Ed. São Paulo: Cotez, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal**: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife. Ed. 2.: Editora: Massangana. Recife: Sudene, 1983.

CAVALCANTI, Clóvis. DUARTE, Renato. **À PROCURA DE ESPAÇO NA ECONOMIA URBANA:** o setor informal de Fortaleza. Recife: SUDENE/FUNDAJ; Brasília M.T., 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** : a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DURÃES, Bruno J. R. **Trabalhadores de Rua de Salvador:** Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2006. Disponível em:<http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281561/1/Duraes_BrunoJoseRodrigues_M.pdf>. Acesso em: 02, Dez. 2020.

DURÃES, Bruno J. R. **“Camelô de Tecnologia” ou “Camelô Global”:** novas formas de expansão do capital na rua. Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2011. Disponível em:<http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280165/1/Duraes_BrunoJoseRodrigues_D.pdf>. Acesso em: 20, Dez. 2020.

DRUCK, Graça. Precarização e Informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, R. Vêras de. GOMES, Darcilene. TARGINO, Ivan (org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens.** João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala:** formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

GARCIA, Fabiane Aparecida M. O enredo do trabalho ambulante: políticas públicas e trajetórias de trabalhadores no centro de São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2012.

Disponível em: <
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17598/1/FABIANE%20APARECIDA%20MORENO%20GARCIA.pdf>> Acesso em: 10, Jan. 2020.

GORENDER. Jacob. **O Escravismo Colonial**. 1980. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática.

HAYEK, Friedrich August von. **Os fundamentos da liberdade**; tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo. Visão, 1983.

KREIN, José Dari. PRONI, Marcelo Weishaupt. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Série Trabalho Decente no Brasil: Documento de trabalho, v. 4. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <
<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/economia%20informal.pdf>>. Acesso em: 11, Dez. 2020.

LESSA. Sérgio. TONET. Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Biotempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência**, 1973: In. Rui Mauro Marini: vida e obra. STEDILE, João Pedro (org.). 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política**. Tradutor: Reginaldo Sant'Ana. 34ª ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradutor: Rubens Enderle. Coleção: Marx & Engels. 2ª ed. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradutor: Rubens Enderle. Coleção: Marx & Engels. 1ª ed. Vol. II. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradutor: Rubens Enderle. Coleção: Marx & Engels. 1ª ed. Vol.III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital. Coleção "Os Pensadores". Livro I, Capítulos I a XII. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital. Coleção "Os Pensadores". Livro II, Capítulos XIII a XXV. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Capítulo VI (Inédito). 1ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**: Salário, Preço e Lucro; O rendimento e suas Fontes. Introdução de Jacob Gorender; Traduções de Edgard Malagodi [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MARX. Karl. ENGELS. Friedrich. **A ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. **Crise do Capital e Consequências Societárias**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2012, n.111, pp.413-429. ISSN 0101-6628. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002> >. Acesso em: 14, Fev. 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 1.).

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012 – (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

VASCONCELOS, Ricardo A. Ferreira de. FILHO, Domingos Leite Lima. **Do modelo Keynesiano-Fordista ao Sistema de Acumulação Flexível**: mudanças no perfil do trabalho e na qualificação. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/6222903-Do-modelo-keynesiano-fordista-ao-sistema-de-acumulacao-flexivel-mudancas-no-perfil-do-trabalho-e-na-qualificacao.html>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

OLIVEIRA, Joilma de D. **TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA**: O trabalho dos vendedores ambulantes da passarela no Natal Shopping e do Via Direta. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2009. Disponível em:< <https://docplayer.com.br/112466-Trabalhadores-por-conta-propria-o-trabalho-dos-vendedores-ambulantes-da-passerela-do-natal-shopping-e-do-via-direta.html>>. Acesso em: 22, Nov. 2020.

PAMPLONA, J.B. **Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo**. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2013. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n1/v30n1a11>>. Acesso em: 05 de Jan. 2020.

PASTORINI, A. **A Categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004 (coleção Questão da Nossa Época; v. 109).

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD CONTÍNUA IBGE). **2º Trimestre de 2018**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 14, Dez. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD CONTÍNUA IBGE). **3º Trimestre de 2019**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por->

amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques>. Acesso em: 06, Jan. 2020.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD CONTÍNUA VARIÁVEL). De **SETEMBRO a NOVEMBRO de 2019**. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=quadro-sintetico>>. Acesso em: 09, Jan. 2020.

POLÍTICA NACIONAL DA JUVENTUDE: diretrizes e perspectivas. Regina Célia Reyes Novais, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda de Carvalho Papa (orgs.). São Paulo: Conselho Nacional da Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

RIBEIRO, Rafael S. **METROSHOPPING: UMA ETNOGRAFIA SOBRE OS AMBULANTES DO METRÔ DO RECIFE**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2019.

SAGGIN, Vanessa Gabriela. **Possibilidades de contribuição do Trabalho do assistente social para a Economia Informal**: estudo de caso de Porto Mauá – RS. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em:< <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/443/1/412889.pdf>>. Acesso em: 14, Dez. 2020.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012 – (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

SILVA, Ana C. A. **Na linha do metrô**: um estudo dos sentidos do trabalho para as mulheres que atuam como ambulantes nas estações do metrô do Recife. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2008. Disponível em:< <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8314>>. Acesso em: 03, Nov. 2019.

SILVA, Cibele Maria. SILVA, Fabíola Araújo. **O TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS DO SISTEMA METROVIÁRIO DO RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA (RMR)**. 2016. 74 f. Monografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Cacciamali, M. C. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1982. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-06102006-120930/publico/MariaCCacciamaliTese.pdf>>. Acesso em: 12, Jan. 2020.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Editora Cortez, 2004 e 2009.

TELLES, V. da Silva. **QUESTÃO SOCIAL: afinal, do que se trata?** São Paulo: Em Perspectiva, 10(4) 1996.

THÉBAUD-MONY, Annie. DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TRABALHO DESECNTE E JUVENTUDE (IPEA/OIT, 2015). Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_526213.pdf>. Acesso em: 03,set. 2019.

VALENTIM. Érika. PERUZZO, Juliane. **O empreendedorismo nas políticas de trabalho e geração de renda**. Revista Argumentum, Vitória, v. 10, n. 1, p. 261-275, jan./abr. 2018.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Sd, 2001.

7. APÊNDICES

7.1 INSTRUMENTAL DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA

 UFPE UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE) CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA) DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (MESTRADO) INSTRUMENTAL DE ENTREVISTA SOCIAL – 2020
Características dos trabalhadores ambulantes nos espaços do metrô do Recife (quantidade, local, idade aproximada; sexo/gênero)
Condições de trabalho nas plataformas do metrô:
Condições de trabalho nos vagões do metrô:
Condições de trabalho nas áreas externas (portão de embarque e desembarque de passageiros e adjacência das estações do metrô)
Mercadorias comercializadas:
Observações:

**7.2 INSTRUMENTAL DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
(FORMULÁRIO)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (MESTRADO)
INSTRUMENTAL DE ENTREVISTA SOCIAL - 2020

Dados Pessoais

Nome:

Idade:

Sexo/gênero: () M; () F; () Outros:

Escolaridade:

Endereço:

Dados acerca do trabalho

Quanto tempo trabalha no metrô?

Para quem trabalha? Trabalha para terceiros, quanto recebe por dia?

Quais os dias que trabalha?

Trabalha por quantas horas (dia)?

Condições de trabalho:

Quanto você apura por dia?

Quanto você apura por mês?

Desse valor apurado, quanto é gasto com as mercadorias?
Quanto é seu lucro?
Como você calcula seu lucro?
Com quanto você sobrevive?
Recebe algum benefício social?
Recebe ajuda de alguém?
Você contribui com a Previdência? Conhece a importância da contribuição?
Observações:
Dados acerca das mercadorias
Quais as mercadorias que você vende?
Por quanto você vende?
Por quanto você compra? Tem desconto em quantidade?
Aonde você compra? Se não é você quem compra, de onde vêm suas mercadorias?
Se você produz, quanto gasta para produzir? Quanto tempo para produzir?
Quando você compra, paga antes ou depois? Se sobrar você pode devolver?

Quantas mercadorias você vende por dia?
O que sai com mais frequência?
Como você escolhe o que vai comprar/vender?
Observações:

8. ANEXOS

8.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS – Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa: "*Trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife: estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora e/ ou estratégia de acumulação do capital?*", que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Fabíola Araújo da Silva; Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária, Recife – PE - CEP: 50670-901. E-mail: fabiolaesilvafs@gmail.com. Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA: "***Trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife: estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora e/ ou estratégia de acumulação do capital?***"

O objetivo da pesquisa é analisar o trabalho dos vendedores do comércio ambulante, nos espaços do metrô do Recife, como estratégia, simultaneamente de garantia da sobrevivência deles, mas principalmente de acumulação do capital comercial "local". Para isto convidamos o/a senhor/a para responder algumas perguntas que nos ajudarão compor

esta pesquisa e sua participação não terá nenhum custo financeiro. Caso o/a senhor/a entender que estaremos sendo inconveniente, por estarmos no horário do seu trabalho, sinta-se à vontade de interromper ou não concluir a entrevista. Esclarecemos também que sua participação e sua vivência nesta atividade fornecerá o acesso às informações que poderão resultar em ações de controle social para obtenção de políticas públicas que contemplem as necessidades dos trabalhadores ambulantes.

Salientamos que as informações oferecidas durante a entrevista serão confidenciais, sem identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Informamos que os dados obtidos poderão ser utilizados para futuras pesquisas acadêmicas e divulgados em eventos ou publicações científicas.

Os dados coletados nestas entrevistas ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária, Recife – PE – CEP: 50670-901, no prédio CCSA, pelo período de mínimo 05 anos.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 – Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

Fabíola Silva (pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador, concordo em participar do estudo: *“Trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife: estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora e/ ou estratégia de acumulação do capital?”*, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer

penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisador).

– Nome: _____

Assinatura:

– Nome: _____

Assinatura:

8.2 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM⁹⁰

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO
<p>Eu _____, CPF _____ _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Fabíola A. da Silva e Ana C. Brito Arcoverde, do projeto de pesquisa intitulado “ <i>Trabalho ambulante nos espaços do metrô do Recife: estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora e/ ou estratégia de acumulação do capital?</i>” a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.</p> <p>Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).</p>
<p>_____, em ____ / ____ / ____.</p> <p>_____</p> <p>Entrevistado</p>
<p>_____</p> <p>Pesquisador responsável pela entrevista</p>

⁹⁰ Mesmo com a assinatura do termo todos os entrevistados apresentaram receio ao ser fotografados e/ou não desistiram após a assinatura do termo.